



REVISTA
DA ACADEMIA
NORTE-
RIO-GRANDENSE
DE LETRAS

v. 27 n. 15 nov. 1979/80

/99

5/1979-80



**REVISTA
DA ACADEMIA
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS**

**REVISTA
DA ACADEMIA
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS**

REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

Natal, 1951 — Irregular



1980

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Distribuição gratuita

Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras
Ano 1 — n. 1 — 1951 —
Natal, Academia Norte-rio-grandense de Letras
irreg.

Editor varia: a partir de 1976, Ed. Universitária.

1. Literatura Brasileira — Periódicos. 2. Academia Norte-rio-grandense de Letras.

RN-UF/BC 80/07

CDU 869.0(81)(05)
061.12(813.2)



REVISTA DA ACADEMIA NORTE - RIO - GRANDENSE DE LETRAS

DIRETORIA

Presidente	—	Onofre Lopes
Vice-Presidente	—	Dom Nivaldo Monte
1º. Secretário	—	Veríssimo de Melo
2º. Secretário	—	Luiz Rabelo
Tesoureiro	—	Enélio Petrovich
Diretor da Revista	—	Antonio Soares

MEMBROS HONORÁRIOS

Silvio Pedroza

Dinarte Mariz

Tarcísio Maia

Artur Cesar Ferreira Reis

Jarbas Gonçalves Passarinho

Murilo Melo Filho

Gilberto Freire

Raimundo Moniz de Aragão

Padre Jorge O'Grady

MEMBROS CORRESPONDENTES

Oswaldo Rodrigues Cabral — Florianópolis — SC

Silvio Meira — Belém — PA

Mendonça Júnior — Rio de Janeiro

Vingt-Un Rosado — Mossoró

Waldemar de Almeida Barbosa — Belo Horizonte — MG.

Juarez da Gama Batista — João Pessoa

Alípio Mendes — Angra dos Reis

Napoleão Figueiredo — Belém — PA

S U M Á R I O

- Gratidão à Universidade/Nilo Pereira 11
- Considerações antigas e modernas sobre o tempo na história/João Wilson Mendes Melo 17
- Jorge Fernandes desconhecido/Esmeraldo Siqueira 23
- Prefácio à 2ª. edição de “Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil” 32
- A Biblioteca, veículo de consumo do livro no texto social do Brasil de hoje/Umberto Peregrino 43
- Poemas de Esmeraldo Siqueira/Esmeraldo Siqueira 53
- Caminhos da Infância/Ascendino Almeida 63
- Aspectos da evolução histórica da diplomacia ocidental/João Batista Pinheiro Cabral 73
- Antônio Soares de Araújo/Hélio Galvão 83
- Palavras de agradecimento/Antonio Soares Filho 97
- A Modinha no Rio Grande do Norte/Gumerindo Saraiva 99
- 50 trovas premiadas e um soneto à procura de poesia/Luiz Rabelo 107
- Anomalias psicossomáticas do deficiente visual/Alberto Furtado de Mendonça 119
- Monsenhor José de Calazans Pinheiro/Tulio Bezerra de Melo 123
- Bruno Pereira/João Medeiros Filho 129
- Palavras de agradecimento/Dhélia Pereira de Souza 131
- Paulo de Viveiros/Nilo Pereira 133
- Um jornal e uma época — lembranças/Veríssimo de Melo 135
- O conceito de homem na filosofia existencialista/Djason B. Cunha 149
- Museu e turismo/Luci Soares 163

Gratidão à Universidade

NILO PEREIRA

Nenhuma palavra pode traduzir, por mais eloqüente, o meu sentimento de gratidão à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na pessoa do seu Magnífico Reitor, Prof. Diógenes da Cunha Lima, e aos seus eminentes Colegiados, pela concessão do título de Doutor “Honoris Causa”, que acaba de me ser conferido nesta solenidade.

Sinto muito bem que essa homenagem excede minha dimensão intelectual e humana. No entanto, compreendo que assim aconteça pelo que há de generoso nas decisões colegiadas e no pensamento de ilustres e prezados confrades da Universidade, que me escolheram para a sua companhia, assim como quem recebe o filho pródigo.

Tenho dito sempre que sou um exilado voluntário. Nesse exilado, por vontade ou por circunstância, nunca deixou de haver — é isso o que mais me importa neste memorável momento — o amoroso da nossa terra e da nossa gente, o ceará-mirinese que jamais esqueceu o seu vale idílico, a paisagem renaniana de infância e juventude. Bem o sabe — e como sabe! — o Magnífico Reitor Prof. Dr. Diógenes da Cunha Lima, o poeta do Guaporé restaurado, que interpretou o sentimento poético daquela hora de reabilitação de um velho solar no vale do Ceará-Mirim, onde fui e continuo a ser menino.

Onde “a humana palavra necessária” para agradecer ao professor, ao poeta, ao escritor, ao humanista, ao filósofo, ao Pró-Reitor Sanderson Negrei-

Discurso proferido no “Campus” da UFRN, em 15 de dezembro de 1979.

ros — também poeta do Ceará-Mirim, meu ilustre conterrâneo, a saudação com que me recebe em nome da Universidade Federal do Rio Grande do Norte? Creio que se este discurso pudesse ter uma epígrafe, seria essa: — Discurso das coisas impossíveis. Porque tudo, aqui, é um desafio a mim mesmo, à humildade dos meus conhecimentos, ao pouco que sou diante da grandeza deste cenário e da homenagem com que sou distinguido.

Confesso sinceramente que, possuindo a condecoração do Instituto da Universidade de Coimbra, da qual me sirvo agora, não por ostentação, mas como amparo e apoio na hora solene que sobrepassa as minhas forças, o título de Doutor “Honoris Causa”, pela Faculdade de Direito do Recife, pelo livro que publiquei no sesquicentenário da gloriosa Instituição, a Medalha do Mérito Universitário “Marquês de Olinda”, a mais alta condecoração que a Universidade Federal de Pernambuco concede a um Professor, — esta láurea de hoje — o Doutorado honorífico pela Universidade do meu Estado, excede a tudo: é o testemunho honroso e generoso dos meus eminentes pares, norte-rio-grandenses como eu e, portanto, capazes de sentir quanto isso significa para um conterrâneo sempre presente, embora distante. Não há distância onde o amor às coisas e a admiração pelos grandes homens constrói o mesmo mundo e cria a mesma dimensão espiritual. Todos participamos do ideal comum, que nos anima. E eu sou — permitam-me V. Exas. a confissão — daqueles que, desde a primeira hora, estiveram com essa causa ingente, a criação da Universidade do Rio Grande do Norte, um acontecimento culturalmente impositivo e nunca uma benesse feita a um Estado que, geograficamente pequeno, é imenso no mapa intelectual da Nação brasileira.

A Universidade é, no Brasil, uma Instituição retardatária. Não a tivemos no longo período colonial nem nos dois Reinados, em que pese ter sido Dom Pedro II um Mecenaz da cultura. Logo após a Independência do Brasil, em 1823, o Imperador Pedro I convocou a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, que teve grande parte do seu tempo tomada pelos debates sobre a criação de duas Universidades — uma em S. Paulo, outra em Olinda. Aprovado o projeto, após discussões em que a cultura humanística brasileira esplendeu na erudição de tantos parlamentares, na sua maioria Bacharéis formados em Coimbra, a Assembléia foi dissolvida por um golpe de força do Imperador que se proclamava liberal. O Regalismo triunfou sobre as mais altas aspirações da cultura nacional. O próprio Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, foi preso, vaiado e expatriado, o que o levou a dizer na sua sege, quando caminhava para o exílio: — Hoje é o dia dos moleques.

Não se retomou mais a idéia da Universidade, ainda que a criação dos Cursos Jurídicos, em 11 de agosto de 1827, tivesse um conteúdo universitário, ou pré-universitário, erigindo o Direito em fundamento da Universidade, que, malograda no Projeto constitucional, continuava latente no espírito brasileiro não como expressão de culturalismo puro, mas como anseio natural das novas gerações e coroamento da própria Independência, que é um processo sociológico, além de político e jurídico, de conteúdo progressivo e abrangente.

Essa história todos bem a conhecemos. Mas, diante de uma Universidade em pleno desenvolvimento e diante das gerações que ela está formando, esses dados podem servir de base para aferição do valor de uma Instituição que parece ter pressa em se compensar da longa gestação, da expectativa histórica em que permaneceu durante séculos, até que fosse a realidade de hoje, tão cheia de esperanças e de certezas.

Natal é cidade privilegiada por muitas antecipações, que são a glória dos seus diversos pioneirismos. Antes que tivéssemos a Universidade — criada no plano estadual pelo governador Dinarte Mariz, em face da Lei n.º 2.307 de 27 de junho de 1958 — um homem sozinho, de ação pluralizada nos diversos domínios do conhecimento humano, era já a Universidade: Luís da Câmara Cascudo. O que ele realizou como folclorista, historiador, etnógrafo, etnólogo, humanista — é obra de equipe e não de um só pesquisador. A Universidade foi ele, antes de ser oficialmente Universidade. E se era necessário que houvesse uma Universidade, fundada por ele, para que o seu nome antecipasse, de fato, a grande criação, lembre-se que Cascudo criou, em 1948, a Universidade Popular, de curta duração, mas que nem por isso deixa de ser um marco na nossa história universitária. Ressalte-se que essa Universidade tem uma singularidade digna de nota: era desburocratizada; possuía apenas um Conselho Diretor, composto de Luís da Câmara Cascudo, Paulo Pinheiro de Viveiros, Waldemar de Almeida, Sérgio Severo e Luiz Veiga. Ministrou apenas dezoito aulas, confiadas a Cascudo, que falou sobre “História da Literatura do Rio Grande do Norte”, Rodrigo Lopes, agraciado com o título de Doutor “Honoris Causa”, Padre Pereira Neto, salesiano, que falou sobre o filósofo e humanista Balmes, Januário Cicco, sobre o Padre João Maria, Otto Guerra, também Doutor “Honoris Causa”, sobre “Leão XIII e o seu Tempo”, novamente Cascudo sobre “O Canto Gregoriano”, João Machado, psiquiatra, sobre “O Doido, o Maluco e o Anormal na concepção popular e científica”, major Imbiriba, sobre “A Lição dos Guararapes”, Antônio Siqueira, sobre “A Batalha anti-malária”, o Padre José Sauer, sobre a Bíblia, Waldemar de Almeida sobre “Canto Geral” e Renato Dantas, que ministrou a última aula, estudando

“A aplicação da Pena no Direito Penal Moderno”. A Universidade Popular -- que aqui relembro como um passo inicial, ainda tímido, para o que hoje somos como Universidade Federal — nasceu e morreu no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Os traços gerais de sua fundação e do seu funcionamento foram fixados pelo professor Itamar de Souza, em artigo publicado **n’A República**, de 19-8-1979: é u’a maneira de vermos como começamos a caminhada, nem sempre compreendida e ajudada por aqueles que não podiam ignorá-la.

Creio que essa não foi uma digressão desnecessária. Porque a luta pela Universidade, no Rio Grande do Norte, é um capítulo de heroísmo e de tenacidade, como geralmente acontece com as coisas da cultura.

Teriam de vir “os tempos heróicos”, de que tanto falava mestre Edgar Barbosa. Instalada a Universidade no dia 21 de março de 1959, no Teatro “Alberto Maranhão”, com a oração oficial proferida por mestre Luís da Câmara Cascudo, foi logo depois federalizada pela Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Mas tudo isso não foi tão simples como parece. Houve lutas, incompreensões, injustiças. Era preciso defender a nova Instituição nascente, que se via alvejada por gestos que foram pedras no caminho. Peço perdão por falar de mim mesmo; mas devo dizer que, nesse momento decisivo, tomei a defesa da Universidade na Imprensa do Recife. Era o meu dever. Acompanhava o trabalho imenso, incomparável, que avulta com o tempo, do primeiro e sempre Reitor, Prof. Onofre Lopes, o herói dessa batalha incessante, que é uma vitória sua, tanto quanto da Instituição que nasceu nos seus braços. Se as Universidades tivessem um nome, que as simbolizasse, esse nome de batismo seria o do Reitor Onofre Lopes, criador nacional do CRUTAC, que jamais descansou enquanto não viu vitoriosa a sua batalha de idealista e de sementeiro.

Mas também estou ligado à Universidade pela previsão que fiz da sua criação, na aula inaugural que proferi quando da instalação da Faculdade de Filosofia de Natal, cujo primeiro Diretor — um Diretor romanticamente sonhador e pragmaticamente realista — foi Edgar Barbosa. Seu nome, hoje aureolado pelo mistério da morte, pode ser recordado como uma das maiores figuras desta Universidade. Proferi a aula solene, debaixo do mais exigente rito acadêmico, no dia 7 de março de 1957, quando tive oportunidade de dizer: “Esta Faculdade de Filosofia será uma disciplina do espírito. Eis o seu grande papel. E é também, desde já, a pedra fundamental da Universidade que está nascendo — que acaba de nascer — em Natal, sob os auspícios da cultura e do progresso regionais, que vêm permitindo o mesmo fenômeno nas demais Capitais nordestinas”.

Foi uma antevisão que se cumpriu dois anos depois. A Faculdade de Filosofia assim como a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Faculdade de Serviço Social foram o suporte da Universidade, que vinha em caminho. Desta Universidade, que agora nos reúne, sob as mesmas tradições que remontam à Idade-Média e atravessaram os séculos com as mudanças da cultura, da tecnologia, da ciência, do humanismo, sem perder de vista que a sua grande meta é o Homem, sujeito da História e agente do Desenvolvimento. Não o homem como medida de todas as coisas; mas o Homem como meio específico da perfectibilidade que não nos leva à perfeição, é certo, e todavia, é a nossa ânsia de felicidade e de bem-estar, o tormento pascaliano das nossas inquietações.

A Universidade realiza o seu grande objetivo: a democratização da cultura. Eis o que lhe dá consistência no espaço e no tempo. O que lhe amplia o horizonte do conhecimento humanístico. O que lhe permite abranger o mundo não como uma aldeia global, mas como a cidade do homem, que é ao mesmo tempo a cidade de Deus na visão agostiniana da integração da natureza com a sobrenatureza, do humano com o divino.

Universidade que, em Natal, poderíamos proclamar, à maneira tradicional da terra, sem Xarias nem Canguleiros, para lembrar aqui o notável estudo sócio-antropológico do Prof. Veríssimo de Melo sobre essa velha discriminação, já desaparecida, mas ainda viva na memória natalense.

Ao tomar posse no cargo de Reitor, o Prof. Diógenes da Cunha Lima disse magistralmente: — “A Universidade deve ser receptiva às consonâncias, mas com audiências das vozes discordantes. Deve buscar a inteligência, que significa criatividade com realismo, energia e equilíbrio, harmonia na transmissão do conhecimento com a busca do saber e, sobretudo, com a produção da cultura”.

Isso só podia ser dito por um Reitor que não fosse apenas da Educação, mas também da Cultura. A Universidade é, portanto, “receptiva”. O que está absolutamente coerente com a sua divisa: ACCIPIT UT DET — **Recebe para dar.** Dar de si o que recebe de todos. Que o receber sem o dar é como avareza do espírito. O bem que não se distribui é o mal que se ameaça, como um tesouro que será mais tarde dilapidado pela cobiça dos moedeiros falsos da Inteligência.

A Universidade brasileira, nem sempre realista, como a quer o Magnífico Reitor Diógenes da Cunha Lima, tem ensejado críticas que não parecem de todo pessimistas. No discurso de saudação ao novo Reitor, o Prof. Alvarado Furtado, com a sua lúcida visão da problemática universitária, singularizou

alguns dos aspectos dessa crítica, na qual vejo dois dados positivos: a busca do diploma como “status” social e certa imaturidade que se manifesta “na adoção sófrega e irrefletida de outras e distantes experiências, mal ajustadas à nossa realidade”. Isso começa a passar. O realismo dos desafios nos impõe outra conduta sem desprezarmos a universalidade do conhecimento. Universidade — lembra Tristão de Athayde num ensaio clássico — é *universitas*. O espírito humano é o mesmo por toda parte. A cultura e a civilização exigem que o homem seja a medida ecumênica da vida, nos seus anseios de progresso e de universalização dos grandes princípios da Inteligência criadora, que vem de Deus.

Magnífico Reitor, agradeço a V. Magnificência e aos Colegiados Superiores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte a excepcional honraria que me é conferida, nesta noite, a concessão do título de Doutor “Honoris Causa”.

Já não pergunto porque foi isso. Sei bem que, muitas vezes, as razões do coração sobrepujam as suspeitas da razão. E todos nós, universitários, nos somamos em expressões de generosidade, que amenizam os duros tempos que vivemos. Tempos de violência e de insegurança. Que nem por isso impedem os homens de se encontrarem em momentos como este, inesquecível momento de fraternidade e de esperança.

Muito obrigado à minha Universidade, sempre minha.

Considerações antigas e modernas sobre o tempo na história

JOÃO WILSON MENDES MELO

A noção de história científica, estabelecendo sua base em documentos, na busca da verdade, atenta ao encadeamento entre os fatos, completa-se com a História Universal e Filosófica, História de todos os homens, em todos os lugares e em todos os tempos.

Dessa forma, a noção de tempo não pode ser afastada pelo historiador. Na expressão magnífica de Fernand Braudel, “o tempo adere ao pensamento do historiador como a terra se prende à pá do jardineiro”.

O MOMENTO DO FATO HISTÓRICO

Se o encadeamento constitui um dos elementos essenciais da história, a ordem cronológica é indispensável. O fato isolado poderá interessar mais ao sociólogo, ao passo que interessa ao historiador o fato incrustado no seu tempo, “a sua verificação num momento dado”, na expressão de Jean Glénisson, ou seja, num determinado tempo. Foi nele que acontecimentos anteriores e posteriores encontraram sua conexão.

Interessa, portanto, o momento do fato histórico e não somente ele, como também a sua duração, e para isso muito se tem desenvolvido os meios de verificação e identificação do tempo, pelo uso de materiais novos no conhecimento das ciências físicas e naturais.

O documento sem datação, no estágio atual em que ele é elemento da maior importância, cria problemas ao pesquisador que poderá chegar, através de uma crítica interna e externa, a aproximá-lo do seu tempo real. Sem êxito nessa tarefa, ele ficará solto no tempo, sem maior significação.

Assinala Glénisson que alguns fatos são episódicos enquanto outros são permanentes, resistem ao tempo, e constituem as instituições.

Preocupam o historiador as alterações de comportamento, as mudanças e, em conseqüência, as mentalidades dominantes; o pensamento, o procedimento que predomina ou predominou chegando a constituir, muitas vezes, a característica de todo um tempo dado, de toda uma época. Burckhardt, Pirenne e Marc Bloch preocuparam-se com esse fenômeno, chegando este último a definir a história como “a ciência da mudança”.

É óbvio que as mudanças somente podem ser notadas através da comparação entre as predominâncias de vários tempos.

O PALEOLÍTICO SUPERIOR E A NOÇÃO DE FUTURO

Os cientistas da chamada pré-história encontram sinais de uma noção de tempo em germinação, durante o paleolítico superior, quando o homem primitivo evolui para a confecção de objetos de uso mais aperfeiçoado, numa evidente prática de que constitui uma utilidade. A utilidade evoca a noção de duração, de prolongamento no tempo, de uma coisa que não será somente um momento, mas terá futuro. Aí ele denota possuir a idéia de outros dias, de outros momentos que virão e nos quais ele terá necessidade de usar aqueles objetos que não serão substituídos por coisas pegadas a esmo, mas por coisas de ontem, de dias e momentos que passaram. Firmava, assim, a convicção do tempo e de um tempo constante. Conhecia, então, o que foi e o que será; e ele era, sem o perceber, muito o que é.

As mudanças constituem o conteúdo geral e primordial da história. Se tudo tivesse ocorrido e ocorresse sem alteração, em qualquer tempo veríamos as mesmas coisas e os mesmos fatos, não havendo necessidade de registrar para reter aquilo que se tem constantemente em um tempo constante.

Exatamente porque há uma diversidade muito grande entre os fatos é que os identificamos e os colhemos em tempos a que damos denominações próprias de números, numa designação cronológica ou com apelidos que traduzam fatos decisivos ou atitudes influentes.

O TEMPO ENTRE OS PRIMITIVOS

A iniciação da medição do tempo ocorreu quando o homem teve em sua sociedade e em sua economia de repetir tarefas agrícolas ou de pastoreio que obedeciam, por sua vez, às condições climáticas que se repetiam.

Assim, contava as vezes em que teve de levar o gado a outras pastagens ou em que teve de fazer novamente uma determinada colheita.

O respeito e a adoração religiosa pelas coisas da natureza constituiu um outro elemento de medição, entre os quais o sol e a lua e a ocorrência das grandes chefias, uma das quais seccionou sensivelmente o tempo pelas suas proporções de verdadeiro dilúvio.

Sempre, no entanto, medidas variáveis de extensões diferentes, mas ainda imperceptíveis às inteligências que apenas acordavam para a percepção e o conhecimento lento das coisas.

O mito lhe trazia sempre uma noção de passado, pois as forças personificadas já haviam existido em um tempo que não voltaria mais.

QUALIDADES DO TEMPO — OS GREGOS

A noção do tempo entre os historiadores Gregos (Heródoto, Tucídides, Políbio) não satisfaz as exigências do historiador moderno. Tal, porém, não desmerece a grande obra dos iniciadores da ciência histórica. Não havia à sua época tanta valorização do tempo. O universo conhecido era pequeno, os dias e as noites decorriam relativamente lentos para as tarefas relativamente reduzidas e não havia ânsia de atingir o futuro.

Em Heródoto, a ausência de cronologia dá lugar ao registro dos fatos simultâneos e as expressões “ao mesmo tempo”, “enquanto isso ocorria, mais além...”, numa espécie de linha de tempo como chamaríamos modernamente.

Domina também o espírito grego e seu reflexo se percebe entre os seus historiadores, a idéia de um tempo cíclico em que as coisas voltariam a acontecer.

A paixão pelo esporte fez com que os acontecimentos máximos das competições — as Olimpíadas, — que ocorriam de quatro em quatro anos —, servissem de referência para localizar no tempo alguns fatos que teriam acontecido, assim, antes ou depois da tal Olimpíada, ou no primeiro, segundo ou quarto ano de uma determinada Olimpíada. A primeira competição desse gênero teria se verificado no ano 776 A.C.

É evidente a concepção de um tempo linear por essas considerações como ainda a atribuição de qualidades ao tempo que poderia ser bom ou ruim, fasto ou nefasto. O tempo tinha fases propícias aos negócios, às viagens, às guerras, como também apresentava períodos grandemente desfavoráveis, com fundamentos na sua vasta mitologia.

O futuro era perscrutado sob essa perspectiva — será fasto ou nefasto? — e a noção de destino era muito viva entre o povo.

Houve evolução e esta prosseguirá com os romanos, se bem que de uma forma limitada e imperfeita.

A DURAÇÃO DO TEMPO: OS ROMANOS

Já os romanos tiveram preocupação pelas datas, como o revelam as inscrições e os monumentos destinados a perpetuar os acontecimentos, com afirmação de que haviam ocorrido num tempo determinado.

Mas, o grande móvel desse interesse era o desejo ardente e constante de divisar a duração de Roma, seu povo e sua instituição ou, especificamente, a duração do povo romano ou do próprio Império Romano.

Muitos pesquisaram e consultaram a esse respeito, recorrendo frequentemente à mitologia e aos adivinhos para interpretação de textos e sobretudo dos doze abutres que apareceram a Rômulo e aos quais se atribuem presságios sobre o destino do povo romano.

Esses abutres significariam doze séculos, como foi acreditado por muito tempo, fixando-se, assim, uma duração de 1.200 anos.

Antes dos grandes embates, consultavam os Imperadores a Sibila, para terem uma previsão sobre a vitória ou derrota e conseqüentemente a sobrevivência do povo. É claro que as afirmações eram geralmente no sentido de uma duração muito longa, até além dos fatos esperados.

Com Santo Agostinho, romano e cristão, se estabelece a noção de um tempo universal contínuo, linear e irreversível.

Comparando, poderemos dizer que esta noção universalizou o que os romanos atribuíam aos romanos.

Quanto aos problemas da medição, os progressos foram limitados. Os dias eram divididos em “horas”, mas as noites em “guardas”, numa forte influência de um sistema militar num povo guerreiro.

Razões de ordem religiosa fizeram com que os homens da Idade Média intensificassem o uso da datação para que, sobretudo, a páscoa se repetisse no dia certo.

Assim, a preservação e intensificação das festas religiosas levaram os monges a trabalhos de pesquisa de resultados intensamente úteis para a cronologia.

Se dessa forma aconteceu entre a elite cultural, o povo em geral continuou indiferente às formas de medir o tempo com precisão, de tal sorte que continuou o sistema romano de “horas” durante o dia e de “guardas” durante a noite e de expressões como: “nas matinas”, ou “no momento do angelus”, “ao raiar da aurora”, “ao pôr-do-sol”.

Mesmo na literatura das crônicas, o tempo é referido de maneira imperfeita, como “nesse ínterim”, “enquanto isso”, “nesse mesmo momento”, etc.

A datação do dia, mês e ano, aparece apenas no registro dos fatos mais importantes para a coletividade, de ordem política, social, econômica e religiosa.

O VALOR DO TEMPO: CONQUISTA MODERNA

Bem diverso já se apresenta o procedimento na época moderna em que se adquiriu uma noção mais exata do tempo e da necessidade de sua firmiação. A necessidade da datação é imperiosa.

A partir, sobretudo, do surto industrial, no início da revolução industrial do século XVIII, a importância atribuída ao tempo assume verdadeiramente uma obsessão. Sua medição cronometrada é indispensável a uma sociedade industrializada, e quando o instrumento de sua minuciosa medição, o relógio, aparece, ocorre uma subordinação muito intensa do homem aos dias, horas e minutos.

O tempo adquire, assim, um valor. O valor do tempo. O tempo é precioso. O tempo vale ouro; o tempo é dinheiro.

Dessa forma é importante saber em quanto tempo tais transformações políticas ou econômicas foram procedidas. Quantos anos decorreram entre uma e outra. E a quanto tempo estamos de um antigo regime, do surgimento ou da morte de um líder ou da última descoberta científica.

A civilização moderna se compraz em constatar o ritmo de seu progresso e afirma: nos últimos cinquenta anos a humanidade progrediu mais que nos quinhentos anos anteriores e nos últimos cem anos ela caminhou em progresso talvez mais que em todo seu período histórico.

Assina'a-se também que essa concepção do tempo não é igual em todos os lugares do mundo e nem mesmo em todas as circunstâncias da vida.

Para o camponês, mesmo o camponês moderno, o tempo não tem aquela **premência** que possui para o homem urbano, o homem da fábrica, que entra no trabalho sob o toque de uma sirene no momento exato em que os ponteiros do relógio estão em determinado número. Os que trabalham de sol nascente a sol poente, o fazem sob o ritmo lento, constante, inalterável, tranqüilo dos astros e de toda a natureza pa'ecendo pertencer a um outro mundo.

A observação não é grande novidade, quando constatamos a existência de civilizações em estado primitivo, até pré-históricas, ao lado da nossa civilização mais moderna, progressista e desenvolvida em ciência e técnica.

Assim, nos tempos modernos chegamos ao hábito de datar os grandes e os pequenos empreendimentos, todas as comunicações oficiais e particulares, para que os nossos atos, coletivos ou individuais, não se percam num tempo indefinido, como muitos do passado estão vagando, sem fixação, a não ser aquela fixação às vezes vaga e flexível a que chegamos por aproximação de outros fatores.

Além dessa preocupação de fixar o tempo de suas realizações, o que dará aos futuros pesquisadores e historiadores facilidades e tranqüilidade nas conclusões, o homem moderno empenha-se em condicionar em determinada medida do tempo o maior número de tarefas e realizações. Tem a consciência de que o tempo é irreversível e que convém utilizar no máximo aquilo que não volta mais.

E também porque sua vida, privada ou pública, será medida pelo que fez no tempo que lhe foi atribuído para viver, lutar e trabalhar.

O tempo é hoje medida do próprio espaço que se menciona em horas e minutos gastos no seu percurso, influi na ritmia do coração que se acelera quando tudo em derredor está correndo para ganhar tempo: dá lugar a um outro homem psicológico, frenético, dinâmico.

Jorge Fernandes desconhecido

ESMERALDO SIQUEIRA

Amarelecidos pelos anos, mas religiosamente conservados, guardamos os vinte e dois números de **O Tempo**, jornal do nosso saudoso comprovinciano Armando Augusto Seabra de Melo. O número de estréia circulou no dia 1.º de abril de 1917, e o derradeiro aos 2 de setembro do mesmo ano.

Essa coleção, a única existente, nos coube por mera sorte, como relíquia de família, deixada por um sobrinho meu e de Armando.

Excusado dizer que já lemos e relemos todos os exemplares d'**O Tempo**, que nos parecem de inestimável valor para reconstituirmos uma parte e uma fase das mais consideráveis da história de nossas letras. Basta lembrarmos, além de Armando Seabra — encarnação suprema do referido periódico — os nomes de alguns dos seus colaboradores: Jorge e Nascimento Fernandes, Ponciano Barbosa, Henrique Castriciano, Eloy de Souza, Adelle de Oliveira, Palmyra Wanderley, Ferreira Itajubá, João e Moysés Soares, Homem de Siqueira, Pedro Alexandrino, Peregrino Junior.

Por enquanto, nosso escopo não colima abarcar todos os aspectos da literatura nata'ense contidos na coletânea d'**O Tempo**. Respiremos apenas o que nela existe da colaboração de Jorge Fernandes, cuja vida, apesar de relativamente longa, não tendo sido fecunda do ponto-de-vista literário, nos induz a aproveitar-lhe quanto haja produzido e mereça apreciação da crítica.

Uma biografia do poeta pode ser esquematizada. Conheci-o já velho, poucos anos antes de sua morte nesta cidade no dia 17 de julho de 1953. Completaria aos 22 de agosto, sessenta e seis anos de idade. Vivera, portanto, o

suficiente para haver produzido uma obra de vulto. Inobstante, escreveu bem pouco. A culpa foi menos do meio do que do seu temperamento e da sua precária instrução, pois nem sequer chegara a concluir o curso do Atheneu. Nestas condições, carecendo de melhores capacidades, teve de suportar durante vinte e cinco anos um emprego numa fábrica de cigarros de Filadelfo Lira, a Fábrica Vigilante. Seguiu-se uma fase de vida boêmia e, finalmente, passou o resto da existência como 4.º escriturário de Tesouro do Estado.

Nessa apagada vida merencória, como diria Bilac, nada houve de verdadeiramente dramático, salvo a relativa pobreza e a perda da primeira esposa, de quem houve duas filhas. Casado pela segunda vez, nasceu-lhe mais uma filha.

Conforme se está percebendo, Jorge Fernandes, mesmo sem fortuna, dispunha de lazeres e tranqüilidade, pelo menos em proporção capaz de favorecer-lhe a manifestação dos seus pendores intelectuais. Seja como for, gostava de literatura. Três dos seus irmãos já eram letrados, e a Natal dessa época possuía vários jornalzinhos onde começou a publicar pequenos trabalhos literários de principiante. Foi, todavia, o jornal de Armando Seabra o que ele mais prestigiou com os seus escritos em prosa e em verso. Essa preferência vinha da amizade entre Armando e os quatro irmãos Fernandes: Sebastião, Jorge, Raul e Nascimento.

A missão que precipuamente nos irrogamos neste ensaio é apresentar os primeiros passos nas letras de Jorge Fernandes, citando e comentando seus trabalhos desconhecidos. Só lhes modificaremos a ortografia, consoante a oficializada atualmente.

Começaremos por um soneto, tipo de poema que o poeta não desdenhava nos seus primórdios.

Na primeira página d'**O Tempo**, em lugar de destaque, com a data de 8 de abril de 1917, estampa-se o **Aleluia**:

“Hoje, se o Cristo súplice voltasse,
Falando às turbas e pregando o Amor,
Talvez nenhum Apóstolo encontrasse
Neste terrível Caos desolador !

E onde quer que seu olhar pousasse
Veria em cada Ser um vil traidor,
Teria a cada instante em sua face
Beijos de infâmias cheios de travor.

No entanto, ó Judas, neste dia agosto
De Aleluia ruidosa, anda teu busto
Suspenso à corda assim como o deixaste.

Porque tanto rancor, se tudo é insídia,
Se aqui vivemos todos de perfídia
E nos beijamos como tu beijaste?!”

Nestes versos, Jorge não seguiu as regras rigorosas do soneto, exigentes, nos tercetos, de rimas graves, agudas ou esdrúxulas, quando as houver nos quartetos. A idéia ou concepção é um lugar-comum já cediço demais, e as expressões adotadas são desprovidas de beleza.

Os vinte e dois números d'**O Tempo** não trazem mais nenhum poema de Jorge Fernandes. Sabemos, contudo, que ele, na sua fase parnasiana, não se cingiu àquele soneto. Essa produção, contudo, vale pouco pela quantidade e a qualidade. Afirmamos, para espanto e revolta dos parvos, que Manuel Bandeira, no tempo em que se assinava M. Bandeira Filho, não perpetrou composições parnasianas superiores às de Jorge Fernandes. Tenho provas exaustivas em meu poder, à disposição dos incrédulos.

A prosa avulta mais quantitativamente no legado literário de Jorge Fernandes. Prosa sobretudo de tons humorísticos. Vejamos antes uma crônica de exaltação a Miguelinho, publicada aos 10 de junho de 1917:

“Num grande dia de festa pátria, fui ao Instituto Histórico beijar religiosamente a santa estela de Frei Mártir, do republicano agosto, honra de minha pátria, orgulho de todos que tiveram o prazer de haver nascido aqui, nesta terra que bem houvera chamar-se **Miguelinópolis do Heroísmo, Auta-nópolis da Musa.**

Heroísmo que a faz grande e forte, Musa que a faz invejável a bela.

E, em face àquela relíquia, curvei-me piedoso, como se me houvesse curvado ante a vossa memória, ó Santo! ante o vosso heroísmo, ó Forte!

No momento em que fui render-vos a minha gratidão, pelo inestimável exemplo que legastes à mocidade de hoje, doloriu-me toda a alma em não levar-vos os clangores frenéticos de nossos mares, os rugidos soberanos dos ventos, as atitudes augustas das serras, as fuzilarias tremendamente belas das tempestades, os urros imponentes dos tigres, os arrojados dos regatos, os gorjeios sutilíssimos dos pássaros e a sobrançeria magistral do Potengi, como um hino

típico à vossa memória sobrehumana, uma extraordinária sinfonia local, representativa da vossa tèmpera máscula de estoico e complacência vibrante de extraordinário Mártir !”

Não termina aí a crônica. Derrama-se ainda em mais algumas frases declamatórias. Jorge tinha trinta anos quando a escreveu. Percebe-se-lhe a incultura e a falta de gosto estético. Lembra o esforço de um ginásial que estivesse aprendendo a redigir, sem conhecimento nem método.

Veja-se agora, quase da mesma data, este minúsculo conto intitulado **O Incompetente:**

— “Um incompetente, já lhe disse !

— Mas o doutor ainda não me deixou falar . . .

— As suas desculpas não servem. Uma vez por outra um incidente desagradável na sessão do maquinismo, e por mais que o Sr. queira se justificar não pode.

— Saiba V. S. que a causa do esquentamento dos bronzes não foi a falta de lubrificação . . .

— Estive lá . . . Verifiquei tudo.

— V. S. acha então que foi . . .

— . . . sua inaptidão para o serviço.

— Dr., eu trabalho há vinte anos com estas máquinas . . . Nesta afirmativa havia um sorriso brando, humilde e eloquente.

— Há vinte anos que o Sr. erra.

O engenheiro ia respondendo de cabeça baixa, debruçado sobre a secretaria, escrevendo qualquer coisa sobre o papel.

— Será possível, Dr., que há vinte anos eu erro aqui e em todas as oficinas onde tenho trabalhado ?

— Se mais anos tivesse de serviço, mais teria errado.

— Seja como V. S. quiser. Mas há-de estar lembrado de minha opinião sobre o assentamento de máquina de amolar . . .

O engenheiro ergueu a cabeça, e como se já estivesse esquecido, indagou, voltando a escrever:

— Como foi isto ?

— Como V. S. delineou, ela não ficava em condições de trabalhar. Foi preciso minha opinião . . .

— Então, eu errei?

— Não, Sr., eu fui quem acertou errando!

Disse sorrindo forçadamente.

— Foi um erro mesmo. O Sr. acertou porque errou.

Fez-se um silêncio. O humilde operário ousou rompê-lo:

— Não sirvo mais, doutor?

— Não, senhor, está dispensado. Entenda-se com o caixa.

O velho operário olhou-o ainda quase sem ódio, quis dizer alguma coisa, mas as roupas finas que vestia o engenheiro, o colarinho alvo, o peçoço grosso e viril, os brilhantes dos dedos roliços e bem tratados, o ambiente, enfim, do escritório, fizeram ainda mais fraco e mais humilde o operário, que resolveu apenas retirar-se, enquanto a porta envernizada do escritório fechava-se ríspida e automaticamente em suas costas”.

Pondo de parte os defeitos de linguagem, aquela *sessão* em vez de *seção* o pronome mal colocado na frase final, etc., este conto nos decepciona muito menos do que a crônica sobre M'gue'inho. Nele já transparece o espírito irônico de Jorge Fernandes, a veia essencial que ele trouxe do berço e somente algumas vezes revelou, embora mal cultivada.

Tem-se falado, por falar, em peças de teatro de Jorge Fernandes. O certo é que o poeta, como outros nesta cidade, em matéria de teatro, nada criou digno de menção. No gênero conto, feitas as devidas ressalvas, nossa opinião é diferente. Daremos novas amostras a respeito. Aqui está uma —

As duas Cruzes:

“.....

— O moço, pru nome Nesinho, não estou bem alebrado... mas era um pedaço de home bonito! Sá D. Quina, esta, tinha uns dezesseis e era um moção!

— Como foi isto?

— Ela era fia do major Zuza. Quis pru força casá cum Nesinho. Este suplicante, que Deus o chame lá, era um vermeio às direitas, o seu maior defeito era sê pobre, mas pobreza, patrão, não é injúria!

— O major não consentiu no casamento...

— Vrije!... Uma feita botou um cabra na batida de Nesinho e por duas vezes cascou-lhe o cavalo em riba — na estrada que vai tê mão à levada

— mas não pôde com o bicho ... O major era home que só sabia brigá de bando. Vomicê viu aquele cabra que passou agora aqui? É o Chico Mocê... Fez parte do bando na noite da zuada.

— Conta-me como foi isso.

— Nesinho canço de esperar que o major aluisse, mandou preguntá à moça se queria fugi. Dito e feito. Apalaram fugi numa noite de luma. Me alembro como se fosse hoje! ... Tinha caído uma penêra de chuva e a luma estava ingrujada na bulandeira... Nesinho esperou ela no passadisso, atrepou-a na garupa e sapecou na estrada. Volta e meia, e o major soube. Apontou os dedos na boca e num instantinho vinheram uns dez homens e saíram catando eles. Adiente os cachorros acuaram. Nesinho arriou a moça da garupa e tratô de se defendê. O major, dando com os olhos nele gritou:

— Cabra, fia de homem não se furta!

Vomicê falou?... Assim ele.

— Cabra, renda-se!

Nesinho a modo que conversou com a moça e ganhou o mato. O major só fez gritá: — Pipoca fogo! — e uma bala foi direitinho varar as costas (lá nela) da difunta Quina, que deu um gemido de juruti e caiu!

Aí Nesinho perdeu o juízo, fala aqui, fala acolá... Era home e cachorro em riba do pobre que fazia inté pena! E num desses gritos uma bala atravessou bem em riba do peito de Nesinho que botou a mão no coração e caiu assim... como um nambu chumbado... e foi direitinho onde estava a difunta. Foi banheiro, devagarinho, amorgou o corpo, baixando... baixando, botou a cabeça em riba da cara dela, e ali ficou gemendo ui!... ui!... ui!... E os cabras baixaram o facão!

Se Vomicê trocê aquele capão de mato, hai de vê duas cruces de parêa que vévem infeitadas, pru que são milagrosas. É ali (comparação) aqui está enterrado o difunto Nesinho... mais adiente, Sá D. Quina..."

O assunto — está-se vendo — não tem nenhuma originalidade. Histórias como esta já foram narradas de mil maneiras, com maior ou menor habilidade de estilo e enredo. O continho de Jorge peca por vários motivos, fáceis de constatar. De tão fraco, dispensa comentário.

No mesmo jornal de Armando Seabra, Jorge Fernandes organizou uma coluna sob o título de **Questionário**, com vinte perguntas interessantes feitas, de cada vez, a uma das figuras ilustres da Natal daquele tempo. Vamos transcrever somente a coluna em que o respondente foi o dr. Homem de Siqueira, então magistrado dos mais íntegros e sisudos:

- Que diz sobre o casamento ?
- É um processo caro para adquirir um bem inestimável.
- Que pensa sobre a vida ?
- Seria boa, se a mocidade fosse eterna.
- Que deseja ser ?
- Desembargador a um conto mensal.
- Que divertimento prefere ?
- Brincar de esconde-esconde, ai de mim!
- Que literatura aprecia ?
- A de minha pátria.
- Qual o melhor livro ?
- **Os Sertões**, de Euclides da Cunha.
- Que mais receia ?
- As apólices.
- Qual a estação sua predileta ?
- O verão com trovoadas...
- Quais as horas de mais inspiração ?
- As que se seguem a um jantar com vinho bom.
- Que pensa das mulheres ?
- Não penso **das**, porque penso **nas**...
- O melhor perfume ?
- **Odor di femina**.
- Seu passatempo preferido ?
- Ver passar as moças.
- Que deseja fazer todos os dias ?
- O que faço todas as noites.
- De que mais se aborrece ?
- Dos patriotas bem remunerados.
- A cor de sua predileção ?
- Nada de negro.
- Seu poeta ?
- O autor de **Virgens Mortas**.
- Seu azar ?
- A perspectiva dos 69...

- Sua religião?
- A católica, para não mudar de tolice.
- Como deseja morrer?
- De “morte, morte de amor, melhor que a vida”.

Voltando aos contos de Jorge Fernandes, omitiremos o que ele divulgou em o número dezessete do jornal de Armando Seabra. A linguagem é a mesma do citado anteriormente, com idênticas imperfeições e muito mau gosto em tudo. Jorge pretendia editar um livro de contos vasados deste modo. O nome do volume seria **Terra Brava**. Nos números 18 e 20 de **O Tempo** se acham mais dois desses trabalhos, ambos do mesmo apagado valor dos restantes. Todos juntos dariam um simples folheto. Felizmente não veio a lume. Aconteceu, no entanto, que, em 1909, Jorge Fernandes e Ivo Filho haviam publicado um opúsculo batizado de **Contos e Troças**. Os versos de Ivo, reunidos no opúsculo, não nos interessam, mas somente os contos de Jorge. A matéria é diminuta e quase sempre desinteressante. Minguam-lhe as virtudes do gênero ou, para usarmos de absoluta franqueza, essas troças metidas a contos nada apresentam que de fato as recomende, desde que em literatura o mérito não pode ser aferido por nenhum padrão local ou nenhuma conveniência alheia à judiciosidade da crítica. Assim sendo, de quanto esquadrinhamos e vasculhamos no aludido folheto, vamos transcrever uma página — a d’**O Homem das Metáforas**, que o próprio Armando Seabra julgou justamente merecedora de alguma tolerância:

“Quando não tenho o que fazer, tomo o automóvel e digo ao **chauffeur**: Para a casa do meu amigo Fulano de tal.

Outro dia, cheguei lá e o supracitado camarada estava na lua das metáforas. Disse ele:

- No dia do meu enterro...
- Já morreste?...
- Não, no dia do meu casamento.

E mais adiante:

- Encontrei-me com a serpente que abraçou-me e perguntou pela filha...
- Uma serpente te abraçando?! E ainda estás vivo?!
- Nada! Era minha sogra.

Depois saiu-se com esta:

- Estando a passear com os meus dois diabos...
- Diabos! Como?...

Pois tu não sabes que só falo por metáforas? Os dois diabos são meus filhos. Encontrei-me com minha cruz. . .

— Quem era essa cruz?

— Minha mulher, que estava a conversar com um dos meus interessados.

— Como?... Já és comerciante?

— Não! Era um dos seus amantes. Deixei-os conversando e continuei no meu passeio. Não pude, porém, descansar com tantos cadáveres.

— Cadáveres!!!

— Sim, os meus credores.

E, para finalizar, aplicou-me esta:

— Estava há pouco fumando um cigarro, quando ouço um cacete dizer-me pelas costas:

— Boas tardes, amigo!

— Um cacete?!

— Sim! É mais uma metáfora. O cacete eras tu!”

O continho realmente pode tolerar-se. Não está de todo insofista. Releem-se-lhe os novos deslizes gramaticais, mormente a colocação errada de dois pronomes. Sabemos que andam por aí certos solecistas, cujo bestunto é refractário à gramática. Alegam a liberdade absoluta do português falado no Brasil. . . Há-de parecer-lhes imbecilidade o cuidado que os povos civilizados têm com a pureza da língua. Por nossa parte, continuaremos a aquilatar do mérito das obras pela rigorosa correção da linguagem, a elegância do estilo e a elevação das idéias. Baseado nestes princípios, é que vimos analisando a produção literária de Jorge Fernandes. Desejaríamos tê-lo podido elogiar, para nosso gáudio íntimo e honra das letras norte-rio-grandenses. A verdadeira crítica, entretanto, repele o encômio sistemático, o gabo mentiroso por amizade, camaradagem ou conveniências subalternas. A honestidade do julgamento deve pairar acima de tudo. E é só desta forma que podemos contribuir para o soerguimento do nível de qualquer meio intelectual, dando o merecido galardão a quem lhe faça jus, apontando claramente as falhas ou as virtudes de cada obra estudada. Vimos adotando este sistema, e não pretendemos mudar de conduta, desde quando, há mais de vinte anos, nos consagramos ao árduo e espinhoso mister da crítica literária.

Ao termo deste apressado comentário, que somente visou à apresentação de certos aspectos desconhecidos da intelectualidade de Jorge Fernandes, queremos declarar que, se ele não sobreviverá pelas fraquezas da sua prosa, em

compensação os primores e as graças dos seus versos modernistas lhe asseguram uma justa imortalidade. Nessa espécie de poesia, na qual tantos já fracassaram, ele figura entre os mais notáveis do Brasil. Não foi vasta a sua messe, mas em literatura a quantidade nem sempre é prova de merecimento. Enquanto isso, a história universal das letras conserva escritores que, apesar de haverem produzido muito pouco, souberam legar-nos para sempre a vibração extraordinária das suas almas e dos seus espíritos. Jorge Fernandes encarna um desses milagres. Ele vive nos seus poemas de tanta originalidade, palpitantes de emoção e colorido, de profundo sabor humano e naturalidade. Na galeria dos poetas máximos do Rio Grande do Norte, o nome dele se alinha ao lado de Ferreira Itajubá, Juvenal Antunes, Othoniel Meneses e Auta de Souza, Glória, pois, ao insigne Poeta.

“Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil”

(Fundação José Augusto — Natal - RN — 1979)

Prefácio à 2a. edição — Franco M. Jasiello

Luís da Câmara Cascudo poderia (e deveria) passar muito melhor sem este prefácio a “Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil”, em segunda edição, agora pela Fundação José Augusto, mas a generosidade do Mestre quis que me coubesse a honra de apresentar o livro.

Escrever de Cascudo, de seus estudos, de seus livros, sem cair no elogio retórico e no óbvio repetitivo, é tarefa quase impossível de se realizar depois do que já escreveram Mário de Andrade, Afrânio Peixoto, Dante de Laytano, Américo de Oliveira Costa, Carlos Drummond de Andrade, Diógenes da Cunha Lima, Zila Mamede (verdadeira heroína e sábia organizadora da pesquisa bibliográfica cascudiana), Veríssimo de Melo, Nilo Pereira e outros nomes ilustres.

Nessa obra, Dante Alighieri e o autor parecem trocar opiniões, a tal ponto o engenho e a acuidade de Cascudo penetram o universo dantesco e a situação histórica, literária e dos costumes na Europa dos séculos XIII e XIV e, principalmente, a situação italiana, com o intrincado nó das lutas entre guelfos e gibelinos, os primeiros divididos em “bianchi” e “neri”, dos “Comuni” transformando-se em “Signorie”, das repúblicas minúsculas com governos oligárquicos, dos tiranos sanguinários como Ezzelino III da Romano, das companhias de ventura e das batalhas, como a de Monteperti, em 1260, “Che fece l’ Arbia colorata in rosso”, das inquietudes que fragmentariam a unidade greco-latina da linguagem, originando o “Dolce Stil Nuovo”.

Considero, portanto, escrever sobre este livro não tarefa, mas missão.

Toda a obra cascudiana é um ato de amor instrumentado por genialidade, conhecimento, pesquisa extenuante, estilo impecável, dirigido ao homem em sua condição primeira e última: “serás o que foste”.

Não se veja nisso a posição reacionária do etnógrafo, negando a possibilidade evolutiva do homem.

Cascudo a reafirma a cada palavra, enfatizando, porém, que a essência, mesmo à revelia do próprio homem, permanece logo abaixo da superfície “comportamental”, estabelecida pela constante das transformações.

Se assim não fosse, Homero e Píndaro, Camões e Cervantes, Virgílio e Dante perderiam sua permanência, seu significado.

Dante, escreve Cascudo, “. . . era homem exato do seu tempo. De todos os tempos humanos”. Esse homem de todos os tempos, Cascudo revela vivo em nossos hábitos, em nossos gestos, em nossas palavras.

Nosso quotidiano mais secreto, revela Cascudo, nasceu há vários séculos, ou, como no título do livro de Carlo Levi, “Il futuro há um cuore antico” — (O futuro tem um coração antigo).

Os aspectos de “Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil” são múltiplos.

Obra única, pela proposição do autor, quanto ao estudo etnográfico (Cascudo: “A DIVINA COMMEDIA tem sido percorrida pelos olhos dos teólogos, historiadores, psicólogos, poetas, políticos, filósofos, artistas, estetas, juristas, críticos. Nunca o foi por um etnógrafo”), é fundamental para a justa compreensão histórica e sócio-cultural da Idade Média e início do Humanismo, absolutamente nova e indispensável como introdução à crítica psicológico-literária de Dante e sua obra.

Do ponto de vista etnográfico a obra será cheia de surpresas.

Superstições, usos, comportamentos nossos, destes dias são encontrados na “Commedia”, em “Il Convivio”, em “La Vita Nuova”. Cascudo indaga, revela, explica, documenta, demonstra e, lendo-o, nós nos descobrimos antigos e presentes, gigantes e pigmeus na ostentação de nossa cultura racional e analítica que, se de um lado permite a obra de um Cascudo, de outro esquece a essencialidade do homem na dimensão do tempo.

Cabe-me dar um testemunho pessoal da incisividade cascudiana em suas observações.

Em abril de 1945, último mês da II Guerra Mundial, na Lombardia, perto de Milão, tive a ocasião de presenciar o ato de “propagginare”, o sepultamento vertical, os pés para cima, que os florentinos, dos séculos XIII e XIV reservavam a certo tipo de criminosos, castigo eterno do Papa Nicolau III nas “Malebolge” do canto XIX do Inferno dantesco.

Um grupo de guerrilheiros (“partigiani”), enterrara um assassino fascista, colaborador da “Gestapo” e montava guarda ao “túmulo”, fora do qual apareciam dois pés calçados de botas militares. Outro caso similar é relatado por Curzio Malaparte no livro “La Pelle”, acontecido na Toscana, também durante os últimos meses da Segunda Grande Guerra. Não sei se relato de fato verídico, memória culta do autor, toscano de Prato, ou notícia recolhida e transformada em episódio de ficção.

Outro criminoso fascista foi enterrado de cabeça para baixo, com um só pé para fora da sepultura, havendo um “partigiano” de guarda, surdo às súplicas da mulher e da filha do morto, rogando para que tivesse aquele resto de corpo coberto de terra.

Isso, no século XX, na região da “Madonna” marmórea de Giovanni Pisano, dos afrescos de Agnolo Gaddi e frei Filippino Lippi, do campanário de Giotto e do tabernáculo de Orcagna.

Como não lembrar de Mussolini, Claretta Petacci e potentados fascistas pendurados de cabeça para baixo, pelo furor do povo, depois do fuzilamento, em um posto de gasolina, na Piazza Loreto, em Milão, no dia 28 de abril de 1945?

Cascudo lembra que do “propagginare” ficou a superstição do “sapato emborcado — apelo mágico para a desgraça”.

A memória, o arquétipo jungiano, o inconsciente coletivo, a tradição oral, o saber do povo, mantêm o costume através de símbolos que são forças atuantes, no estado latente, da piedade e da crueldade humana.

Esta é a mensagem de Cascudo etnógrafo e os fatos que lembrei confirmam que basta uma dobra da História, um estremecimento sócio-político ou um estado de angústia e opressão prolongado, para que os hábitos, ocultos em símbolos, voltem com a ciolência, a vitalidade que os originaram.

A visão de Cascudo em relação ao momento histórico e sócio-cultural da Idade Média, particularmente na Itália, é paradigma de serenidade culta e perspicaz.

Quem está familiarizado com os volumosos compêndios da “Storia dell’Itália medioevale” onde tudo é treva, fora do lume solitário na cela do frade, curvo às suas “iuminuras”, e do “Cantico delle creature” de “Frate Francesco d’Assisi”, não pode deixar de respirar um ar revitalizante lendo daquele período em “Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil”.

Nessas páginas há o gênio atlântico e alísio de Luís da Câmara Cascudo, levando a solaridade do Nordeste brasileiro a desfazer a névoa e a poeira das interpretações pedantes, indigestas e facciosas que escureceram a compreensão dos estudantes e dos estudiosos desde as “Rerum Italicorum” de Muratori, até a revisão crítica de Carducci e Fiorini, incluindo as notícias folclóricas de Heraeus. Cascudo não aceita situações consagradas pelo “historicismo”. Mostra a exuberância cultural da Idade Média. Ao lado de lutas fratricidas há a integração literária e artística do popular, do anônimo com o erudito, o titulado.

Há a unidade de sentimento que se expressou na linguagem das cate-drais góticas, nos cantares e nas lendas que pertenciam a nobres e plebeus.

Escreve Cascudo: “— o século XIII consagrara o burguês e neste a mentalidade popular no nível da potência econômica”. A distinção por categorias não pertence, culturalmente, ao Médio Evo e sim à Renascença.

Ainda Cascudo: “E na Itália, dividida e convulsa dos guelfos papais e gibelinos do Imperador germânico, o governo das cidades, mesmo na mão da aristocracia, compreendia participação entusiástica popular, os Neri, os Bianchi, como não ocorria, no momento na França, Alemanha, Inglaterra”.

A sensibilidade aos fatos essenciais da História, veda a Cascudo demo-rar-se em considerações secundárias quanto a tenebrosas “consorterie con torri e logge”, recorrentes em todos os autores que tratam do século XIII e XIV na Itália.

O importante não é o antigo senhor feudal que, por herança da “fara” germânica, longobarda, transferindo-se para a cidade, já município (“comune”), erige suas torres-fortalezas congregando os “gentili”, parentes e afins, para, eventualmente, fomentar guerras civis ou delas defender-se: a “consorteria” é cauda do feudalismo.

Realmente importante é o que Cascudo descobre nos dois séculos que antecedem o “Renascimento”.

Os idiomas novos, nascidos do grego e do latim, criam condições de participação popular em todos os níveis. A religião, unitária, mas mitificada pela criatividade individual e de grupos gera lendas que enriquecem a cultura da

época chegando, ainda hoje, a determinar certos comportamentos entre nós. Principalmente importante é que o povo dos séculos XIII e XIV participa, como um todo, dos movimentos políticos, sociais e culturais, existindo a unidade que, atualmente, procura-se, ainda sem êxito, alcançar.

Cascudo, entre outros privilégios, tem o de privar da intimidade de Dante Alighieri. Há um diálogo estabelecido entre Dante e Cascudo. À indagação do etnógrafo, do historiador, do escritor, corresponde resposta consoante nas “terzine” do Poeta. À solicitação que o verso, ou a postura, do Poeta lançam, há a resposta explicativa de Cascudo.

A intimidade de Cascudo com Dante nasceu da sintonização daquilo que Goethe chamava “afinidades eletivas”. Não bastam seis ou sete séculos, nem o Atlântico, para impedir a busca e o encontro de espíritos universais. Como Virgílio encontrou Dante, Dante encontrou Cascudo.

O encontro não aconteceu “na selva escura”, mas em Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, século XX. Encontro austral, frente a um Potengi manso e luminoso.

Os estudos sobre Dante e sua obra começaram antes que se passassem cinquenta anos da sua morte.

Algumas escolas e universidades comentavam publicamente a “Divina Commedia”, junto com os clássicos greco-romanos e “dantista” era título de honra em fins do século XIV.

É título que deve juntar-se aos tantos que Mestre Cascudo possui.

O Dante de Cascudo não aparece desbotado como nos comentários de Iacopo Alighieri, filho do Poeta, limitado à dimensão místico-religiosa como em Bosone da Gubbio e frei Guido da Pisa. Esse de Cascudo é o Dante da grandeza e da miséria humana.

Giovanni Boccaccio e Iacopo della Lana, no século XIV já mostravam um Dante atormentado, homem ferido, circunscrito, porém, ao estereótipo da moral católica vigente na época.

Nos séculos XVII e XVIII (visto que nos séculos XV e XVI Dante foi considerado apenas herança literária, ganhando dos “modernistas” a alcunha de “antigo” e a “Commedia” sendo classificada como “gótica”), os estudos tornam-se mais exatos, através de Leonardo Bruni d’Arezzo e de Giovanni Battista Vico que foi o primeiro a indicar os reais valores poéticos de Dante, porém interpretações e definições da “Commedia” e da figura do Poeta continuam

nebulosas, assim permanecendo nos comentários de Parini, Monti, Foscolo, Leopardi e Tommaseo, até o século XIX. Em fins de 1800 e início deste século começa o verdadeiro estudo crítico, em sentido moderno, de Dante e sua obra.

Os italianos Pistelli, Del Lungo, Rostagno, D'Ancona, Rajna e De Sanctis desenvolveram estudos críticos e analíticos que se ressentem ainda do conceito romântico de “Dante padre”, Dante pai da italianidade, da língua “volgare”, do “ser humano aspirando ao divino”.

O inglês Barlow vê Dante, essencialmente, como inimitável arquiteto versificador e, a “Commedia”, como uma espécie de lago represando a sabedoria de seu tempo.

Os alemães Bassermann e Vossler anatomizam Dante e sua obra detalhadamente, anotando com diligência as várias interpretações e descrevendo fatos.

Todos esses estudos e estudiosos, incluindo as teorias didáticas do ensino universitário europeu e seus representantes, terminam por limitar as proporções da obra da figura dantesca.

Cascudo propõe um Dante não simplesmente “homem de seu tempo”, inquieto, atormentado, perseguido e gênio em busca do absoluto, mas o que “refletia o juízo popular nas suas decisões supremas”, um Dante que além de beber na fonte do povo, é parte integrante dessa fonte.

Em “Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil”, Dante é, radicalmente, voz e porta-voz do povo. Conteúdo e continente.

Cascudo vê na universalidade, na permanência de Dante, aquilo que foi, por séculos, ignorado, esquecido, relegado. A obra do Poeta não é exercício cerebral abstrato, mas participação na História e nas estórias, envolvimento total com o tempo e os homens.

Dante, antes de Cascudo, sempre foi visto como manipulador de rimas, mestre de retórica, precursor da unificação italiana, filósofo e teólogo em sílabas e acentos, teórico da disputa lingüística entre “nobre latim” e italiano plebeu, “volgare”. Foi visto como construtor de uma grandiosa catedral gótica de pensamento escrito em versos. Só Cascudo lembrou que Dante a “construiu”, por saber ler a “mensagem” das catedrais como qualquer homem da Idade Média.

Cascudiana é também a explicação das duas “atitudes” da “Commedia”. Uma para “L' Inferno” e “Il Purgatorio”, outra para “Il Paradiso”.

Há séculos, a tradição oral mantém viva a memória, no povo toscano, de “Inferno” e “Purgatorio” dantescos “Il Paradiso”, raramente, aparece nas citações populares.

Para os estudiosos sempre foi motivo de debate, de “vão filosofar”, a diferença entre as duas primeiras partes e a última, da “Divina Commedia”.

Às vezes, quase à “boca pequena”, alguns críticos disseram aquilo que o povo há muito já percebera: “Il Paradiso” não alcança, integralmente, a mesma unidade e fluência de “L’ Inferno” e “Il Purgatorio”.

Cascudo escreve: “Inferno e Purgatorio são atitudes medievais. Il Paradiso anuncia o debate metafísico renascentista”.

A verdadeira causa da diferença é a indicada por Cascudo.

A poesia de “Inferno” e “Purgatorio” é fruto de vivência dentro do próprio tempo, de vozes, preconceitos e preceitos, lendas e religiosidade, misticismo, pertencentes ao povo, à estória e a história dos homens em seu cotidiano de tentativas, de improviso e antigo saber, de sofrimento contestatório e paixão rebelde, de ironia e piedade, de todos os sentidos, todos os sonhos, todas as fugas, todos os retornos.

As penas e os sentimentos dos que habitam “Inferno” e “Purgatorio” são penas e sentimentos conhecidos, imaginados, sentidos pelo povo. O cristianismo não conseguiu apagar, por completo, o materialismo pagão na Idade Média e esse materialismo revela-se nos castigos e nos “pronunciamentos” dos pecadores que padecem no “Inferno” e “Purgatorio” dantescos.

A linguagem dos condenados é linguagem do povo, conservando suas características ideológicas profundamente humanas, não se distanciando daquilo que era o conhecimento comum do povo. Atitude medieval, portanto, definida por Cascudo.

O “Paradiso” é fruto de elucubrações, erudição, cerebralismo, misticismo elaborado em alturas solitárias.

Os habitantes de “Il Paradiso” usam apenas formalmente a mesma linguagem dos de “L’ Inferno” e de “Il Purgatorio”. O conteúdo quase não emana da vivência do povo e com o povo, da sua participação histórica e cultural. É conteúdo refinado pela especulação filosófica e teológica proveniente de um restrito grupo de iniciados.

Os elementos que compõem a “Divina Commedia” são, sem dúvida, na sua totalidade, medievais. “Il Paradiso”, é impregnado do pensamento medieval, mas seletivo, elitista, por isso Cascudo define sua atitude como renascentista.

Pode-se argumentar, à luz da crítica filosófica, que as três partes da “Commedia” refletem o princípio gnóstico, representando cada uma a condição do homem que, possuindo matéria (Mal), está completamente afastado de Deus (Inferno), dele aproxima-se através da expiação, castigando a matéria (Purgatorio) e a ele se reúne alcançando a graça (Paradiso). Em consequência estariam mais próximas do comportamento humano, as duas primeiras partes da “Commedia”, por isso mais familiares, enquanto a última seria reservada a poucos “eleitos”. Tudo isso, não empresta maior popularidade, ou maior densidade poética ao “Paradiso”, continuando, “Inferno” e “Purgatorio” pela “medievalidade” apontada por Cascudo, os maiores exemplos do gênio poético e literário de Dante. Quanto à crítica filosófica, resta repetir o que escreveu Salvatore Quasimodo: “I filosofi questi, nemici naturali dei poeti” (Os filósofos, esses inimigos naturais dos poetas).

Cascudo, em “Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil”, não faz concessões a nenhum conceito ou juízo óbvio sobre Dante, sua obra e, pela primeira vez, ao longo da literatura universal, descobre “a função ininterrupta”, dos assuntos da “Divina Commedia”, na existência popular do Brasil.

Neste livro Cascudo é etnógrafo, historiador, crítico, mas acima de tudo, poeta, artista.

O perfil que traça de Dante Alighieri é tão sintético e definido quanto o mais belo dos poemas e a adjetivação, contida, lembra as crônicas dos séculos XIII e XIV de Dino Compagni e Giovanni Villani.

O Dante de Cascudo é, “soberbo e desdenhoso, altivo e sentimental, apaixonado pelas soluções ditadas na própria mentalidade, na química do raciocínio individual. Vendo argueiros nos olhos alheios e despercebido dos pessoais”.

Esse de Cascudo, é o Dante que, conta Petrarca, hóspede de Cangrande della Sca'la, senhor de Verona desde 1311, naquela corte onde se reuniam, artistas, guerreiros, jograis e filósofos, permanece em silencioso desdém diante da exibição medíocre de um obscuro bufão, enquanto o resto dos convivas delicia-se participando da farsa e, à pergunta do próprio Cangrande, seu anfitrião, do motivo do seu comportamento, visto que um maluco como aquele agradava a todos, enquanto um sábio como ele desagradava, responde: “Porque os que se parecem se amam”.

É o Dante que, “com soberba e altivez”, dirige palavras ásperas àquele mesmo Cangrande exaltado pelo vinho, abandonando enfasiado o generoso senhor e sua corte mirabolante que Manuel Giudeo, amigo de Dante, descreve em alguns versos bizarros:

Quivi astrologia
com phi'osophia,
E di theologia
Udrai disputare;
Quivi Tedeschi
Latini e Franceschi
Insieme parlare;
Fanno um trombombe
Che par che rimbombe
A guisa di trombe.
(Aqui astrologia
com filosofia
E de teologia
Ouvirás disputar
Aqui Alemães
Latinos e Franceses
Flamengos e Ingleses
Juntos a falar;
Fazem um estrondo
Parecendo ribombo
Como fosse de trompas.)

Cascudo dá a dimensão humana, a consequência poética, de Dante em sua plenitude, nada aproveitando de imagens convencionais.

É o guelfo que, uma vez exilado, tendo-se tornado gibelino, não se dobra a imposições de conveniência política imediata.

É o quase adolescente (“Prima che fuor di puerizia fosse”), apaixonado por Bice, por ele chamada Beatrice, “beatificadora”, amando-a idealmente viva e morta, conservando intacto esse amor até o fim de sua vida, fato que não impediu seu casamento com Gemma Donati e muito menos impediu outros amores.

Dante é parcia!, implacável, independente, condenando e absolvendo em um tribunal onde, além de juiz, é promotor, advogado de defesa, júri e testemunha, segundo suas paixões, suas frustrações, sua generosidade, sua mesquinhez. É presunçoso, áspero, contundente, idealista e corajoso, irreverente e vaidoso.

Cascudo esculpiu Dante em incorruptível verdade histórica e psicológica. Não há sombras na escultura. Só a luz e o “movimento” indicadores do gênio universal, do homem eterno, do Poeta.

A primeira edição de “Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil” foi publicada pela Pontifícia Universidade Católica, do Rio Grande do Sul, com prefácio de Dante de Laytano, em 1963, na proximidade do setingentésimo aniversário do nascimento de Dante.

Quis Cascudo homenagear a memória do Poeta com um livro que mostrasse presente em nosso País através de reminiscências que se perpetuam em hábitos e costumes recorrentes, em sua maioria, na “Divina Commedia”.

Não tenho notícia de homenagem mais valiosa e significativa a Dante Alighieri, mas a grande homenageada é a literatura universal.

Cascudo costuma dizer que é um homem feliz por ter sido sempre aquilo que quis ser: professor. Atualmente, Professor Emérito, Doutor “Honoris Causa”, não está mais atrás da cátedra na Universidade ou no Atheneu Norte-Riograndense. Sua cátedra são seus livros. Seus alunos todos nós, os leitores.

A Biblioteca, veículo de consumo do livro no contexto social do Brasil de hoje

UMBERTO PEREGRINO

As impossibilidades individuais para a compra de livros, criados principalmente pela baixa capacidade aquisitiva da nossa gente, cada vez mais baixa, encontram nas Bibliotecas a oportunidade de acesso ao livro. Daí o papel social que assumem e o caráter que adquiriram, no nosso tempo, assim definido: Biblioteca, instituição leiga e civil, pública e aberta, tendo seu fim em si mesma, respondendo a necessidades novas.

A Biblioteca moderna, no dizer de Wilson Martins, não apenas abriu largamente as suas portas, mas ainda sai à procura de leitores, não apenas quer servir ao indivíduo isolado, mas ainda deseja satisfazer as necessidades do grupo, assumindo o papel de órgão dinâmico e multiforme da coletividade. À sua passividade substituiu-se um lugar dinâmico.

Desse desdobramento da função da Biblioteca, tão distanciada, já agora, daquele caráter aristocrático ou simplesmente passivo, a qual decorria de certa especialização determinada pela identidade de interesse da sua clientela fechada, resultou a diversificação em tipos correspondentes às demandas sociais mais caracterizadas. E assim temos, por exemplo: **Bibliotecas Públicas** (populares), Eruditas (bibliotecas museus, a exemplo da BN), Escolares (diversos níveis) Infantis (a partir de 1890, com a Biblioteca Brooklim, Massachusset),

Especializadas (caráter técnico). Do ponto de vista social é a Biblioteca Pública (popular) a que exerce papel mais importante, por que é a que tem mais ampla utilização e daí mais sensível penetração.

Obviamente esse papel só será desempenhado, na plenitude, se a BP existir devidamente adequada a esse papel, isto é, instalada, organizada e mantida aos padrões do tempo e da comunidade a que deve servir. Dessa forma, há que conferir-lhe condições adequadas quanto a **instalações** (localização, funcionalidade, ambiência), **acervo** (planejado), **pessoal** (preparação correta), **funcionamento** (técnicas comerciais, incluindo muito especialmente tratamento que assegure as manifestações de participação e de crítica).

Exemplo expressivo (talvez único no Brasil) da BP moderna é o da Biblioteca do Estado, em Salvador, planejada e construída no Governo Luís Viana Filho.

O Brasil poderia, entretanto, estar em posição adiantada nesse terreno se houvesse tido andamento conclusivo o **Projeto das Unidades Culturais**, surgindo do planejamento denominado **Diagnóstico Preliminar da Cultura**, elaborado no âmbito da antiga EPEA, atual IPEA, do antigo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, para servir ao Governo do Marechal Costa e Silva.

As **Unidades Culturais** foram concebidas sob inspiração humanística. **Meta: o homem integral**. Tratava-se, portanto, na esfera cultural, de atender o homem brasileiro no conjunto das suas necessidades intelectuais e sensíveis. As **Unidades Culturais** surgiram, assim, como organizações integradas de cultura, materializadas numa estrutura múltipla, tendo a BP como núcleo atívido do sistema.

Para atingir esse objetivo foi idealizado um tipo de Biblioteca capaz de oferecer, além dos serviços convencionais, as mais variadas oportunidades culturais e educativas.

A estrutura da U.C. compreendia:

- Biblioteca Popular
- Biblioteca Infantil com Escolinha de Arte
- Fonoteca (para audições individuais e coletivas, estas devidamente programadas)
- Grande Auditório — para teatro, cinema e todas as demais atividades de auditório.
- Pequenos auditórios para reuniões coloquiais, cursos, etc.

- Sala para Exposições de Artes Visuais
- Museu da Palavra — guarda de manuscritos, gravações e relíquias de todos os tipos relacionados com a criação intelectual.
- Gabinetes individuais para o trabalho de pesquisadores.

Sob essa estrutura, a **Unidade Cultural**, equivalente a uma Casa de Cultura, devia atuar de forma essencialmente dinâmica, promovendo as mais variadas oportunidades culturais e educativas, além de manter ainda: serviços de reprografia, de encadernação, de saúde dos livros e de extensão, este utilizando os meios de maior rendimento, como carros-biblioteca e o sistema de caixas.

Para o serviço de extensão com carros-biblioteca foi idealizado e posto em prática experimental, com êxito absoluto, um sistema apresentado através da chamada **Bandeira do Livro**, a qual assim se desenvolveu:

Um grupo de Trabalho, presidido pelo próprio Diretor do INL, empreendeu deslocamento rodoviário entre Teresina e Natal, parando de cidade em cidade desse percurso, para fazer demonstrações com um carro-biblioteca, tipo Kombi, nas praças públicas. Na ocasião, articulava-se com a Prefeitura de cada cidade visitada seu ingresso no sistema de carros-biblioteca, idealizado pelo INL, e que consistia no seguinte: oito ou dez Prefeituras se reuniram em Convênio liderado pelo INL para adquirirem um carro-biblioteca tipo Kombi, o qual, posto a funcionar com livros e pessoal técnico do INL, atenderia os municípios de cada grupo formado. Dessa forma, um carro-biblioteca visitava, periodicamente, a cidade sede do município e seus distritos, distribuindo, por empréstimo, o acervo que conduzisse, sempre renovado. Quando a cidade possuísse biblioteca pública, o carro-biblioteca atuaria em combinação com a biblioteca, deixando com ela o saldo de livros não emprestados.

As visitas seriam quinzenais e a cada nova visita era trocado o acervo distribuído na visita anterior, o qual, no dia seguinte, já seria distribuído em outro município, e assim por diante, durante 10 dias seguidos. O sistema trabalhava, portanto, com 11 acervos iniciais, o que significava assegurar o rodízio de acervos diferentes durante 5 meses.

Acresce, em favor do sistema, a ação de impacto do carro-biblioteca, cada vez que chegava a uma cidade e estacionava na praça pública, fazendo uso do seu alto-falante e oferecendo livros infantis, didáticos, de leitura e cultura geral.

O sistema representado pelas **Unidades Culturais** visa, basicamente, no plano social, a despertar a comunidade para a participação na vida cultural da sua área geográfica, com vistas à integração social, à elevação do nível educativo e cultural, conseqüentemente influenciando no desenvolvimento econômico e na segurança social.

Esse aspecto foi, aliás, reconhecido pela UNESCO quando o Projeto lhe foi submetido e recebeu o devido exame do Professor Robert Escarpit (famoso autor da "Revolution du Livre"), enviado ao Brasil especialmente para isso. Pois bem, o Prof. Escarpit assim se manifestou no Relatório à UNESCO:

"Nos planos do Instituto Nacional do Livro figura a criação de Unidades Culturais, que está em vias de realização. Este projeto é do máximo interesse. Dentro de um ano poder-se-ão ver seus primeiros resultados, mas desde já as idéias nele contidas e as primeiras realizações que ele pode apresentar indicam que o projeto poderá servir de base a uma ação futura sobre o plano Latino-Americano. A idéia consiste em instalar numa dezena de pontos do território brasileiro (praticamente em todo o território), fora das grandes aglomerações humanas, centros culturais integrados de um certo tipo, fundado sobre o livro. Foram realizados estudos muito sérios para fornecer planos que servirão de modelo para estes estabelecimentos, que compreendem não só bibliotecas, salas de teatro e cinema, laboratórios reprográficos, salas para pesquisas, lojas para vendas de livros, mas ainda cercanias de aldeias para crianças, para onde se poderão trazer as crianças em idade escolar das mais distantes regiões, para um período mais ou menos longo".

A disseminação das **Unidades Culturais** foi programada tendo por escopo a cobertura de áreas geoculturais, eleitas mediante o levantamento de dados relativos ao índice de alfabetização, ensino médio e superior, vida cultural, associações culturais, publicações e ainda a tradição de cultura e grupos populacionais em processo de aculturação. Preocupação prioritária de interiorização, partindo do conceito de que o desenvolvimento cultural deve figurar como um dos itens do programa de desenvolvimento do país.

Assim, surgiram como indicadas para receber as Unidades Culturais da primeira etapa desse Plano, em número de 15, as seguintes cidades:

MANAUS (AM) ou SANTARÉM (PA)
TERESINA (PI)
NATAL (RN)
JUAZEIRO (BA)
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

CARUARU (PE)
CURVELO (MG)
SÃO CARLOS (SP)
MARINGÁ (PR)
BLUMENAU (SC)
CAXIAS DO SUL (RS)
SANTA MARIA (RS)
CUIABÁ (MT)
PORTO VELHO (RO) e
BRASÍLIA (DF)

Colocada foi também a necessidade de estabelecer padrões arquitetônicos para as instalações destinadas às **Unidades Culturais**, sob a organização prevista. Nesse sentido, empreenderam-se estudos especiais, através de um Seminário de Arquitetura de Bibliotecas, promovido pelo Instituto Nacional do Livro, realizado em março de 1969. Desse Seminário, que reuniu bibliotecários e arquitetos de todo Brasil, resultou:

I — Fixação do processo para alcançar os padrões ideais das instalações destinadas às **Unidades Culturais** nas diversas regiões brasileiras;

II — Fixação dos padrões mais convenientes de equipamentos para os diversos órgãos das **Unidades Culturais**.

Mas, além de tudo isso, que constituía a substância ideológica do **Projeto**, as **UC** deveriam servir de respaldo, saudável e permanente, à nossa indústria editorial, cujas tiragens de obras de boa qualidade e de real interesse cultural teriam garantida, como ponto de partida (decisivo), a sistemática aquisição de obras destinadas à distribuição pelos municípios brasileiros (bibliotecas locais), cerca de 4 mil. E esse item estava expressamente consignado no **Diagnóstico Preliminar da Cultura**, através do qual, pela primeira vez, o Governo Federal se armava com um **Plano de Cultura**. Depois desse **Plano** cuja execução, cumpre registrar, foi interrompida quando interrompido foi o Governo do Mal. Costa e Silva.

A **Unidade Cultural Piloto**, localizava-se na cidade do Natal e já estava com as suas instalações quase concluídas, inclusive a do teatro, cuja construção fora feita sob especificações fornecidas pelo então Serviço Nacional do Teatro. A **Unidade** chegou a funcionar experimentalmente durante a Semana do Livro, em outubro de 1970.

Igualmente em vias de conclusão estava a **Unidade Cultural** de Brasília, situada na Av. W-3, mediante a excelente adaptação de prédio histórico proveniente dos tempos heróicos da construção da Nova-Cap.

Nenhum outro projeto igual ou semelhante veio a existir, porque o que se elaborou mais tarde, através do órgão próprio, o CFC, não alcançou, até o presente, a fase executiva.

Quanto ao livro, porém, a aplicação do Diagnóstico, posta em marcha durante o Governo Costa e Silva, produziu resultados que francamente consagram as proposições ali contidas.

As metas básicas da **Política do Livro**, calcada no **Diagnóstico Preliminar da Cultura**, eram:

— Democratização do livro, significando isso levá-lo a toda parte, por todos os meios, ao maior número;

— Incentivação e apoio efetivo ao criador de cultura através do livro, o escritor.

Foram instituídos através de Decreto Federal as seguintes premiações:

Prêmios Literários Nacionais compreendendo dois grupamentos: obras publicadas e obras inéditas.

Nas obras publicadas contemplavam-se os gêneros:

- . Romance
- . Poesia
- . Estudos Brasileiros

Com distribuição nos anos ímpares.

- . Conto e Novela
- . História do Brasil
- . Ensaio Literário

Com distribuição nos anos pares.

As obras inéditas eram premiadas anualmente, e os prêmios eram:

José Lins do Rêgo (Ficção);

Jorge de Lima (Poesia);

Mário de Andrade (Ensaio Literário ou Filosófico).

Além desses havia ainda o Prêmio **Viriato Correa** para Literatura Infantil. E então se pensou e se pôs em prática, pela primeira vez entre nós, para premiações de Literatura Infantil, a concessão do Prêmio em duas etapas, com julgamentos sucessivos: primeiro o texto a seguir a ilustração do texto vitorioso, mediante inscrição especialmente aberta para esse fim. Em verdade dois prêmios num só, porquanto texto e ilustração recebiam valores em dinheiro exatamente iguais.

Ora, para colocar o livro nas mãos do maior número, impunha-se basicamente:

— criação de estruturas que respondessem pela presença do livro em toda a parte e assegurassem o seu consumo pelo homem brasileiro (função das UC);

— apoio à produção, possibilitando editoração fácil através de compras básicas destinadas a bibliotecas públicas;

— apoio igualmente à indústria gráfica, em que se apoia, por sua vez, a indústria editorial, traduzido em medidas que proporcionassem a atualização dos seus equipamentos;

— racionalização dos métodos de produção, de modo a reduzir custos, tornando o produto editorial competitivo em todos os níveis do poder aquisitivo do homem brasileiro alfabetizado.

Como formas de incentivação e de apoio ao escritor, estabeleceram-se:

— Premiações de vários níveis;

— Organizações e publicação de antologias de novos (conto, ensaio, poesia);

— Aquisição, no original, de obras de autores inéditos, com a finalidade de assegurar a editoração de autores novos;

— Coedições, apenas para obras importantes culturalmente, todavia, sem viabilidade comercial. A esse respeito cumpre ponderar que a coedição de obras de circulação comercial garantida representa verdadeiramente um festival de favores, quando não de rendoso favorecimento.

Outras medidas certamente devem completar as que se impõem nas áreas da produção industrial e da produção intelectual. São:

— Organização da Distribuição, tida como setor onde a editoração tem seu ponto de estrangulamento mais crítico. A verdade, porém, é que as dificuldades começam efetivamente na insuficiência do poder aquisitivo da nossa gente e na organização propriamente dita, apenas se prolonga. Vale registrar, a propósito, que ainda não foi adotado, entre nós, o sistema das Distribuidoras especializadas, representando o atacado da produção livreira;

— Reformulação das Livrarias, ora em crise declarada. Há que atendê-las quanto a financiamentos para instalações; formação de pessoal, criação dos Mercados de Cultura, divulgação — tendo por base a informação bibliográfica, de que já houve no âmbito do Instituto Nacional do Livro, a experiência da Bibliografia Brasileira Mensal (BBM), garantida, quanto à coleta, por Depósito Legal decretado especialmente para servi-la.

Finalmente, como fundamento de uma Política do Livro pra valer, não sujeita ao esvaziamento contumaz, feito de preterições sobre preterições em matéria de recursos, impõe-se a instituição de um **Fundo de Cultura**, capaz de assegurar o custeio dos Planos não apenas do livro, mas por igual do Teatro dos Museus, do Patrimônio Histórico e Artístico, da Música, da Dança, em fim, de todas as manifestações Culturais.

Mas, ao cabo desse levantamento de dados e da formulação de tantas colocações, umas especulativas outras chumbadas de objetividade, proponho uma indagação singela:

— Qual o destino do livro no Brasil, onde, além de tudo, sofre também o confronto com os novos veículos de Comunicação Social, oriundos da explosão tecnológica?

Resposta impossível, mas impossível é pensar, quanto à tecnologia, em fórmulas de convivência, e até programá-las. Exemplo da iniciativa nesse sentido veio a ser o Prêmio Roquete Pinto, instituído pelo INL, em 1968, (abandonado), o qual visava a dois importantes resultados na associação livro x cinema: de um lado, levar a obra literária ao cinema, multiplicando assim a projeção da mensagem do escritor; de outro lado, valorizar cada vez mais o cinema brasileiro, pelo aproveitamento de histórias consagradas na Literatura nacional.

O primeiro ganhador do **Prêmio para Roteiros** de cinema foi nada menos que o cineasta Lima Barreto, com o roteiro do clássico da Literatura Brasileira **INOCÊNCIA**, de Alfredo Taunay.

A Política Universal do Livro, conduzida pela UNESCO, parte do princípio de que o livro, só ele, é instrumento capaz de conseguir o domínio cultural do mundo, exercendo sua função de preservar culturas e estimular outras.

Em verdade, o livro é o mais qualitativo veículo de Comunicação, mas é também o mais frio. Dessa forma, há que reconhecer o imperativo de uma política cultural integralizante, dirigida à massa, e para cuja efetivação se crie um sistema operante, servido por estruturas atualizadas, além de compatibilizadas com a realidade brasileira. E, dentro dessa Política, mediante a implantação de um sistema de bibliotecas, organizadas estas como peças de uma estrutura ao modelo das projetadas UNIDADES CULTURAIS, estará assegurada a grande distribuição do LIVRO BRASILEIRO, sob modalidade de que advirão necessariamente dois resultados decisivos:

— fortalecimento, em termos de resistência às multinacionais, da indústria brasileira do livro;

— incrementação da cultura do homem brasileiro, a quem o livro chegará pelo canal de maior rendimento sócio-cultural, que é certamente a Biblioteca, oferecida na condição de líder de um sistema integrado de cultura.

Poemas
de
Esmeraldo Siqueira



Natal antiga

A Natal que eu amei não mais existe.
Era pobre, era humilde, era singela.
Recordo tudo ainda... E como é triste
A saudade que estou sentindo dela!

Visões celestiais da meninice,
Devaneios febris da mocidade,
Ressurgem-me na ingênua garridice
Desse viver antigo da cidade.

Passava mansamente cada dia.
O tempo não mudava, e nada havia
Que às maneiras dagora semelhasse.

A própria natureza era serena,
Nossa existência transcorria amena
Como um sonho que nunca se acabasse.

Mal da vida

Frenesi de volúpial ânsia incontida
De gozos impossíveis, de venturas
Feitas de mil enganos e loucuras:
— Eis a tragédia estúpida da vida.

Sangrenta, qual se fora ampla ferida,
Abre-se em roxas pétalas impuras
A floração de estranhas amarguras
Nalma profundamente dolorida.

O mal, Senhor do Mundo, em cada canto,
Onímodo fantasma, nos espreita,
Indiferente ao desespero e ao pranto.

Chega, entretanto, o termo da jornada.
Toda a enorme ilusão vai ser desfeita
Na sempiterna escuridão do nada.

Consolatrix dea

Há quantos longos anos, ó Poesia,
Na minha solidão estás presente,
Amenizando esta melancolia
De um viver de precito e penitente.

Quando uma dor suprema me excrucia,
Tu me socorres logo, tu somente,
Bálsamo santo, dúlcida ambrosia
Que me vens consolar piedosamente.

Mesmo em plena velhice, quase morto
Ao peso de um destino malfadado,
És meu único bem, o meu conforto.

Foste na vida um vinho capitoso,
Serás na morte o derradeiro gozo
De quem soube render-te amor sagrado.

Tristeza

Os que eu supunha humildes deserdados,
Joguetes da miséria e da injustiça,
Vi perseguindo, como cães danados,
Quem por eles ousasse entrar na liça.

Eu tentara esquecer dos desgraçados
Na humana história essa lição sediça,
Os santos e os heróis sacrificados
À causa do direito e da justiça.

De tanta infâmia e ingratidão no mundo,
Descri de tudo. Um malestar profundo
Reina agora em minhalma estarecida.

Foi-se-me a própria luz da natureza.
Ficou-me a sombra imensa da tristeza,
Entre o nojo da morte e o horror da vida.

Crucis mea

Que há que me produz esta agonia
Numa noite de insônia torturante?
Senhor, eu te perdi... Nada alivia
Os desgostos que eu sinto a todo instante.

Eu que te amava quando ainda infante,
Mãe de Jesus, celestial Maria,
Também a tua graça está distante
Da minha solidão deserta e fria.

Ah! tu tiveste, ó Cristo, quem te amasse,
E tu, Virgem do Céu, o mundo viste
Que a ti e ao filho teu logo adorasse.

Mas, não há para mim nenhum remédio.
Morrerei só, no meu desterro triste,
Abandonado sobre a cruz do tédio.

Lar

Alguns anos... Casa cheia,
Vozes, risos de crianças:
A família, uma colméia,
Ninho de amor e esperança.

Ordens paternas, ternuras
Do coração maternal.
Irmãos, irmãs... Almas puras
Tão longe ainda do mal.

Mistério santo do lar!
Quem adorá-lo não ousa?
Esse encanto singular
Nalgo divino repousa.

As plantas

Amo as plantas e as bendigo,
Sou daqueles que as adoram.
Elas vicejam e floram,
Dão frutos, sombras, abrigo.

São inocentes. Não sabem
Nada da vida ou da morte,
Indiferentes à sorte,
Surjam bens, males desabem.

Podem raios atingi-las,
Estios podem matá-las,
Elas os sofrem sem falas,
Parecem sempre tranqüilas.

Existem para a beleza
Ou para o bem, inconscientes,
Como se fossem presentes
De nossa mãe Natureza.



LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO EM LINGUAGEM



Caminhos da infância

ASCENDINO ALMEIDA

I

A “Tribuna do Norte, em sua edição de 20 de dezembro de 1979, traz a notícia da recuperação de quatro bandas de música nas cidades de Monte Alegre, Luís Gomes, Eduardo Gomes e Jardim do Seridó. Ladeando a informação, vêem-se, num só clichê, duas figuras queridas: o colega Arnaldo Arsênio Azevedo, Secretário de Educação do Estado, e o primo Cussy de Almeida, Presidente do Instituto Nacional de Música, que entregavam instrumentos doados àquelas quatro cidades.

Antes, há algumas semanas, já me chegara às mãos, por intermédio de parentes, a revista “Roteiros de Patu”, composição e impressão primorosas de Clima — Artes Gráficas. Na página 21, sob o título “Saudade Não Tem Idade”, há um breve artigo, anônimo, em que se recorda a 1.^a banda de música de Patu, fundada por meu pai adotivo, Ascendino de Almeida, e da qual fui um dos companheiros. Talvez porque o articulista não conhecesse os detalhes de sua fundação, ocorrida há mais de meio século, os dados estavam incompletos.

As duas notícias — a da recuperação das bandas de música em quatro cidades norte-rio-grandenses e a da criação da 1.^a banda de música de Patu — acordaram em mim emoções muito fortes, que só poderei extravasar contando a meia dúzia de leitores o que vivi e o que senti como participante daquela banda de música.

A “Filarmônica Patuense” — este era o seu nome — foi fundada em 1921. Eu contava seis anos de idade. Meu pai, farmacêutico e músico (tocava vários instrumentos), foi ao prefeito e soprou-lhe a idéia. Nenhuma despesa para a Prefeitura. Bastaria o seu apoio. Do próprio bolso compraria todo o instrumental necessário e ensinaria música a um grupo de rapazes da sociedade local, previamente selecionados. Tudo acertado, meu pai viajou a Recife, de onde trouxe uma requinta, uma clarinete, um pistom, uma trompa, um trombone de vara, um bombardino, um contrabaixo, um bombo e os dois pratos. Posteriormente, vieram um violino, uma flauta e um flautim, os dois primeiros mais utilizados nas missas solenes ou nas serenatas. Meu pai, fundador e regente, tocava requinta na banda e violino, nas solenidades religiosas.

Com apenas seis anos de idade, eu já queria ser músico. Para não decepcionar-me, meu pai trouxe seis ocarinas (pequeno instrumento de barro, embocadura curta, com oito orifícios, quatro para a mão direita e quatro para a esquerda). A razão do número de ocarinas trazidas foi naturalmente a previsão de que, nas mãos de uma criança, era fácil caírem e quebrarem-se, como realmente aconteceu. Depois de quebradas cinco, a última passou a ser presa por uma fita que me enlaçava o pescoço. É claro que, com a ocarina, eu não precisava saber música, pois o seu som, bem mais fraco, perder-se-ia no meio dos outros sons.

Meu entusiasmo era incomum. Ocorreu-me, porém, uma decepção, lembro-me bem, na manhã de 7 de setembro de 1922, dia em que se comemorava, em todo o País, o 1.º centenário da Independência do Brasil. Eu tinha sete anos e meio. Papai mandara construir uma grande cruz de madeira para colocá-la na primeira e principal chapada da extensa serra de Patu, festejando a grande data. Não sei se essa cruz ainda existe. Papai programara a sua colocação exatamente naquele dia, escalando a serra com toda a “banda” e mais os pedreiros que deveriam sentá-la sobre cimento, pedra e cal. A ascensão foi difícil. Saíram de Patu, madrugada ainda. Quando acordei, já bem alta a manhã, mamãe chamou-me à calçada para ver os heróis e o cruzeiro que já se erguia. Quando avistei, lá no alto, os minúsculos homens e a cruz erguida, disparei num choro convulso e incontrolável: é que haviam prometido levar-me e não me acordaram.

Em 1925, com dez anos, papai começou a ensinar-me flautim (instrumento de sopro, menor e mais fino do que a flauta, mas de escala idêntica). Eu só tocaria flauta dois anos depois, pela dificuldade de mobilização dos dedos, que eram curtos para alcançar os orifícios, mais espaçados. A partir de

então, eu já me considerava um músico, pois, nas festas a que íamos, eu também era pago, embora recebendo quantia bem inferior a dos outros músicos. Não raro, éramos chamados a localidades vizinhas como Caeira (hoje Almino Afonso), Caraúbas, São Sebastião (hoje Governador Dix-sept), Catolé do Rocha. Nesta última cidade, um episódio marcou-me intensamente. Fôramos convidados para tocar ali a festa da Padroeira, creio que em 1927 (eu tinha 12 anos). Toda a banda partiu garbosa, farda nova, em cima de um caminhão. Na última noite, como houvesse leilão e ia terminar muito tarde, conduziram-me a determinada casa e a determinado quarto onde havia três redes desocupadas. “A sua é aquela”, indicaram-me. Era a última a partir da porta. A certa hora da noite, despertei com o ruído de pessoas que entravam no quarto. Todo enrolado em lençol, descobri o rosto e vi, à luz fraca de um candeeiro, duas jovens que se despiram calmamente, vestiram camisolas e deitaram-se nas outras redes, sem que suspeitassem da presença, ali, de uma criança do sexo oposto. Foi a minha primeira visão da nudez feminina. Na manhã seguinte, acordado, sol alto, mas sem coragem de levantar-me com receio de ser visto pelas minhas companheiras de quarto, esperei que elas se levantassem primeiro. A visão repetiu-se, agora mais clara, pois a luz do dia já penetrava pelas frinchas da janela e pelos vãos do telhado, e eu, com o lençol cobrindo-me o corpo e o rosto, mas deixando-me livres os olhos, pude ter realmente uma visão nítida da beleza feminina, que me impressionou muito tempo. Foi assim que duas jovens, sem o perceberem, dormiram no quarto de um homem-menino e foi por isso que cheguei atrasado para o regresso a Patu.

No ano seguinte, dezembro de 1928, a “Filarmônica Patuense”, cuja fama já se espalhava, foi convidada para tocar em Mossoró, na Festa de Santa Luzia. Naquela cidade, eu fui o ídolo da meninada, pois aonde ia a banda, os meninos corriam para ver-me tocar. Efetivamente, era curioso, àquela época, uma criança de 13 anos compondo uma banda de música. Eu me sentia orgulhoso, vendo a admiração, talvez inveja, nos olhos daqueles meninos da minha idade, acompanhando o pequeno músico. Dois meses depois, início de 1929, retorno a Mossoró para prestar exame de admissão no Ginásio Santa Luzia, cujo diretor era o Cônego Amâncio Ramalho. Aprovado, fui logo reconhecido por um dos alunos, nos primeiros dias de aula, que me perguntou: — Você não é aquele menino da flauta? Confirmei. A notícia correu como rastro aceso de pó vora. Logo mais, no recreio, estava eu prisioneiro num círculo de alunos, onde todos, a uma só voz, cantavam batendo palmas e repetindo a estrofe, várias vezes:

Ascendino tem uma flauta,
a flauta de Ascendino,
sua mãe sempre dizia,
toca, toca Ascendino.

Zanguei-me, xinguei, briguei e nunca mais toquei, abandonando os dois instrumentos que foram o meu orgulho por vários anos. Aquelas brincadeiras marcaram-me tanto que, sendo-me facultada uma matéria opcional (piano ou datilografia), escolhi a última, ensinada pelo Professor **Moraes**, quando o normal seria que eu escolhesse piano, por sua natureza musical. E mais. Dois anos depois, transferia-me para o Colégio Pedro II, em Natal.

Curiosamente, tenho hoje uma neta em Brasília, 9 anos de idade, que frequenta uma escola de música, e o instrumento por ela escolhido espontaneamente foi o flautim, pelo qual se enfeitiçou. Agora mesmo está em Natal, de férias, e o dia todo me azucrina os ouvidos com os sons estridentes arrancados ao miúdo instrumento. A sua inclinação pelo flautim seria uma herança atávica?

Reatando o fio do passado que a minha neta rompeu. Lembro hoje com saudade, já transcorridos 50 anos, a breve convivência mossoroense do “Santa Luzia”. Hoje vejo, sinto mais do que vejo, que o tempo é o maior cicatrizante para as feridas que as mágoas e decepções marcam na alma da gente. Aquelas brincadeiras pertinazes, contínuas, insistentes destruíram em mim, talvez, uma vocação musical que se me afigurava promissora, mas, quem sabe não me sentiria hoje menos recompensado do que na árdua e pouco compensadora profissão magisterial que abracei com vontade e fé? Quem sabe o desvio brusco não me forçou os passos para um rumo mais certo?

Uma prova de que o episódio mossoroense não me deixou rastros no caminho do espírito, é que, muitos anos depois, o Cônego Amâncio Ramalho, chegando a Natal como Diretor do Departamento de Educação do Estado (hoje Secretaria), fui visitá-lo e, sabendo que não poderia reconhecer no homem feito aquele menino de 14 anos, apresentei-me de maneira estranha para provocar-lhe a memória. — “Fui seu aluno em Mossoró. Sei que não me reconhece, mas há uma característica que talvez me identifique: eu tinha uma flauta”. E ele, abraçando-me carinhoso: — “Meu caro Ascendino, como vai Você? Que fez da flauta?”

Entre os muitos colegas da turma mossoroense, lembro-me de Tarcísio Maia, João Agripino Maia, Wilson Ramalho e Arlindo Ramalho (sobrinhos do Cônego), Vicente Leão, Gabriel Negreiros, Waldir Holanda, Pedro Luz Cunha e

Eduardo Luz Cunha (irmãos), Viriatinho, Raimundo Juvino Filho, Antônio Fernandes Filho, Thier Rocha, Queiroguinha (este veio da Paraíba e creio ter sido o autor e principal mentor das brincadeiras).

Permitam-me voltar à “Filarmônica Patuense”. Perdoem-me as veredas que tomei, arrastado pela memória e pelas saudades.

Ao articulista de “Roteiros de Patu”, seria realmente difícil saber o nome dado àquela sociedade musical, pois o escolhido por meu pai não era popular, razão por que o povo preferia chamá-la “Banda de Ascendino”. Depois, veio o pior. Estou de pleno acordo com o articulista: veio a política. A partir de 1928, creio, incompatibilidades políticas entre meu pai e o prefeito, que não quero comentar porque não desejo soprar as cinzas de um fogo aparentemente morto, influíram no destino da 1.^a Banda de Música de Patu. Evidentemente, àquela época, era difícil a manutenção de uma banda de música sem o prestígio e o apoio do Prefeito. Sentindo as dificuldades, meu pai, um dia, procurou o Prefeito e propôs-lhe entregar a Banda de Música à Prefeitura. O Prefeito aceitou. É possível, não sei, que meu pai tenha recebido alguma indenização pela compra dos instrumentos. Substituindo meu pai, veio de Mosoró o Maestro Artur Paraguai para reger a Banda, que durou mais alguns anos, desaparecendo depois.

Através do articulista, em “Roteiros de Patu”, soube que houve uma segunda banda de música e que, vítima da política, também desapareceu. Quem sabe, com esse movimento de restauração de bandas de música no Estado, não chegue a vez de Patu, cidade que quero bem cidade que não esqueço, porque ali vivi os melhores anos de minha vida. Daqui apelo para o Prefeito, a quem não conheço nem lhe sei a cor política, mas deve ser sensível ao progresso da cidade que dirige, berço de Almino Álvares Afonso, um dos vultos exponenciais do Estado, na época trepidante em que viveu. É provável que, da 2.^a banda, ainda estejam vivos alguns dos seus músicos e que poderiam constituir um núcleo inicial para a criação de um 3.^o grupamento musical. Aqui fica a minha sugestão.

II

Idéia antiga. Renovada cada ano. Cada ano, adiada a sua consecução. Transportando o pensamento à distância, num tempo recuado, fragmentos do passado regressavam, vivos e emocionais, cada vez trazendo, entre eles, reminiscência da infância, alguns da adolescência. Agora, finalmente, a idéia concretizou-se: visitei as regiões da minha origem.

Pisei o chão do meu nascimento, Catolé do Rocha. Revi a terra da minha meninice, Patu. Saímos de Natal, eu e minha esposa, no dia 13 de janeiro, via Mossoró.

No primeiro dia de viagem, dormimos em Olho D'água do Milho, famosa estância balneária que conheci na infância. Se o Hotel dos Turistas nos pareceu de boa categoria, o banho foi decepcionante. Eram banheiros pequenos, individuais, o banho a portas fechadas, banheiras tipo "inox", anti-higiênicas, considerando-se que alguns dos seus frequentadores sofrem doenças da pele. Antes, aguarda-se, sob a sombra de copadas árvores, que uma bomba hidráulica, acionada, encha a banheira que se escolheu.

Aproveito a oportunidade para um apelo ao Professor Jussier Santos, Presidente da "Emproturn", a quem admiro e de quem sou amigo. A título de sugestão, lembraria, para aquela aprazível estância, a construção de bicas e piscinas, à semelhança do Hotel Termas, onde as águas, convenientemente tratadas, mantivessem constante circulação.

No dia seguinte, manhã cedo, no rumo de Patu, passando por Olho D'água do Borges. É fácil imaginar a emoção que senti no instante em que divisei a serra extensa de Patu, cidade de onde saíra em 1932, 48 anos passados.

Dois dias fomos hóspedes de Lourival Rocha, ex-prefeito, a quem eu conhecia desde a infância e com quem, vez por outra, me encontrava em Natal. Leny Rocha, sua filha, cirurgiã-dentista, minha ex-aluna, e Nival Lira, seu esposo e universitário em Mossoró, serviram-nos de cicerones em uma cidade que eu tanto conhecera. Levaram-nos ao Lima, cuja basílica deveria ser conhecida por todo norte-rio-grandense. Sua forma lembra um "foguete". Sua construção, toda ela, foi idealizada pelo padre alemão Henrique Spitz, marceneiro em sua terra antes de ingressar no Seminário.

Ao lado da igreja, há um hotel de primeira ordem, sessenta apartamentos, inexplicavelmente ainda não inaugurado, também construído pelo padre Henrique, além de ter conseguido energia hidrelétrica com o saudoso Monsenhor Walfredo Gurgel e o asfalto para a ladeira de acesso, com os governos Cortez Pereira e Tarcísio Maia. O padre Henrique faleceu em 1970 e está sepultado junto ao altar de sua igreja, túmulo que ele mesmo construiu, talvez porque quisesse repousar na morte onde, justamente, exerceu em vida as suas maiores e melhores atividades.

Ainda em Patu, visitamos a casa onde morei 16 anos, e evoquei Guimarães Júnior no seu soneto "Visita à Casa Paterna". Ao pisar a ampla e retangular sala da frente, ainda a mesma. Lamentei a caiação dos quatro lados

da parede, onde, pintados a óleo, viam-se cenários brasileiros como a Serra do Patu, a Serra do Lima com a sua antiga capela, o Corcovado com a figura dominante do Cristo, o Pão de Açúcar, a Bahia da Guanabara e outros. Meu pai mandara buscar, em Catolé do Rocha, um bom pintor, dele conhecido, dois meses hospedado por ele, com o fim exclusivo de realizar toda a pintura externa e interna da casa, auxiliado por Raimundo Aires, que foi depois tabelião local. Hoje, nessa casa, reside um ancião de nome Lino, velho amigo de meu pai. Seu Lino, como é chamado, apesar da idade, é dotado de espírito vivaz e alegre. Improvisador de rimas, contador de piadas, humorista e versátil. Infelizmente, por impróprias, não posso contar aqui algumas de suas piadas.

Além de Lourival Rocha, encontrei em Patu outro companheiro de infância, Adonias Godeiro. Juntos, recordamos alguns instantes alegres da infância: “peladas” no meio da rua, brincadeiras de soldados e cangaceiros, esconde-esconde, jogos de castanha, banhos no Açude do Governo ou na Bica da Serra do Lima, banhos de chuva. Estes, quando ocorriam à noite, eram muitas vezes acompanhados de relâmpagos que por instantes, iluminavam a imensa calvície da serra, seguindo-se os trovões amedrontadores mas inconseqüentes.

Visitamos, ainda em Patu, a Fazenda “Lages”, de propriedade de Joaquim de Oliveira Rocha, 86 anos bem vividos. Encontramo-lo deitado em ampla rede, no largo alpendre. Evidentemente, nem ele nem a esposa, Carmelita Rocha, poderiam reconhecer-me, passados tantos anos. Pronunciado meu nome, levantou-se e abraçou-me com efusão. Ali, a passeio, estavam sua filha Olivete e o esposo, Clodoaldo Carlos de Andrade, os quais já conhecíamos de Natal, onde fomos vizinhos.

À noite desse mesmo dia, recebemos a visita de Miguel Câmara Rocha, Presidente da Câmara de Vereadores de Patu, editor da excelente revista “Roteiros de Patu”. Gordo, simpático, barba à Woden Madruga, uma pasta cheia de fotografias, documentos, recortes da imprensa. Lá estava, para ser republicado no próximo número daquela revista, um artigo que publiquei na “Tribuna do Noite” a respeito da 1.ª Banda de Música de Patu. Levava comigo o mesmo recorte para entregar-lhe, mas ele já o recebera do nosso Woden, a quem agradeço.

Miguel Câmara Rocha vem prestando inestimável serviço a Patu e à sua gente, contando, em fragmentos, toda a história da Terra e do seu povo. Solicitou-me que lhe mandasse os dados biográficos de Ascendino de Almeida, meu pai adotivo, ex-Prefeito, ressaltando aspectos das suas principais atividades. Irei escrevê-los e, com a brevidade possível, ser-lhe ão remetidos.

De Patu, fomos a Almino Afonso, cidade-berço do Governador Lavoisier Maia. Um breve percurso, vinte minutos de viagem, estrada não calçada, a trepidação afrouxando o carro. Acredito que o nosso Governador não deixará o Governo sem asfaltá-la.

Tornamos a Patu para seguirmos imediatamente rumo a Umarizal e Martins, que eu conhecera menino. Não encontrei muita diferença em Martins. A cidade, grande parte, estava ferida pelas dinamites, picaretas, pás, enxadadas. Era a “guerra santa” do saneamento. Ocasionalmente, na calçada de sua residência, deparei-me com um velho amigo, Lacy Xavier, médico na cidade.

Magnífico, o asfalto que liga Olho D’água do Borges a Martins. A partir de Umarizal, a subida, às vezes quase íngreme, é qualquer coisa de notável, o asfalto das curvas cortando a serra, enquanto, lá embaixo, os precipícios ame-drontadores se abrem, mas, num contraste evidente, vestindo-se de verde, um verde incompreensível numa época sem chuva.

Uma cidade que nos fascinou — minha esposa chamou-me a atenção — pelo a.inho e limpeza das ruas, pelos prédios bonitos e bem cuidados, foi, sem dúvida, Umarizal. Falaram-nos do prestígio político de José de Souza Martins (Zezito), suplente de Senador, cuja esposa é atualmente o Prefeito Municipal. O nome da cidade, por uma instantânea associação de idéias, evocou-me dois grandes amigos, filhos daquela região e seus extremados propagandistas: Gorgônio Regalado e Eldo de Souza Leite, enquanto os caminhos panorâmicos lembraram-me Tarcísio Maia, em cujo Governo foram alfaltados.

Retornamos a Patu e tomamos outro asfalto, nos rumos de Catolé do Rocha, minha terra de nascimento. No limite territorial Patu-Católé, o asfalto interrompeu-se subitamente, e a estrada de barro, esburacada e trepidante, surgiu inesperada, continuando assim até a cidade paraibana.

Parentes e amigos já nos esperavam: Aldina Almeida, professora e poetisa, com livro publicado; Francisco Targino e esposa, Avany Almeida, e mais um filho do casal, Hanlet Almeida. Dois dias descontraídos, destinados a conhecimentos e reconhecimentos da cidade que eu visitara há quase meio século.

De Catolé do Rocha, rumamos diretamente a Mossoró e Tibau, só parando um instante em Caraúbas para comprarmos dois quilos de filé ao preço de Cr\$ 120,00 o quilo.

Em Tibau, passamos dois dias e duas noites entre parentes que ali veraneavam, todos carregando o batismal sobrenome “Almeida”: José de Almeida Filho (Almeidinha), José Airton de Almeida, José Maria de Almeida e José Inocência de Almeida.

Finalmente, iniciamos o regresso a Natal, logo cedo, na manhã de um domingo sem gasolina. O “Opala” trazia pouco mais de meio tanque do precioso combustível. Havia o receio natural de que não chegaríamos a Natal. Almoçamos em “Santa Maria”, o tanque quase na reserva. Lembrei-me de Nossa Senhora dos Impossíveis, a santa milagrosa de Patu, e o impossível aconteceu. Chegamos bem. Na segunda-feira, o “cheiro” da gasolina ainda deu para alcançar o primeiro posto de abastecimento e retornar a rotina natalense.

III

Tornando ao chão da infância, nos anima
a idéia de evocarmos coisas mil;
a Deus rogamos não nos falte a rima
nem nos falte, da inspiração, um til.

Patu. Bem alta a serra. A cruz, em cima,
relembra a Independência do Brasil.
Um pouco além, eis que nos surge o Lima,
erguendo preces para o céu de anil.

Revimos, a emoção subindo ao rosto,
a casa que vivemos em criança,
dona de um mundo só de afeto e gosto.

E os amigos da infância? Estão dispersos;
a memória fiel inda os alcança,
mas já não cabem dentro desses versos.

Aspectos da evolução histórica da diplomacia ocidental

JOÃO BATISTA PINHEIRO CABRAL (Do Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília)

O terceiro quartel do século vinte registra uma profunda alteração na atitude de grupos políticos dissidentes, bem como de alguns governos, em relação às instituições diplomáticas tradicionais. Já nas décadas de 50 e 60 casos de seqüestro e/ou assassinato de representantes diplomáticos deixaram de ser raridade. Na década de 70 intensificaram-se os ataques de grupos dissidentes (armados e desarmados), formados de adversários políticos e ideológicos dos regimes vigentes em alguns países, contra consulados, embaixadas e contra membros do corpo diplomático. Esses atentados podem ser caracterizados como atitudes drásticas visando o descrédito de governos, ou como formas sensacionalistas de apresentação à opinião pública mundial, das causas pelas quais dizem lutar os dissidentes. Esses atos têm sido interpretados, também como formas de protesto contra posições políticas, ideológicas e econômicas assumidas pelos governos nacionais dos militantes ou pelos governos de cujas sedes e pessoal diplomáticos eles se apoderam pacificamente ou, mais freqüentemente, pela força.

Os recentes casos de invasão de embaixadas e consulados no Irã, na Colômbia, no México, na Inglaterra, na Holanda, em países da América Central e em Cuba, são exemplo disso.

Não iremos discutir aqui, todavia, os motivos, ou os efeitos imediatos que esses ataques produziram ou produzirão, nem as reações dos governos neles en-

colvidos. Gostaríamos, em vez disso, de apresentar um breve resumo histórico da instituição por eles ameaçada, isto é, a própria Diplomacia.

A Diplomacia tem uma longa e interessantíssima história. Referências às atividades diplomáticas encontram-se já nos antigos escritos dos Sumérios. A palavra Diplomacia, porém, é uma palavra do século XVIII, e chegou até nós através do Francês, vindo da palavra grega *Diploma* (que significa dobrado ou enrolado) numa clara referência aos papéis dobrados ou enrolados, que caracterizavam os documentos de Estado conduzidos por emissários no desempenho de funções diplomáticas. **O Oxford English Dictionary** oferece a seguinte definição: “condução das relações internacionais por meio de negociações; método pelo qual as relações são acertadas e conduzidas por embaixadores e enviados especiais; ocupação ou arte do diplomata”. Esta definição nos parece aceitável porque se refere enfaticamente ao método e não ao objeto da negociação que é a finalidade da atividade diplomática.

As práticas diplomáticas que mais influenciaram o desenvolvimento da Diplomacia na Europa Ocidental foram, sem dúvida, as herdadas da Grécia Antiga, do Império Romano e do Império Bizantino. A forma mais antiga de atividade diplomática é a chamada “missão especial”. O enviado era, geralmente, mandado ao exterior com certos objetivos limitados e específicos, e deveria retornar ao seu país de origem tão logo se desincumbisse da missão que lhe fora confiada por um potentado, para prestar contas pessoalmente. Este foi o sistema diplomático que funcionou a contento enquanto existiram no mundo grupos de Estados mais ou menos estáveis, sujeitos às crises temporárias, passageiras, e que aceitavam mutuamente o princípio do direito de existência e sobrevivência de todos os Estados membros do grupo.

No turbulento alvorecer da Renascença Italiana, quando as alianças entre os Estados da península itálica se alteravam freqüente e repentinamente, criou-se a necessidade premente de um sistema diplomático capaz de suprir um volume maior e mais preciso de informações diplomáticas para orientação de cada corte. Tornou-se então inadequada a diplomacia dos “enviados especiais” e surgiu a imperiosa necessidade do estabelecimento de representações fixas nas várias cortes da península. Os primeiros enviados diplomáticos com residência fixa no exterior surgem, por essa razão, no final do século XIV, na Itália. No resto da Europa — que à época da Renascença ainda era dominada por monarcas imbuídos de ambições dinásticas e territoriais — o estabelecimento de enviados com residência fixa só veio a ocorrer em meados do século XV. As monarquias européias (fora as da península itálica) tiveram suas primeiras experiências com os enviados de residência fixa com os embaixadores da corte papal de Roma, pois

a Igreja necessitava manter-se bem informada a fim de desempenhar o papel de entidade supranacional que lhe foi característico na época.

O soberano do Reino de Aragão, Ferdinando, futuro consorte da Rainha Isabel de Castella, foi o primeiro monarca europeu não italiano a designar embaixadores residentes em várias cortes européias, isto entre os anos de 1480 e 1490. Com as pressões diplomáticas geradas pelas guerras italianas e pelas contínuas lutas dinásticas que se desenvolveram nos séculos XV e XVI criou-se o clima propício para o estabelecimento definitivo do sistema diplomático baseado na figura do embaixador de residência permanente no país onde representava os interesses de seu soberano. A Inglaterra, porém, já aderira a essa prática diplomática no período Henrique VII (1457-1509), que, no último ano do seu reinado, nomeou embaixadores ingleses para várias cortes européias, além da corte papal em Roma. Como decorrência das missões diplomáticas permanentes surgiu a necessidade de se criar, também, as Chancelarias, repartições especializadas em assuntos diplomáticos, capazes de fornecerem aos governos e aos embaixadores assessoramento e apoio indispensáveis à formulação e execução de política externa.

Como o mundo medieval foi dominado pela religiosidade, o embaixador medieval europeu tinha responsabilidades primordiais para com o Cristianismo. Suas prerrogativas e privilégios diplomáticos eram respeitados somente enquanto eles se comportassem de acordo com os padrões do Cristianismo, ou seja, da Igreja. Com o Renascimento e com o fortalecimento das monarquias nacionais, um novo **ethos** se impôs. Agora, o embaixador tem obrigações primordiais para com o seu soberano e não somente para com a Igreja. O advento da Reforma e o abalo das relações entre o Vaticano e algumas monarquias européias trouxeram sérios problemas para o instituto das imunidades diplomáticas, pois os embaixadores exigiam o direito de culto e adoração de acordo com as preferências religiosas de seus soberanos. Essas preferências nem sempre coincidiam com as dos países que os hospedavam. Tal exigência era, muitas vezes, inaceitável por parte de alguns soberanos. A recusa de embaixadores considerados heréticos, ou de oferecer-lhes adequada proteção e imunidades, assim como problemas criados em decorrência do apoio dado por embaixadores protestantes e católicos (em nome de seus respectivos soberanos) às minorias religiosas com as quais se identificavam, provocaram um virtual rompimento das relações diplomáticas entre os países do Norte e do Sul da Europa. Com o cisma religioso do século XVI, porém, a maioria dos monarcas passou a aceitar a liberdade religiosa dos diplomatas. O reconhecimento desse direito, e mais o privilégio de construir-se capelas e templos de acordo com a religião

dos embaixadores nas sedes diplomáticas foi o preço pago para o restabelecimento de relações efetivas e plenas entre os Estados do Norte e do Sul da Europa depois da Reforma. Uma vez removidos os obstáculos à liberdade religiosa, os demais privilégios diplomáticos foram aceitos sem grandes problemas.

O próximo grande passo dado na evolução da diplomacia foi a adoção do princípio da extraterritorialidade, ou seja, o direito dos diplomatas serem regidos em países estrangeiros pelas leis de suas respectivas nações. Na virada do século XVI para o XVII, o estadista e historiógrafo holandês Hugo Grotius (1583-1645), autor, entre outros trabalhos, de *De jure praedae*, *Jus pacis*, *De antiquate reipublicae batavae*, *De jure belli et pacis* e *Via et votum ad pacem ecclesiasticum*, juntamente com outros tratadistas de Direito Internacional, formulam os conceitos jurídicos em que se baseiam a extraterritorialidade, bem como algumas outras imunidades diplomáticas. Argumentavam os tratadistas da época, que os diplomatas não podiam ser regidos nem governados pelas mesmas leis que governavam os povos entre os quais desempenhavam suas missões, pois tinham privilégios especiais, decorrentes da função que exerciam. O século XVII vê a consolidação e a aceitação universal desses princípios em todos os países do Ocidente.

Na Idade Moderna as questões mais complexas passaram a ser negociadas em reuniões especiais designadas genericamente pelo nome de "Congressos". Os Congressos tiveram um importante papel na Diplomacia dos séculos XVII, XVIII e XIX. Suas origens mais antigas remontam aos tempos dos Jogos Olímpicos da Grécia. Suas origens mais recentes, porém, se encontram nos Concílios Medievais da Igreja, que eram reuniões de caráter internacional nas quais se discutiam, com muita freqüência, os problemas políticos da Europa. Na Idade Moderna os apelos racionais de Grotius e alguns de seus contemporâneos para que as nações envolvidas em conflitos recorressem às negociações em vez de guerra, passaram a ser considerados como idéia viável. A Europa havia se degladiado, por quase um século, em constantes guerras sem que as questões básicas se resolvessem definitivamente. Assim, a partir da segunda metade do século XVII, vários Congressos, no sentido moderno do termo, converteram-se em fórum onde os Estados europeus debatiam suas questões maiores como alternativa ao recurso da guerra. Nesses Congressos os diplomatas negociavam a resolução dos problemas europeus em bases multilaterais. Importantes Congressos foram realizados imediatamente antes ou depois de grandes guerras envolvendo várias nações, como por exemplo, o Congresso de Viena (após a queda de Napoleão), onde Metternich, Talleyrand, e outros estadistas europeus tentaram criar um equilíbrio de poder aceitável por todos.

Aqui na América, os novos países independentes, sob a liderança dos libertadores e à sombra de Bolívar, tentaram, no Congresso do Panamá (1826), uma união que lhes proporcionaria o fortalecimento sonhado por Bolívar, mas acabaram, devido a irredutíveis antagonismos, nada alcançando de objetivo.

Mesmo sem conseguir muitos sucessos, os Congressos continuaram a ser o meio empregado pela Diplomacia para tentar soluções pacíficas e evitar as guerras. A Liga das Nações (entre as duas guerras mundiais) e as Nações Unidas (criada após o segundo conflito mundial), são, no fundo, modelos mais sofisticados e complexos desses Congressos. Nos Congressos passou-se a debater, também, questões de cunho humanitário, cultural e administrativo, como por exemplo, o tratamento de prisioneiros de guerra (1899) e comunicações postais e telegráficas (1874). A contínua sofisticação dos mecanismos de negociações e a complexidade das questões negociadas pelos diplomatas modernos tornou imperiosa a necessidade da formação profissional. Assim, o século XIX trouxe a criação dos Ministérios de Relações Exteriores e dos serviços diplomáticos bem estruturados. Nessa época, o papel do Ministro das Relações Exteriores tornou-se predominantemente político, e o corpo de funcionários desses ministérios passou a desempenhar atividades administrativas de importância cada vez maior. É verdade que desde o estabelecimento das embaixadas fixas houve indivíduos que se dedicaram à carreira diplomática como profissionais, mas somente no século XVIII é que as condições básicas do serviço diplomático são regulamentadas, com a divisão dos postos de carreira e o desenvolvimento de uma **ethos** profissional entre os diplomatas.

O progresso das comunicações internacionais, decorrente da revolução industrial no século XIX, criou novas pressões sobre todas as máquinas governamentais, provocando um grande crescimento dos Ministérios e das Embaixadas. Com a redução das distâncias entre as sedes de governo das grandes potências européias, a capacidade de ação e reação das embaixadas às questões do dia tornou-se quase instantânea. A Diplomacia procura então estender sua eficiência a outros continentes. Vários países europeus mantinham contactos esporádicos com a Ásia desde tempos remotos. Relações permanentes Europa-Ásia já haviam sido iniciadas em 1535, quando a França enviou um embaixador residente a Constantinopla. A Inglaterra, durante o reinado de James I (1566-1625), estabeleceu embaixada permanente na Índia. A China, até 1860, procurou evitar o estabelecimento de relações diplomáticas recíprocas (embaixadores residentes) com potências européias, mas depois daquela data não pôde mais resistir ao assédio dos que procuravam os "Negócios da China". Os Ministérios das Relações Exteriores europeus, percebendo as diferenças entre os

costumes diplomáticos de seus países não europeus, adotaram sempre formas especiais no trato com os potentados asiáticos, africanos e de outros continentes. Essas formas diplomáticas especiais serviam apenas para disfarçar a crença inata que os europeus tinham da superioridade de sua conduta e regras diplomáticas, pois veladamente os diplomatas ocidentais trabalhavam para estabelecer seus padrões europeus não só na Ásia, mas em todos os quadrantes do globo. Esse objetivo foi plenamente alcançado por volta de 1900, quando as leis do Direito Internacional e as normas diplomáticas da Europa Ocidental se consolidaram em escala mundial.

A Diplomacia conduzida por profissionais treinados para tal mister estabeleceu-se ao longo do século XIX. Até então os diplomatas eram recrutados de diversas profissões, entre as quais predominavam, clérigos, advogados, comerciantes, escritores, funcionários públicos e militares. Às vezes artistas famosos eram convocados para o serviço diplomático por causa do livre trânsito que desfrutavam entre os ricos e poderosos das nações onde se postavam a serviço de seus governos nacionais. Os diplomatas dessa época, provinham, quase sempre, da aristocracia proprietária de terras ou da burguesia; mas alguns indivíduos de talento e valor pessoal, excepcionalmente conseguiam fazer carreira diplomática, se bem que raramente chegassem ao posto de embaixador. A ascensão de indivíduos comuns, por méritos educacionais e profissionais, ao posto de embaixador, só passa a ocorrer normalmente no século XX.

O processo de recrutamento de embaixadores teve uma evolução bastante interessante. Durante muitos séculos a principal preocupação dos mandatários na escolha de seus embaixadores era a situação sócio-econômica dos escolhidos. Embaixadores deviam ser bem nascidos e aceitos politicamente. A experiência diplomática era desejável mas não indispensável, pois o trabalho da embaixada podia sempre ser realizado por um secretário competente. Às vezes os mandatários escolhiam como embaixadores, indivíduos politicamente incômodos, mandando-os para uma espécie de "exílio dourado". A nomeação de um embaixador até o século XVIII, era uma tarefa bastante laboriosa, pois ele partia de seu país já com seus empregados pessoais e muitos dos funcionários da embaixada. Isso, obviamente, envolvia um grande número de pessoas. Antes da partida da missão discutia-se salários, despesas, duração do serviço e os detalhes mínimos da representação. O futuro embaixador procurava aprender tanto quanto possível a respeito do país onde iria servir, da sua corte, das principais figuras nacionais, etc., etc. A saída de um embaixador de seu país, bem como sua chegada ao país a que se destinava eram cercadas de longas e detalhadas cerimônias, que foram sendo simplificadas com a aproximação do fim do século XIX.

A principal função do embaixador sempre foi a coleta de informações de todos os tipos. Essas informações eram obtidas através de oficiais de governo, de residentes locais amigos, de embaixadores de outros países, enfim, de várias fontes. Até o início do século XX os embaixadores freqüentavam religiosamente todas as reuniões das cortes dos países onde serviam para acompanharem os boatos e colherem notícias informais. Em todos os séculos se recorreu à compra de segredos e à prática de se “plantar espias” em lugares estratégicos para obtenção de informações preciosas. Essas informações, depois de devidamente cifradas, eram transmitidas, pelos mais variados e imaginativos meios aos Ministérios das Relações Exteriores dos países interessados. A partir do século XIX esses informes passaram a ser preparados por adidos especializados, e submetidos ao embaixador que os enviava ao seu país.

Desde o estabelecimento do sistema de residência fixa para os embaixadores, os representantes diplomáticos se entregavam à tarefa de negociações permanentes entre o governo que representavam e o país que os recebia. Este constante envolvimento em negociações formais e informais, sobre assuntos vários, servia para manter constantemente abertos múltiplos canais de negociação. Os poderes de um embaixador (representante pessoal de um Chefe de Estado no exterior) são realmente muito amplos. Todavia, quando surge a necessidade de se definir ou especificar os poderes de um representante empenhado numa questão de suma importância dá-se-lhe a designação de Embaixador Plenipotenciário (plena potestas), isto é, o embaixador é investido de plenos poderes para negociar e atuar em questões específicas. Até o período anterior à consolidação do poder político dos parlamentos, os tratados e negociações concluídos pelos embaixadores ou ministros plenipotenciários necessitavam apenas da aprovação dos chefes de estado para entrarem em vigor. Com a ascensão dos parlamentos tornou-se também necessário a ratificação desses tratados pelo poder legislativo dos países envolvidos para que isto acontecesse.

Os Congressos de Viena (1815) e de Aix-la-Chapelle (1818) estabeleceram quatro categorias de embaixadores, a saber:

- 1) Embaixadores, incluindo-se os Legados Papais (núncios apostólicos) que são os representantes da pessoa e da dignidade dos Chefes de Estado, e que têm direito a acesso direto aos Chefes de Estado dos países onde são acreditados;
- 2) Ministros Plenipotenciários (enviados extraordinários), incluindo-se os Legados Papais, que não têm a faculdade de representar a pessoa ou a dignidade dos Chefes de Estado que os credenciam;

- 3) Ministros-Residentes, que são credenciados pelos Chefes de Estado, mas numa categoria inferior aos embaixadores;
- 4) Chargés d'Affaires, que são credenciados pelos Ministros das Relações Exteriores de outras nações, e são geralmente, nomeados **ad hoc**, ou interinamente.

O embaixador de credencial mais antiga em qualquer país é considerado Decano do Corpo Diplomático. Tradicionalmente preocupa-se em zelar pela observação dos privilégios e imunidades diplomáticas de todos os membros do Corpo Diplomático.

Os embaixadores do século XX — de qualquer nível — além das obrigações acima descritas, têm inúmeras outras atividades. Comemoram as datas nacionais de seus países, procuram manter seus compatriotas residentes no exterior em ordem, prestando-lhes — quando necessário — assistência, e desempenham ainda um grande número de funções que variam de acordo com a magnitude de suas embaixadas.

Visando agraciar dignatários visitantes, diplomatas amigos, ou, ainda, para recompensar indivíduos que se destacam no serviço diplomático, os governos ocidentais tradicionalmente conferem-lhes certas honrarias e comendas. Na Europa, certas ordens e comendas têm sido associadas, desde os tempos da Cavalaria, com a Diplomacia. Assim, um soberano inglês satisfeito com os serviços diplomáticos de um súdito, ou querendo homenagear embaixador ou dignatário amigo, geralmente lhe confere uma comenda da **Order of the Bath**, ou da **Order of St. Michael and St. George**. No Brasil a honraria que preenche essas finalidades é a Ordem de Rio Branco.

A História nos mostra que as missões diplomáticas nem sempre são imunes à violência. A Diplomacia é uma função que sempre envolveu riscos. Muitos embaixadores, cónsules e outros funcionários diplomáticos têm morrido em seus postos, ou entrado em atrito com seus governos caindo posteriormente em desgraça. Os episódios a que nos referimos no início deste trabalho são apenas manifestações recentes de violência contra diplomatas. Perigos vários têm sempre cercado os indivíduos que se dedicam à prática da arte diplomática. A Diplomacia, entretanto, tem a seu crédito um grande número de feitos extraordinários e cotidianamente presta serviços a povos de todas as nações do globo, facilitando-lhes o contacto e o intercâmbio em vários campos das atividades humanas.

Ao concluirmos esta breve nota sobre a Diplomacia Ocidental, gostaríamos de deixar com os leitores uma indicação bibliográfica que servisse de guia para leituras mais substanciais sobre o assunto. Não tivemos oportunidade de fazer referências ao desenvolvimento da Diplomacia brasileira. Nossa Diplomacia, logo após a Independência, voltou-se muito para a Europa, devido aos problemas com Portugal e o envolvimento da Inglaterra nas negociações que se seguiram ao 7 de setembro de 1822. Com as Questões do Prata, A Guerra da Tríplice Aliança, as questões de fronteira, e algumas rusgas diplomáticas (a questão Christie) com potências européias, a atenção diplomática do Brasil, voltou-se para as américas. Algumas boas referências sobre o desenvolvimento da nossa Diplomacia são os trabalhos de Amado Luiz Cervo, "Os Primeiros Passos da Diplomacia Brasileira", in **Relações Internacionais**, I:3 (dezembro, 1978), pp. 43-63, e Hélio Viana, **História Diplomática do Brasil**, (Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos s/d). Em relação ao desenvolvimento da Diplomacia ocidental e das funções e imunidades diplomáticas uma boa bibliografia deverá incluir as seguintes obras: Sir Ernest Satow, **A Guide to Diplomatic Practice** (New York, 1922); Barom J. de Szilassy, **Manuel pratique de la diplomatie moderne** (Paris, 1925); Green H. Hackworth "Intercourse of States" in **Digest of International Law**, IV (1942), Sir Herald Nicolson, **Diplomacy**, 2.^a ed. (Toronto, 1950); Jules Chambon. **Le Diplomate** (Paris, 1926); Sir Charles Webster, **The Art and Practice of Diplomacy** (Londres, 1952); Garret Mattingly "The First Resident Embassies: Medieval Origins of Italian Diplomacy" in **Speculum** XII (1937); E. R. Adair, **The Extraordinary Ambassador of the Sixteenth and Seventeenth Centuries** (Londres, 1922); Charles de Martens, **Guide Diplomatique**, 2 vols., 5.^a edição, (Paris, 1866) e P. Renouvin e J. B. Duraselle, **Introdução à História das Relações Internacionais** (São Paulo: Difel, 1967).

Handwritten text at the top of the page, likely bleed-through from the reverse side. It is mostly illegible due to fading and low contrast.

Main body of handwritten text, consisting of several paragraphs. The text is extremely faint and largely illegible, appearing as light grey or pinkish smudges against the white background. It seems to follow a structured format, possibly a list or a series of entries, but the specific content cannot be discerned.

Antônio Soares de Araújo

HÉLIO GALVÃO

Recebi da Academia e do Instituto Histórico o encargo de, em seu nome, falar nesta data, em que se comemora o centenário do nascimento do desembargador Antônio Soares de Araújo.

São assim as coisas da vida. Uma boa porção de anos passou desde que através do filho que lhe traz a dupla herança do nome ilustre e da descendência honrada, entrei naquela casa da Av. Rio Branco, onde então morava o des. Antônio Soares. Não sei como foi tecida a teia da amizade entre o magistrado encanecido e o moço estudante, que já naqueles anos era atraído pelos estudos de história. Foi ele que me estimulou a andar nesses caminhos e foi a ele que levei, com a vaidade própria daquela idade imatura, os originais do primeiro livro que escrevi. Pedi para ler mais de espaço, e depois mandou-me recado pelo filho, já então meu amigo: queria ver-me. E foi no longo corredor da habitação que ficamos, ele com lápis à mão, fazendo sugestões de estilo, de grafia, e as correções caridosas eram apontadas quase com pudor.

Continuaram os anos a correr. Publiquei num pequeno jornal municipal, quase sem circulação, editado em Canguaretama, pequeno artigo sobre a naturalidade de André de Albuquerque, o de 1817, em que tive a audácia de retificar o que até então se havia dito, reivindicando para o Rio Grande do Norte, mais particularmente para Goianinha, a terra do nascimento do chefe republicano de 17.

O des. Antônio Soares me vê em sua casa e chama: "Li seu artigo sobre André de Albuquerque: você tem razão". Não era nenhuma rendição: era a aceitação da evidência, sem vaidade nem auto-suficiência.

É a *petite histoire*, a história dos homens menos grandes, das pequenas circunscrições regionais, as pedras que a argamassa reúne para as histórias menores que formarão o material para construção da Grande História.

Quem os lembra? Quem os conhece? Sem o registro da crônica social, sem o louvor repetido, sem o elogio constante, eles foram cobertos sob a crosta do silêncio, irremovível pela ação de qualquer detergente. Infensos a essas vozes laudatórias, sem cortejar a popularidade, sua alegria ficou apenas na entrega dos frutos de seu labor aos instrumentos de divulgação de que dispunham, de restrita ou nenhuma circulação, apenas conhecidos dos poucos operários da mesma seara.

Do meio deles, e um pouco antes deles, emerge a figura de Antônio Soares de Araújo. Filho do historiador, genro de historiador, desde moço sentiu-se atraído pela história, partindo das bases, isto é, dos arquivos. Um acontecimento de repercussão nos jurídicos e políticos convocou um grupo notável, juristas e historiadores para, mãos juntas, num trabalho de campo interdisciplinar, mutirão de todos, em que a investigação histórica precedia a elaboração jurídica. Era a questão de Grossos, assim chamada a disputa sobre a linha de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, no trecho compreendido entre a extrema oriental da Chapada do Apodi até o morro de Tibau, no litoral.

No Ceará, além de uma dispensável exibição militar, arregimentou-se um grupo de grandes historiadores sob a coordenação do maior dos historiadores nordestinos, o eminente Barão de Studart (1856-1938), nomes já consagrados na historiografia local.

De nosso lado, Antônio Soares conta:

“Por parte do Rio Grande do Norte, foram obreiros dedicados na fatigante pesquisa o desembargador Vicente de Lemos, os drs. A. Tavares de Lira, Meira e Sá e Antonio de Souza, coronel Astério Pinto, José Leão, coronel Pedro Soares, dr. Luiz de Oliveira, coronel Joaquim Correia e outros.

A esse tempo, simples estudante de direito, sem poder de outro modo colaborar na defesa da nossa causa, aceitei a fácil e modesta incumbência de copiar documentos e requerer certidões. E daí me veio, ao que penso, um grande interesse pelos assuntos de história e de geografia.

No decurso da incruenta batalha, e por iniciativa do desembargador Vicente de Lemos (...), foi fundado, a 29 de março de 1902, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em cujo seio tive a honra de ingressar dois anos mais tarde”.

De uma e de outra parte, abriram picada os historiadores, fornecendo material aos juristas para construção de suas razões. Cabendo ao Ceará a iniciativa da ação declaratória proposta perante o Supremo Tribunal Federal os documentos iniciais foram elaborados pelo respectivo procurador Antonio Sabino do Monte (1846-1925), substituído pelo advogado Frederico Augusto Borges (1853-1921).

No Rio Grande do Norte, cujos interesses estiveram a cargo de Rui Barbosa, foi com os elementos reunidos por Lemos (1850-1918), Lira, (1872-1958), Antonio de Souza (1867-1955), Meira e Sá (1856-1920) e, primeiro que todos, José Leão (1850-1904) que o mais eminente advogado brasileiro ergueu com solidez resistente a implosões o monumento das **Razões Finais**, volume de 468 páginas, em que se aliam a exegese histórica e a interpretação jurídica, escrito em vinte dias, somente possível pela perfeita arrumação dos documentos postos à sua disposição.

O mergulho daquele grupo de escol na massa informe e dispersa de vasta documentação só então vista, findos os trabalhos que os tinham reunidos, acabou com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico.

Nasceu também o livro magno da nossa historiografia, **Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte**, de Vicente de Lemos. No prefácio a este livro invejável, depõe Tavares de Lira.

“Ha cerca de dez annos que dedicámos juntos o melhor da nossa actividade e do nosso esforço ao estudo de velhos documentos com que o Rio Grande do Norte teria de pleitear victoriosamente, perante os tribunaes, os direitos que lhe assistem na sua secular questão de limites com o Ceará; e nessa occasião, quando extrahiamos do pó dos archivos e bibliothecas antiquissimos e quasi illegiveis manuscriptos, verificámos que um vasto campo, ainda desconhecido, existia a ser explorado em proveito da historia da terra hospitaleira onde eu vi a luz do dia e a que V. — nascido embora sob o céu encantador da bella Veneza Americana — tem servido utilmente, desde o início de sua vida pública. A necessidade daquele momento fez o hábito do resto da vida. Terminámos a nossa tarefa; mas ficou o amor às velharias, que não nos abando-

naia jamais. E d'ahi em diante guiou-nos uma nobre aspiração: dizer das virtudes e dos feitos das gerações que, em dias idos, souberam engrandecer a Patria nesse obscuro recando de seu territorio e que se foram, legando-nos incomparaveis exemplos de heroica abnegação. Sabiamos grandes as difficuldades a vencer. Seduziam-nos, porém, as compensadoras alegrias que se deparam nesse manancial inexgottavel que é o conhecimento do passado, tão rico de opulentas tradições de honra e de bravura. Não receiámos, por isto, nem desalentos nem decepções. Anima-nos, ainda hoje, a mesma fé; fortalecem-nos, com o mesmo ardor, os estímulos que nos advêm do cumprimento do que entendemos ser o nosso dever, no desempenho da missão que nos impuzemos. Para muitos, que ignoram que “os livros antigos pagam liberalmente a quem os atura” e que “não ha velhice mais dadivosa e agradecida do que a delles”, perdemos o nosso tempo. Pouco importa. Alguns farão justiça á nossa bôa vontade; e o “Instituto”, creado por iniciativa sua, archivará carinhosamente o fructo de nossos labores, o attestado da nossa tenaz perseverança”.

Saíram à luz do dia, das arcas bolorentas, das gavetas mal cheirosas, dos velhos maços nunca antes consultado, os livros másculos, fontes indispensáveis a estudos posteriores. De Tavares de Lira, que pôde conciliar seu mandato de deputado com as preocupações do historiador são as monografias de análises sobre períodos ou temas selecionados: **O Rio Grande do Norte em 1911** (Rio de Janeiro, 1912, 420 págs.); **Notas Históricas sobre o Rio Grande do Norte** (Rio de Janeiro, 1918, Tipografia Leuzinger, 239 págs.); **Domínio Holandês no Brasil Especialmente no Rio Grande do Norte** (Rio de Janeiro em separata da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**) que seriam depois desenvolvidos na opulenta obra de síntese, que é a **História do Rio Grande do Norte**. Das **Notas** Lira publicou apenas o primeiro volume. Também Lemos deixou seu livro somente no volume inicial, e primeiro volume ficaria também o livro magistral de Antônio Soares.

Estava muito em voga e vinha já do século passado, um tipo de obras complexas, abrangentes, que traduziriam talvez a preocupação de nada omitir e tudo aproveitar no material coletado: eram os dicionários históricos e geográficos.

— Cesar Augusto Marques (1826-1900) **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**, Maranhão, 1870.

- **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico do Espírito Santo**, Rio de Janeiro, 1878.
- Sebastião de Vasconcellos Galvão (1865-1928) **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908-1927, 4 vols.
- Barão de Studart (1856-1938) **Dicionário Biográfico Cearense**, Fortaleza, 1910-1915, 3 vols.
- Coriolano Medeiros (1875 — ?) **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**, Paraíba, Imprensa Oficial, 1914.
- F. Borges de Barros (? — ?) **Dicionário Geográfico e Histórico da Bahia**, Bahia, 1923.
- Armindo Guaraná (1848-1924) **Dicionário Biográfico Sergipano**, ed. do Estado de Sergipe, Rio de Janeiro, editora Paulo Pongetti, 1925.

Se não estou equivocado o último é o **Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, com que Antônio Soares apresentava uma parte do longo labor, compreendendo apenas as letras A a E, editado em 1930 na Imprensa Oficial, pelo Governo do Estado. Um incidente que muito o contrariou foi a redução inexplicada da tiragem recomendada pelo presidente Lamartine: em vez de 1.000 saíram apenas 400 exemplares.

Foi uma pena que não tivesse ido adiante. Sobretudo para nós principiantes. Chegados à última letra, sentíamos-nos desabrigados, náufragos no oceano do desconhecido, sem rumos e sem abrigo. E daí jamais passaria. Nunca ele me explicou suficientemente a razão por que não completou essa obra sem concorrente e de méritos indiscutidos. Seus familiares informam que teria sido a decepção com a Imprensa Oficial. Entretanto, nem sua descompreensão, nem a responsabilidade assumida com o público, com o Instituto e com a História aceitariam um simples desgosto pessoal, apenas aborrecimento ocasional, como suficiente a privar o Estado de uma obra tão necessária, da qual, tudo indica, alguns dos volumes subseqüentes, pelo menos o segundo, deveria estar concluído. Na **Revista do Instituto Histórico** (vols. XXXVIII, 1941-1943) publicaria depois um trabalho sobre o município de Portalegre, pelo estilo e pelas dimensões, evidentemente um verbete do Dicionário, o que faz crer que tivessem adiantado os volumes seguintes.

O **Dicionário Histórico** já hoje não é susceptível de atualização: a completa e descriteriosa reformulação dos quadros da administração municipal, o aparecimento de tantos nomes e de tantas figuras no cenário político e cultural, os acontecimentos que sobrevieram aos anos — quase meio século — tudo isto seria inoportuno numa simples atualização.

Também o critério adotado nas entradas biográficas — pelo nome e não pelo sobrenome — importaria em total subversão do plano inicial, porque muitas entradas seriam removidas do primeiro volume para outros e muitas que iriam para outros teriam que ocupar seu lugar no primeiro. Este reparo, apenas de ordem técnica, não retira nada ao valor intrínseco desta obra insubstituível.

Não é aliás apenas no nosso, mas em todos os dicionários históricos que esse critério foi preferido. Nem Studart no seu — que José Honório Rodrigues qualifica como a obra mais completa da historiografia do Nordeste, na segurança da informação e na amplitude dos temas — nem Studart escapou a essa forma de dicionarização.

Segurança de informação é também um atributo presente em tudo quanto escreveu Antônio Soares, que preferiu à profusão o critério mais seguro da seleção. Um admirável senso de proporção presidiu a elaboração do **Dicionário**, dominado pela hierarquia dos valores, pela precisão dos elementos e pela rigorosa exatidão de datas. Esta foi a sua paixão.

Como explicar que sua vocação de historiador, tão cedo manifestada na colaboração àqueles que tomaram a defesa do Rio Grande do Norte no episódio de Grossos, e de forma tão promissora iniciada por uma obra que exige continuidade, como o **Dicionário Histórico**, se tivesse truncado, sem o prosseguimento posterior: e sem aproveitamento do cabedal acumulado?

Naqueles tempos a função judicante não era tão absorvente, e, conforme me fez ver Antonio Soares Filho, sua carreira no interior não teve a marcá-la freqüentes remoções.

Por outro lado, para ele, o nomadismo funcional não terá sido o motivo principal de haver deixado para um depois sempre adiado, a continuação do seu plano: não serviu em outras comarcas além de Martins e Natal.

As investigações que fez em torno da figura meio enigmática de Manoel Ferreira Nobre, também estudado por Câmara Cascudo e continuada por Manoel Rodrigues de Melo abriram à elucidação das origens e raízes familiares do autor da desinformada mas preciosa crônica sobre a Província do Rio Grande do Norte os elementos mais completos até agora conhecidos.

A Ferreira Nobre tomou Antônio Soares como patrono de sua cadeira nesta Academia. A preferência da escolha identifica no velho historiador fidelidade aos temas que marcam sua presença na história literária do Rio

Grande do Norte, bem como a homenagem àquele que fora o desbravador dos estudos históricos em forma monográfica.

O discurso que aqui pronunciou, por ocasião de sua posse, a título de elogio do patrono, revela o pesquisador em breve retorno àqueles temas de sua marcada preferência intelectual.

Breve mas, laborioso retorno, em que o pesquisador revive com todo o vigor e renovado interesse. Vejamos como ele próprio nos contou essa viagem aos arquivos que o levou a excursionar por vários municípios:

“Venho de uma longa viagem. Não é que fossem demasiado extensos os caminhos percorridos, mas, o itinerário teve de obedecer a seguidas e diversas etapas.

Certa vez, após ter lido e relido durante semanas, velhos livros, de 1833 a 1892, dos existentes no arquivo da nossa igreja catedral, ocorreu-me ao espírito a idéia de excursionar por algumas localidades mais próximas. Imaginem como, de pronto, acompanhando um carro-correio, daqui parti, rumo direto a pequena cidade vizinha, outrora populoso aldeamento de índios e onde, hoje, sobre as ruínas da antiga “casa dos leões”, se ergue expressivo monumento em honra de Nísia Floresta. Dali na mesma via-tura, fui atingir a serena região da Guaraíras, lagoa no centro da qual se formou a Ilha do Flamengo, a evocar famoso episódio do tempo das guerras holandesas. Pouco distante de sua margem está assentada a pacatíssima cidade de Arês. A seguir, penetrei no vale do Cunhaú atualmente ocupado por outros centros de população civilizada e que guarda, na memória dos seus habitantes e nos vestígios do histórico engenho de açúcar, a lembrança dos mártires de 16 de julho de 1645. Retornando, na direção noroeste, cheguei à formosa cidade do Mipibu, até meados do século XIX a mais importante praça comercial da Província. Outra etapa, regresssei a Natal e logo rumei para o grande vale dos canaviais banhado pelos rios Ceará-Mirim e Água Azul, em cujo outeiro lateral está situada a maior das cidades da zona agreste.

Excursão de turismo? Absolutamente, não. Foram poucas e curtas minhas viagens de recreio. Andei, sim, numa cívica peregrinação, em busca do lugar onde tivera sepultura um patricio ilustre, a quem cruéis privações lançaram numa vida errante, obrigado

a tirar meios de subsistência de uma profissão para o exercício da qual não possuía título.

.....

Saindo de Natal, terra berço, Ferreira Nobre passou a morar na antiga vila de Papari. Dali se transportara a outros distritos, toda vez que o chamavam a patrocinar pleitos judiciais ou a defender réus pobres perante o Tribunal de Júri. Por fim, na última dessas vezes, quando se preparava para atender a um desses serviços forenses, morreu repentinamente, não se sabendo em que data e nem, ao certo, em qual dos distritos fora sepultado. Há uma versão segundo a qual o “Ferreira”, como muitos o conheciam, fora, em estado grave, transportado de Arês para Papari, por seu amigo José Joaquim de Carvalho de Araújo, em cuja residência teria falecido, numa festiva manhã de agosto — Dia da Assunção.

.....

Em momento de natural entusiasmo pela atuação profícua desse esquecido coestadano, eu assumira, perante a Academia, um espontâneo compromisso, espontâneo e formal, sem medir possíveis dificuldades a enfrentar. Era preciso arrancar do criminoso olvido a figura de um homem, dos de maior cultura literária no seu tempo, o qual amara, servira e procurara tornar conhecida a sua terra natal. Era necessário fazer-lhe justiça, exalçando o seu mérito, real, indiscutível”.

Mas a obra de Antônio Soares historiador não se limita a esse livro inconcluso. Muito antes ele havia publicado no “Jornal da Manhã” as Efemérides do Rio Grande do Norte, que partindo de 1501 chegaram até 1912. Para completá-las restariam poucos anos e para atualizá-las haveria que incluir muitas outras que sobrevieram ou ganharam importância depois daquele ano. E ele mesmo chegou a sugerir ao filho, que pensou nesta atualização, a eliminação de outras que, com o desenvolvimento social, econômico e político perderam a importância do registro.

Também na **Revista do Instituto** (vols. 27 - 28, correspondentes aos anos de 1930-1931), publicou magnífico ensaio sobre o Palácio do Governo, no qual, sob seu aprimorado poder de síntese, fornece dados substanciais para elucidação do histórico da atual casa do Governo.

Quando Mário Melo do **Jornal do Comércio**, do Recife (1933) procurou dar uma interpretação depreciativa para o vocábulo potiguar, ele estava a postos pelas colunas do **Diário de Natal**, que em outros tempos havia dirigido, para sustentar não só a interpretação tradicional e corrente, para reassegurar a naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão, polêmica de que também participou por encargo do Instituto o historiador Câmara Cascudo.

Verão agora os Senhores que Antônio Soares, é antes de tudo historiador. É o elogio acadêmico do seu patrono? E ele o faz com um capítulo de história.

É das nossas lendas — que a imaginação dos antigos transbordou de riquezas e encheu de emoção? Ele as aproveita para a poesia, poesia romântica. Cantofa e Jandi, a lenda da lagoa de Papari, o Canto do Sino, da lagoa de Extremoz.

Ou ainda são pedaços da nossa história: a Fortaleza dos Reis Magos e o Farol, que fora posposto perturbando a harmonia do belo conjunto arquitetônico da barra do Potengi.

Estranha convivência do poeta com o historiador, em que a emoção poética nada perdeu e a história ganhou pela nova apresentação com que fielmente foi exposta. Aqui o primeiro:

Largas muralhas, rijas e pesadas,
Batidas pelo mar e pelo sol,
Sustento sobre abóbadas e arcadas
A branca e esguia torre do farol.

No abandono, sem armas nem paiol,
O Forte — lutador de eras passadas —
Vê desfilar, das vagas no lençol,
O pacato cortejo das jangadas.

Em segredo conserva o poema antigo
Das guerras holandesas, das batalhas
Sustentadas com o bátavo inimigo...

Vezes, porém, parece que se alteia,
Perdida no silêncio das muralhas,
A voz de Pedro Mendes de Gouveia.

A turma diplomada pela Faculdade de Direito do Recife em 1902 era numerosa: cinqüenta e dois novos bacharéis, dos quais oito do Rio Grande do Norte. Creio poder afirmar que de todos foi ele o último a ser chamado por Deus. Dos norte-rio-grandenses porém, seguramente foi ele o último:

- Augusto Carlos de Vasconcelos Monteiro, a 9 de março de 1919;
- Sebastião Fernandes de Oliveira, a 29 de março de 1941;
- Juvenal Antunes de Oliveira, a 30 de abril de 1941;
- Galdino dos Santos Lima, a 25 de junho de 1922;
- Antônio Soares de Araújo, a 24 de junho de 1963.

Escaparam as datas de Alcebiades Cabral de Oliveira e Bartolo Nóbrega Dantas, mas tudo converge para reforço da afirmação de que tenha sido e é o último sobrevivente de seus companheiros de turma (*).

Seu pai, cel. Pedro Soares de Araújo, foi também insigne historiador e se especializara em conhecimento da legislação provincial sobre os municípios, de que publicou muitos destaques na Revista do Instituto.

Mas eu não quero deixar de lembrar, nesta noite centenária, a figura de Clarinha Soares, irmã de Antônio Soares, que conheci assim meio de longe, contaminada pelo vírus da história cujo arquivo disperso guardava tudo, os cartões de felicitações, as cartas que mandava ou recebia, recortes de jornais, registro dos eventos da cidade ou da família, as fotografias de ruas, edifícios, acontecimentos sociais. Na sombra em que viveu esta mulher, humilde e retraída, oculta numa simplicidade franciscana, aliás da Ordem Terceira de São Francisco. Poucos sabem o serviço que prestou a história de Natal e até — mais longe — chegando a interpelar o prefeito de Wutemberg sobre a autenticidade de determinada afirmação do reformador contida em volume e página das obras completas de Lutero. Resposta afirmativa, acompanhada de cópia da página em que está o trecho, que o Pe. José Bisinger traduziu do difícil alemão do Século XVI.

O Livro Sagrado incita-nos ao louvor daqueles que nos antecederam: Louvemos os varões ilustres que nos precederam a cuja geração sucedemos, os quais se distinguem dos outros que nada fizeram, cuja memória não existe. Desapareceram como se não tivessem vivido, e nasceram como se não tivessem nascido, eles e os seus filhos (Ecl. 44, 1, 9-10).

Esse dever é um ato de justiça. Renovar na memória dos de hoje a memória dos que partiram, varões de virtudes e de serviços, que puseram sua inteligência e suas disponibilidades pessoais no serviço de todos, reacendendo

(*) Vive ainda no Recife o dr. Rodrigo Francisco Pereira, ligado pelo casamento a uma família açuense (informação do dr. Gil Soares de Araújo, presente à leitura deste trabalho).

por sua vez a memória dos varões de gerações a que não tenhamos pertencido. Entre estes varões insignes da nossa terra está Antônio Soares que a serviu com desprendimento. Juiz, como juiz, segundo suas convicções que eram formadas seguindo as inspirações de sua consciência de cristão. Chefe de família numerosa, como pai cuidadoso, amante de seus filhos e do destino que para cada um desejava. Poeta, com os temas da terra e dos homens, da amizade e gente. Historiador, com grande senso de justiça e da veracidade histórica. Este o varão eminente que ele foi, como eu o vi e continuo vendo, para além da morte, *sub specie eternitatis*.

Palavras de Agradecimento

ANTONIO SOARES Filho

A década de 70, no século passado, a mais trágica da história do país, quando um terço da população nordestina pereceu pelo flagelo das secas, é a mesma década que trouxe ao Rio Grande do Norte considerável quantidade de homens de alta inteligência, como se estranha e desconhecida lei genética transmitisse à comunidade, amargurada pelo sofrimento do povo, o dom de procriarem os pais seres privilegiados.

É a década do nascimento de estadistas, Tavares de Lyra, Juvenal Lamartine e Alberto Maranhão; de intelectuais de todos os ramos de atividade do espírito, o filósofo Antônio Marinho, o genealogista Matias Maciel, o historiador Rodolfo Garcia, o musicista Tonheca Dantas, o tribuno José da Penha; e uma safra abundante de poetas, entre eles, Henrique Castriciano, Auta de Souza, Ferreira Itajubá, Augusto Meira, Ezequiel Wanderley, Alípio Bandeira, Martins de Vasconcelos, Angelina Macedo, Maria Carolina, Afonso Macedo, Luis Trindade, Abdon de Macedo, Palmério Filho, José Barbosa, José Alcino, Américo Macedo, Padre Pedro Paulino, Raul Fernandes, José Lima, Luis Souto, Honório Carrilho, Luis Lôbo, e, em 1880, último ano da década, ainda temos, entre outros, Sebastião Fernandes, Galdino Lima e Érico Souto.

Hoje comemora-se o 1.º Centenário de um magistrado, poeta e historiador, Antônio Soares de Araújo, nascido em pleno sertão, na era da seca.

Sobre sua personalidade acaba de falar o historiador Acadêmico Hélio Galvão, humanista do melhor estilo, assíduo pesquisador dos arquivos do Instituto e dos Cartórios do interior do Estado, procurando, nos processos de in-

ventário, lides possessórias e livros de registros, a genealogia e as datas ignoradas dos que fizeram nossa História; que busca, nos arquivos de Lisboa e nos sebos do Rio de Janeiro, o material necessário para contar o dia a dia do Rio Grande do Norte colônia e província.

Não me cabe louvar, neste momento, a homenagem prestada à memória do meu pai, nem enaltecer a figura do magistrado e homem de letras, hoje centenário. Mas, permitam-me um instante de saudade, para recordar o pai amantíssimo e virtuoso, homem humilde que nunca se envaideceu das glórias terrenas e cuja santidade senti de perto, poucos meses antes do falecimento, quando conversávamos sobre deveres conjugais e dizia-me que nunca precisara ajoelhar-se aos pés de um padre para confessar pecado contra a castidade. “Era uma expressão autêntica do homem de Deus”, disse Nilo Pereira.

Minha missão, porém, é outra. Sou intérprete do profundo agradecimento da família à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, da qual meu pai foi Presidente e um dos fundadores, e do Instituto Histórico e Geográfico, onde serviu durante mais de cinqüenta anos, honrado no cargo de 1.º Vice-Presidente até a morte.

Agradecer também ao Acadêmico Hélio Galvão, advogado de renome, sociólogo do **mutirão**, etnólogo das **cartas da praia**, Comendador da Santa Sé pela divulgação de seus largos conhecimentos da filosofia e da doutrina social da Igreja, sempre equidistante do conservadorismo que retarda e do modernismo que deforma, e, sobretudo, para mim, o amigo fraternal há 46 anos, que me concedeu o privilégio de abençoar amiúde o primeiro e um dos últimos dos seus rebentos.

Finalmente, a família agradece a todos que prestigiaram esta noite de homenagem. Confortada pela religião que o chefe e santo ensinou, sente sua presença constante e recorda a conduta que Nilo Pereira tão bem definiu ao dizer: “O Juiz era nele a encarnação mesma da verdade e da retidão. E ao lado disso a simplicidade que ele irradiava, o gesto sempre acolhedor e aberto, o sorriso benevolente, a cordialidade da palavra — tudo refletia nele uma grande alma que Deus chamou para ouvir do próprio poeta a “Lira de Poti”, acompanhada pelo coro dos anjos”.

A Modinha no Rio Grande do Norte

Gumercindo SARAIVA

Para divulgarmos a história da Modinha, seus verdadeiros e autênticos seresteiros em nosso Estado, temos que nos transportar, ao ano de 1973, no Rio de Janeiro, que se fixou como capital do Brasil e as artes tomaram impulso, com a influência da casa de Bragança.

Na metrópole do país, os pioneiros da Modinha foram: Inácio José de Alvarenga Peixoto (Alceu) — Domingos Caldas Barbosa (Lorena) — Tomás Antonio Gonzaga (Dirceu) — Cláudio Manoel da Costa (Clauceste) — além de outros continuadores que se multiplicaram, passando de Estado para Estado, até chegarem ao Rio Grande do Norte, já em épocas distantes, mas o resultado positivo aí está registrado na literatura da terra de Alberto Maranhão e tantos outros vultos que engrandeceram sobremodo.

A Modinha, ao contrário do que muita gente pensa, é uma forma verdadeiramente artística, podendo assemelhar-se ao ROMAN francês, LIED alemão, FADO português, (de origem brasileiro) e à própria canção italiana, que foram interpretadas pelos maiores cantores como Caruso, Schipa, Ramirez, Kiepúra, etc., etc.

Aparecendo primeiramente nos salões imperiais, essa canção foi cultivada pelos vultos mais proeminentes de seu tempo, como Padre José Maurício, Bonifácio de Abreu, Cônego Januário, Cunha Barbosa, Saldanha Marinho, Marcos Portugal, este último, grande compositor europeu que, chegando ao Brasil encontrou um clima altamente artístico que o deixou entusiasmado.

D. Pedro I compôs Modinhas e participou de serenatas à porta das moças bonitas e de suas namoradas... Também o afamado desembargador, Luis Fortunato de Brito, foi um expoente máximo da Modinha e cantou bastante nos salões aristocráticos da cidade e saudou aos luares nos bairros mais distantes de sua terra. D. Pedro II, muito ligado a música erudita, dando geralmente preferência aos compositores alemães ouvia religiosamente os seresteiros como se estivesse escutando as obras de Bach ou Handel.

Contam, que, na passagem do século (1899-1900), o natalense comemorou esse acontecimento com serenatas e foram nessa ocasião cantadas Modinhas de toda a espécie. As vozes seresteiras, acompanhadas por violões, saudaram com seus timbres diversos, a entrada do novo século. E o novo ano também! Fato idêntico se repetia nesta capital no dia 31 de dezembro de cada ano, quando era prefeito da capital o jornalista Djalma Maranhão, convidando Santos Lima, Evaristo de Souza, Antonio Lucas, o autor deste reencontro, clarinetistas, bandolinistas da radiofonia potiguar tendo a frente o “caudilho” com sua voz desafinada mas de timbre abaritonado iniciando a Serenata com a “Canção do Pescador”, seguindo-se, as Modinhas de Ivo Filho, Auta de Souza, Segundo Wanderley, Olimpio Batista Filho, Carolina Wanderley, Ferreira Itajubá, Gotardo Neto, Lourival Açucena e outros autores do passado.

As Serenatas coordenadas por nós, a pedido de Djalma Maranhão, começavam na residência do sr. José Maux Júnior, situada à Praça André de Albuquerque n.º 22 e, da mesma partíamos em grupo até aos primeiros raios do sol do dia primeiro de janeiro. Mas, vieram outros prefeitos e essas serestas oficializadas pela edilidade natalense desapareceram. Djalma Maranhão com sua sensibilidade artística preservando os costumes e tradições de nossa gente visitava as residências amigas com uma popularidade jamais alcançada pelos seus seguidores. E o ciclo natalino se comp’etava com Fandangos, Lapinhas, Bumba-Meu-Boi... e Serenatas, advindas de tempo remoto, em que surgiam poetas e músicos compondo canções destinadas as tertúlias, desaparecendo como era natural do nosso convívio.

Acreditamos, que, em Natal, muito antes da passagem do ano de 1800, (ainda Vila) já se cantavam Lundum, Chiba e outro tipo de música, mesmo porque, a Modinha, desde fins do século XVI, era conhecida no Rio de Janeiro e Bahia. Desligando-se da SERRANILHA portuguesa, romance melodioso de caráter triste, mavioso, originária das camponesas de “Tras-os-Montes”, ela, se

integrou em forma erudita, por isso, homens cultos tanto em Portugal como no Brasil, fizeram versos musicados, cujas estrofes são encontradas como jóias na literatura dos dois países, marcando uma época que nos separa com verdadeira recordação do passado.

Dáí, ter o escritor, Mário de Andrade, afirmado que “a proveniência erudita européia das Modinhas, é incontestável. Por outro lado os escribas antigos, se referindo às formas populares, citam o Lundum, o Samba, o Catereté, a Chiba, etc., etc., por Brasil e Portugal, mas a Modinha de que falam é sempre a de salão, de forma e fundo eruditos, vivendo na Corte e na Burguesia...”

Inicialmente acompanhada ao piano, a Modinha se estendeu grandemente nas salas de música, onde suas estrofes possuíam o mesmo prestígio dos Quartetos de Câmara. Os cantores eram pessoas da alta sociedade, que não obstante interpretar as canções de autores anônimos, sentiam sempre o encanto de suas estrofes apaixonadas, aliadas a uma bonita melodia, produto de inspiração de músicos de real envergadura de seu tempo. Dos salões, a Modinha passou a ser o encanto das serenatas, onde os luas eram saudados pelos acordes de violões plangentes que completariam noitadas alegres e festivas nas portas das moças onde os namorados enviavam uma mensagem de amor através das canções especializadas.

Câmara Cascudo, estudando a Modinha norte-rio-grandense, num artigo em SOM, (Revista dirigida por C. Cascudo-Waldemar de Almeida-Gumercindo Saraiva) disse: “Não há um só poeta norte-rio-grandense que não haja dado ao violão algumas quadras. Muitos escreveram quase totalmente para ele, como Lourival Açucena, Areias Bajão e Francisco Otilio. Outros só pelas Modinhas poderá ser conhecido. É o caso de Celestino Wanderley cujo livrinho AURORA (Natal 1890) é inachável. A memória modinheira recordará sempre sua produção “Hontem. hoje, amanhã” e o “Aí não queiras saber formosa Diva”.

OS COMPOSITORES DESTE SÉCULO

A Modinha em nossa terra tem sido pouco divulgada e por isso em 1960 lançamos TROVADORES POTIGUARES, numa edição de Saraiva S. A. de São Paulo que também editou ANTOLOGIA DA CANÇÃO BRASILEIRA. Esses livros estão bem longe de se constituírem um relato completo, pois nossa pretensão, apenas, serviu para auxiliar em parte a história da canção mais popularizada em nosso Estado. Demos, é certo, um passo alongado, pesquisando Modinhas já no esquecimento do povo.

Nossa coleção, contendo mais de três mil poemas de autores norte-riograndenses, selecionadas e identificadas em sua primazia, será entregue na primeira oportunidade a uma instituição especializada, logo o nosso Estado possui uma, para que seja salvo um patrimônio, antes vivendo ao relento e que julgamos valiosa para a nossa formação artístico-cultural. A própria vida de uma nação está muitas vezes cantada em versos.

É notório o número de pessoas que puseram música em versos anônimos e de poetas potiguares e a riqueza de melodia se perde porque o seresteiro somente canta aquilo que gosta e no poema, encontre amores frustrados, romances entre dois jovens, lendas, paixão com afeto violento, afeição, grande mágoa e outros sentimentos excessivos. Outro estilo vivido na Modinha é o misticismo na crença religiosa, como aconteceu na obra de Auta de Souza — uma das poetisas mais musicadas — em nosso Estado. Também, os poetas influenciados pela poesia condoreira, a exemplo de Segundo Wanderley e outros vates completando admiravelmente o estilo da última fase romântica que tiveram Castro Alves, Tobias Barreto e Pedro Luís como mestres.

Por isso Abdon Trigueiro, Joaquim Galhardo, Cirilo Lopes, Cirineu de Vasconcelos, Israel, Chico, Jayme, João e Abelardo Botelho, Gabriel e João Saraiva, Temistocles Costa, Olímpio Batista Filho, Uriel e Junquilha Lourival, Eduardo Medeiros e Heronides França, este último, o que mais musicou os versos de Auta de Souza, com melodias repletas de ternura, onde os tons menores indicam mágoas e tristezas, envolvidas em grande parte na vivência de alguns sereneiros do passado, deixaram uma obra valiosa na história da Modinha potiguar.

OS TEXTOS MUSICAIS ESTÃO SE PERDENDO

É lamentável que os textos musicais de nossas Modinhas não estejam no pentagrama, pois conseguimos, apenas, escrever e gravar umas duzentas composições, dando uma contribuição muito importante para que no futuro tenhamos, pelo menos as mais popularizadas. E a outra parte, com o decorrer do tempo há de sumir-se uma vez que autênticos conhecedores das melodias estão desaparecendo e alguns, não mais lembrando-se do verdadeiro texto musical.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte ou a Fundação José Augusto bem poderiam organizar em “cassete”, ou em outra forma de gravação. Modinhas potiguares, preservando desta maneira uma preciosidade ligada à musicalidade de nossa terra.

CANÇÃO DO PESCADOR

Constituindo a Modinha mais cantada do cancioneiro potiguar, publicaremos essa jóia de canção, composta em 1922, versos do poeta Othoniel Meneses (1895-1969) membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, eleito para ocupar a Cadeira n.º 23 substituindo Bezerra Júnior, deixando de assumir o honroso encargo imposto por um grupo de amigos e admiradores logo após a vaga deixada pelo seu antecessor.

A “Canção do Pescador”, no decorrer do tempo, tornou-se merecidamente uma música do povo que deu-lhe o nome de PRAIEIRA, não podendo se distinguir qual mais primorosa — a melodia do clarinetista Eduardo Medeiros ou o poema de Othoniel Meneses, considerado o príncipe dos poetas norte-rio-grandense.

Eis as estrofes da CANÇÃO DO PESCADOR

Versos de Othoniel Meneses
Música de Eduardo Medeiros

I

Praieira dos meus amores
encanto do meu olhar !
quero contar-te os rigores
sofridos a pensar
em ti, sobre o alto mar !
Ai ! não sabes que saudade
padece o nauta, ao partir,
sentindo, na imensidade,
o seu batel fugir
— incerto do porvir !

II

Os perigos da tormenta
não se comparam, querida,
as dores que experimenta
a alma, na dor perdida,
nas ânsias da partida !
Adeus a luz, que desmaia
nos coqueirais, ao sol pôr
e, bem pertinho da praia,
o albergue, o ninho, o amor
do humilde pescador !

III

Quem vê, ao longe, passando
uma vela, panda, ao vento,
não sabe quanto lamento
vai nela soluçando
— a Pátria procurando!
Praieira, meu pensamento,
linda flor, vem me escutar
a história do sofrimento
de um nauta a recordar
amores sobre o mar!

IV

Praieira, linda entre as flores
deste jardim potiguar!
não há mais fundos horrores,
iguais a esses do mar
— passados a lembrar!
A mais cruel noite escura,
nortadas e cerração,
não trazem tanta amargura
como a recordação
que aperta o coração!

V

Se às vezes, seguindo a frota
pairava uma gaivota,
logo eu pensava, bem triste:
— “o amor que lá deixei,
quem sabe se ainda existe?” —
Ela, então, gritava triste:
— “não chores! não sei!” —
E eu sempre e sempre mais triste,
rezava a murmurar:
— “Meu Deus! quero voltar”!

VI

Praieira do meu pecado,
morena flor, não te escondas!
quero, ao sussurro das ondas
do Potengi amado
— dormir sempre a teu lado...
Depois de haver dominado
o mar profundo e bravio,
à margem verde do rio
serei teu pescador,
oh! pérola do amor!

50 Trovas premiadas e um Soneto à procura de poesia

LUIZ RABELO

A um pobre morto esquecido,
na mais pobre sepultura,
uma flor faz o sentido
da caridade mais pura.

(Premiada no II CONCURSO DE TROVAS DA ACADEMIA
DE TROVAS DO RGN, 1967. Tema: Caridade).

É música indefinida,
cantando no coração,
a caridade escondida
na grandeza de um perdão.

(Premiada no II CONCURSO DE TROVAS DA ACADEMIA
DE TROVAS DO RGN, 1967. Tema: Caridade).

Ninguém sabe a sua idade.
Caridade... Que sei eu?
Vivendo uma eternidade,
é nova como nasceu.

(Premiada no II CONCURSO DE TROVAS DA ACADEMIA
DE TROVAS DO RGN, 1967. Tema: Caridade).

A lua, na imensidade,
é uma lágrima de prata,
chorada pela Saudade,
em noites de serenata...

(Premiada no I CONCURSO DE TROVAS DE A DIOCÉSIA,
de Natal-RN, em 1968. Tema: Lua).

O livro é toda a beleza
de um amanhã de esperança.
É luz que apaga a tristeza
dos olhos de uma criança...

(Premiada no Concurso de Trovas promovido em Natal pelo
I.N.L., em homenagem ao I Encontro dos Trovadores do Brasil,
em 1969. Tema: Livro).

No céu a Virgem Maria,
quando os anjos vai ninar,
é de Catulo a poesia
que ela se põe a cantar...

(Premiada no III CONCURSO DE TROVAS DO JORNAL
O TROVADOR, de Salvador — BA, 1969. Tema: Catulo).

Com a tinta da luz acesa,
o sol escreve poesia,
no livro da natureza,
na pauta branca do dia...

(Premiada no Concurso de Trovas promovido em Natal-RN
pelo Instituto Nacional do Livro, em homenagem ao I Encontro
dos Trovadores do Brasil, em 1969. Tema: Livro).

Vão pela estrada os ceguinhos,
mil olhos velam seu nada:
— Os olhos dos passarinhos
e os olhos de Deus na estrada.

(Premiada no I Concurso de Trovas “Ludgero Nogueira”, Juiz
de Fora, MG, 1969. Tema: Cego).

Almejais, de amor profundo,
a recompensa na terra?
— Espalhai versos no mundo,
em vez de planos de guerra!

(Premiada no Concurso de Trovas do I.N.L. promovido em Natal-RN, em homenagem ao I Encontro dos Trovadores do Brasil, 1969. Tema: livre).

Um gramático perfeito
deu-me um dia esta lição:
— Fraternidade é o sujeito
da frase do coração...

(Premiada no V Concurso de Trovas do Rotary Club de Madureira, RJ, 1970. Tema: Fraternidade).

As nuvens enoveladas,
(esta estória ouvi contar)
são as sombras das jangadas
que se perderam no mar.

(Premiada no IV Concurso de Trovas da U.B.T. — Seção de Fortaleza — CE, 1970. Tema: Jangada).

Sete letras tem “jangada”,
e “saudade” também tem:
— Quando vejo uma jangada,
sinto saudade de alguém...

(Premiada no IV Concurso de Trovas da U. B. T. — Seção de Fortaleza — CE, 1970. Tema: Jangada).

Jangada de eterna lida,
da própria vida consorte,
é esta jangada na vida,
que a vida chama de — MORTE.

(Premiada no IV Concurso de Trovas da U. B. T. — Seção de Fortaleza — CE, 1970. Tema: Jangada).

Esta verdade me ocorre,
se a outro te vejo amar:
--- Felicidade não morre,
muda apenas de lugar...

(Premiada no FESTIVAL DE MARINGÁ — Paraná. 1970.
Tema: Felicidade).

No livro da eternidade,
foi que Jesus escreveu
o nome: — Fraternidade,
que ainda o homem não leu...

(Premiada no V Concurso de Trovas do Rotary Club de Ma-
dureira, RJ, 1970. Tema: Fraternidade).

Fraternidade, querida,
não é somente oração:
— É vida estendida à vida,
é mão estendida à mão...

(Premiada no V Concurso de Trovas do Rotary Club de Ma-
dureira, RJ, 1970. Tema: Fraternidade).

Mesmo sem ver-te, Jesus,
minha fé em ti persiste:
— O cego não vê a luz,
mas sabe que a luz existe...

(Premiada no Concurso III da Academia de Trovas do RGN e
II da U. B. T. — Seção de Natal, 1971. Tema: Luz).

Quando a palavra não pode
traduzir a dor da gente,
então a lágrima acode
e diz tudo quanto sente...

(Premiada nos JOGOS FLORAIS DE NOVA LISBOA (Huam-
bo) Angola, 1971. Tema: livre).

Sou pecador. Entretanto,
sou santo de vela e dor
pois o amor, pecado santo,
santifica o pecador...

(Premiada nos I JOGOS FLORAIS NACIONAIS DO PARANÁ,
em Curitiba, promoção da U. B. T., 1971. Tema: livre).

Hermeneuta eu sou, ranzinza,
e digo a crentes e ateus:
— Tem cinco letras de cinza
a triste palavra adeus...

(Premiada no Concurso “Rosa de Ouro”, realizado em São Luiz,
MA, 1971. Tema: Cinza).

De uma injustiça ao açoite,
mérito é o de quem não chora
e sabe que após a noite
há de surgir uma aurora.

(Premiada no VI Concurso de Trovas do Rotary Club de Ma-
dureira, RJ, 1971. Tema: Mérito).

Quando vamos de mãos dadas,
em busca de nosso ninho,
a mais rude das estradas
torna-se um doce caminho...

(Premiada no Concurso de Trovas do Clube dos Trovadores do
Seridó, de Caicó — RN, 1971. Tema: Estrada).

Para a escola vai cantando
a linda e loira criança.
— E eu vejo o futuro andando
pela estrada da esperança...

(Premiada no Concurso de Trovas do Clube dos Trovadores do
Seridó, de Caicó — RN, 1971. Tema: Estrada).

Da vida na caminhada,
se o bem fizeres, irmão,
as pedras da tua estrada
em rosas se tornarão...

(Premiada no VII Concurso de Mogi das Cruzes, em seleção feita pela Casa do Poeta, de São Paulo — SP, 1972. Tema: Pedra).

Quando eu morrer, algum dia,
leia-se, em meu mausoléu:
“Todo o seu céu foi Maria,
foi ver Maria no céu...”

(Premiada no VII Concurso de Mogi das Cruzes, em seleção feita pela Casa do Poeta, de São Paulo — SP, 1972. Tema: livre).

Pintor de capacidade
deu-me um dia esta lição:
— É cor de cinza a saudade,
tem a cor da solidão...

(Premiada nos V JOGOS FLORAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DA GANDA, ANGOLA, 1972. Tema: livre).

Em nome da caridade,
quantos gestos teatrais!
Quanta hipócrita bondade
nas manchetes dos jornais!

(Premiada no III FESTIVAL BRASILEIRO DE TROVADORES, realizado pela Prefeitura Municipal de Maringá, Paraná, e União Brasileira de Trovadores, 1972. Tema: livre).

Olha com serenidade
os erros do teu irmão:
— És parte da humanidade,
fermento do mesmo pão!

(Premiada no Concurso do Lion's Club de Natal-Centro, RN e União Brasileira de Trovadores, 1972. Tema: livre).

Felicidade é fumaça
que nem sequer se entrevê:
— É como o vento que passa,
que a gente sente e não vê...

(Premiada no II CONCURSO NACIONAL DE TROVAS DA
U. B. T. de Macaé, RJ, 1973. Tema: Vento).

Tenho certeza, Jesus,
quem perdoa a ingratidão,
aumenta degraus de luz,
na escada da Perfeição!

(Premiada no CONCURSO JUBILEU, promovido pela União
da Mocidade Espírita de Niterói e U.B.T., 1973. Tema: Progresso).

Todo progresso é constância,
é prudência, meu irmão:
— Quem vai a longa distância,
conduz alforje e bordão...

(Premiada no CONCURSO JUBILEU, promovido pela União
da Mocidade Espírita de Niterói, RJ, e União Brasileira de Trova-
dores, 1973. Tema: Progresso).

Alarga os teus horizontes,
crê na Energia... na Luz,
Procura a Fonte das fontes,
o Ser dos seres: Jesus!

(Premiada nos V JOGOS FLORAIS DA U. B. T. de Niterói,
RJ, 1973. Tema: Energia).

Quando Deus fez este mundo,
das praias fez-me rainha.
Meu nome é doce, profundo,
nome de embalo: Redinha.

(Premiada pelo "Redinha Clube", de Natal, RN, Ginkana e
Concurso no dia 27/01/1973. Tema: Redinha).

Não sejas nunca arrogante,
não tenhas, ríspido, o tom:
— Bom não é ser importante,
o que é importante é ser bom...

(Premiada nos JOGOS FLORAIS DO ATENEU COMERCIAL
DE LISBOA, Port., 1973. Tema: livre).

Garanto que é cor de prata
a cor que a saudade tem:
— A mesma da serenata,
que é cor da Lua também...

(Premiada na XI Festa da Inteligência da Academia Valenciana
de Letras, RJ, 1974. Tema: Prata).

Tendo a boneca nos braços,
a criança, sem saber,
antecipa seus cansaços
de mãe que um dia há de ser...

(Premiada nos II JOGOS FLORAIS NACIONAIS DE CURITIBA, Paraná, 1974. Tema: Criança. Idem, premiada no Concurso promovido pela Biblioteca Pública "Prof. Paulo Zappi", de Governador Valadares, MG, 1979, homenagem ao Ano Internacional da Criança).

Quando o luar se desata,
e ilumina o meu sertão,
a lua é um barco de prata,
tendo a saudade ao timão!

(Premiada na XI Festa da Inteligência da Academia Valenciana
de Letras, RJ, no seu Jubileu de Prata em 1974. Tema: Prata).

Eu sou feliz, criatura,
e disto bem que me agrado:
— Evocação é ternura
que a gente tem ao passado...

(Premiada no V Concurso de Trovas de Nova Iguaçu, RJ, Seção da U. B. T., 1975. Tema: Evocação).

Do amor não rias, meu bem,
não fiques dele a zombar:
— Vê que ele um dia também
pode fazer-te chorar.

(Premiada nos I JOGOS FLORAIS DE ITUIUTABA, Minas Gerais, 1975. Tema: livre).

Coração de mãe é cofre
onde se guarda a ternura,
essa ternura que sofre,
mas no sofrer tem ventura...

(Premiada nos X JOGOS FLORAIS DE POUSO ALEGRE, MG, 1975. Tema: Ternura).

Ternura é rara magia,
palavra feita de luz:
— É o doce olhar de Maria
cheio de amor por Jesus!

(Premiada nos X JOGOS FLORAIS DE POUSO ALEGRE, MG, 1975. Tema: Ternura).

A evocação que se esfuma
de nossa vida cansada,
é como, entrando na bruma,
a vela de uma jangada...

(Premiada no V Concurso de Trovas de Nova Iguaçu, RJ, 1975. Tema: Evocação).

Foi ao criar a ternura,
que Deus, sabendo-a tão mansa,
colocou-a, ingênua e pura,
nos olhos de uma criança.

(Premiada no Concurso de Trovas de Santos Dumont, MG, 1976. Tema: Ternura).

Vem de Deus toda bondade...
Na eterna lei de atração,
eu vejo a fraternidade
dos astros pela amplidão...

(Premiada no VI Concurso de Trovas de Nova Iguaçu, RJ, patrocínio da U. B. T., 1976. Tema: Fraternidade).

Não tem sua alma vazia
quem um dia muito amou:
— Dá-lhe abrigo e companhia
a saudade que ficou...

(Premiada nos VII JOGOS FLORAIS DA UNIÃO BRASILEIRA DE TROVADORES, Seção de Niterói, RJ, 1977. Tema: Abrigo).

Digo à minha alma: "Idolatre-a,
tenha-lhe amor, muito bem.
Quem não ama sua Pátria,
não merece amor também..."

(Premiada no Concurso Nacional de Trovas de Ribeirão Preto, MG, 1977. Tema: Pátria).

Tem virtudes nesta terra
quem este trabalho faz:
— Em vez de trilhas de guerra,
abre as estradas da paz...

(Premiada nos XII JOGOS FLORAIS DE POUSO ALEGRE, MG, patrocínio da U. B. T., 1978. Tema: Virtude).

Só penso, ao vê-las fulgentes,
prateando o meu sertão,
que as estrelas são sementes
no roçado da amplidão...

(Premiada nos I JOGOS FLORAIS DA ACADEMIA VALADARENSE DE LETRAS, MG, 1979. Tema: livre).

Sobre o amor — fel e doçura
podemos acrescentar
que é bem que a gente procura,
mas acha sem procurar.

(Premiada nos I JOGOS FLORAIS DO RIO DE JANEIRO,
RJ, patrocínio da U. B. T., 1979. Tema: livre).

Se a esmolar, uma criança,
na rua, me estende a mão,
vejo morta uma esperança,
vejo morta uma nação!

(Premiada nos III JOGOS FLORAIS DE BANDEIRANTES,
Paraná, 1979. Tema: Criança, em homenagem ao Ano Internacional
da Criança).

UM SONETO À PROCURA DE POESIA

Mais pedra que poesia na memória,
esqueletos perdidos na distância,
uma argila esquecida lá na infância
abandonada em sua triste história.
Depois a soma de uma vida ingloria,
a tácita loucura, a dor, e a ânsia,
tudo a dizer-me: a glória, enfim, alcance-a
quem não a acreditar bruma ilusória.
Nenhuma torre indene de miasma,
nenhuma estátua plena de alegria,
tudo palavra que se queda pasma.
E só me chega, ao fim de cada dia,
do esforço vão no rastro de um fantasma,
um soneto à procura de poesia.

Anomalias Psicossomáticas do Deficiente Visual

ALBERTO Furtado de Mendonça

Um dos aspectos mais relevantes da Tiflogia seria, sem dúvida, o que se refere à aparência física e ao controle psicomotor do deficiente visual.

Em se tratando de aparência pessoal é preciso que se diga que o tema é de importância universal e de caráter permanente, interessando de perto a todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou social, podendo o assunto ser encontrado nos suplementos literários dos melhores jornais e revistas, afora livros e outras publicações no gênero, que marcam época e fazem o encanto de seus ávidos leitores em todo o mundo.

Ora, se o ato de desenvolver a personalidade é fator tão importante para o chamado indivíduo normal, com muito mais forte razão o será para o deficiente visual que, em tudo e por tudo, depende da boa ou má impressão deixada nos outros.

Não obstante o alto interesse do tema, ele não tem sido convenientemente encarado e muito menos estudado em sua ampla e profunda acepção, pelas razões que serão levantadas no decorrer de nossa modesta exposição.

Para corrigir as freqüentes e numerosas anomalias psicossomáticas da pessoa não vidente, é condição precípua do instrutor ser dotado de visão perfeita e de uma aguda capacidade de observação, além, naturalmente, de viva inteligência e profundos conhecimentos técnicos. Assim, em caso algum esse ensi-

namento pode ser ministrado por tíflogo igualmente cedo ou de capacidade visual reduzida, em que pese a competência profissional que porventura possa ter.

Isto posto, passemos sem mais delongas ao mérito da questão, indicando as possíveis causas e recomendando os necessários corretivos, visando sempre, numa escala progressiva, o objetivo primacial que é uma possível e razoável reabilitação. Antes, porém, nos seja permitido apresentar, em suas grandes linhas, as mais notórias e visíveis anomalias observadas no indivíduo privado da visão.

Sua postura é viciosa e ligeiramente inclinada; cabeça baixa, ombros caídos; gestos bruscos e supérfluos; passo tardo e incerto; cacoetes e tiques nervosos; piscar de olhos e contrações faciais, notadamente em um dos cantos da boca. Sua atitude geral revela inquietude e insegurança.

Por que isso?

As causas são várias, começando pelas mais simples e evoluindo, gradualmente, às mais profundas e complexas.

É ponto pacífico, em matéria de Pedagogia, que o poder de imitação, inerente à criatura humana, se constitui no mais poderoso fator de educação social, manifestado e desenvolvido através do órgão visual. É exatamente onde reside a causa primária de nossa problemática em questão, uma vez que, como é óbvio, este processo falece, em absoluto, ao cego congênito, ou ao que perdeu a visão em idade infantil.

Privado de sua capacidade de observação visual, o indivíduo fica à mercê de suas próprias conjecturas, sem qualquer ponto de referência pelo qual se possa orientar em seu comportamento social.

O mundo, ao que tudo indica, foi criado e desenvolvido para as criaturas normais, isto é, aquelas que seguem determinados padrões de comportamento, que lhes asseguram um certo grau de aceitação e convivência em seu próprio meio biológico.

Quem dessas diretrizes se afasta, fica a priori fadado ao mais completo fracasso ou até mesmo, em certos casos, condenado à sua própria e inevitável extinção. Neste particular, o cego ocupa esse lugar à parte, isto é, dadas as suas características especiais, acaba por se constituir num tipo diferente do padrão comum e, por isso mesmo, polariza a atenção até das pessoas mais distraídas.

O indivíduo normal tem a seu favor os diferentes meios de divulgação cultural, como a Televisão, o Cinema e o Teatro, entre muitos outros, que lhe oferecem os melhores tipos e modelos de educação popular, ao passo que o privado de visão, por motivos óbvios, não tem acesso a esses indispensáveis recursos de educação social, no que se refere à imitação visual.

Em sendo assim, passemos de imediato às medidas corretivas que se nos afiguram mais adequadas.

Preliminarmente, temos de apelar para a educação física, através da ginástica e da prática de algumas modalidades esportivas compatíveis e ajustadas às suas especiais condições.

O Autor destas linhas, privado da visão aos 18 anos de idade, vem se exercitando, regular e metodicamente, por estes processos, em especial na natação, sem que jamais se haja registrado qualquer acidente digno de nota.

A ginástica e o esporte nos dão um certo sentido de movimento e expressão, corrigindo a postura, burilando os traços, dirigindo nossos gestos e atitudes e imprimindo elegância e harmonia em nossas maneiras, contribuindo em tudo para o desenvolvimento de uma personalidade equilibrada e interessante.

Pelo mesmo motivo, a dança e a música são excelentes complementos desse método, pois concorrem, em larga medida, para a liberação de complexos e aperfeiçoamento de nosso ritmo interno e externo.

Quanto aos tiques e cacoetes, as medidas corretivas são de ordem mais particular, requerendo a assistência de um tíflogo competente ou, à mingua deste, um colaborador inteligente e perseverante, que se dedique à difícil tarefa de observar e corrigir as falhas e defeitos de comportamento do indivíduo sem visão. Isto, nunca é demais repetir, implica uma ação contínua e permanente do instrutor, que pode e deve ser exercida da maneira mais discreta e, se possível, com um certo toque de humor, a fim de evitar ferir os temperamentos mais sensíveis.

O maior obstáculo a encontrar nesse trabalho é exatamente o fato de o deficiente visual não ter a mais leve consciência de seus próprios cacoetes e atitudes viciosas, o que certamente agrava em muito as dificuldades da tarefa, exigindo maior tato e habilidade por parte do instrutor. É muito comum observar no privado da visão, uma vez advertido dessas anomalias, passar ino-

pinadamente de um extremo a outro, isto é, se chamarmos sua atenção para o seu porte desengonçado e pouco elegante, ele se empertiga todo e toma uma posição rígida, quase cômica. A transição há de ser feita com naturalidade e discrição, evitando quanto possível os exageros e atitudes afetadas.

Isto posto, não só teremos um deficiente visual razoavelmente dotado de uma personalidade mais livre e espontânea, que muito o recomendará aos postos de liderança, nesta luta árdua e desigual pela própria sobrevivência, numa sociedade cada vez mais competitiva, como ainda, e principalmente, ficarão sensivelmente reduzidas as distâncias entre ele e o chamado tipo normal o que, em última análise, constitui o escopo final da Tiflogia Moderna.

Monsenhor José de Calazans Pinheiro

(1866 - 1966)

TULIO BEZERRA DE MELO

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, por iniciativa do seu ilustre Presidente, Dr. Enélio de Lima Petrovich, prestou justa homenagem à memória do Monsenhor José de Calazans Pinheiro, no centenário do seu nascimento.

Convidado a escrever sobre a personalidade do homenageado, devo dizer que me sinto um tanto suspeito, tais os laços afetivos e de parentesco espiritual que a ele me ligam.

Basta dizer que na casa de seus pais viveu e criou-se minha mãe, Judith, daí saindo, já professora, para casar-se com o Professor Severino Bezerra de Melo.

Meu padrinho de batismo e professor de Geografia, Latim e Francês no antigo Colégio Pedro II, dirigido por meu pai, padrinho e pai de criação de minha mãe, padrinho também da minha mulher, Lúcia, seria melhor que um estranho rebuscasse a sua longa vida de 80 anos bem vividos, imune às naturais distorções ditadas pelo coração.

Aceitando o convite, porém, fi-lo por um dever muito grato à minha condição de afilhado e aluno, vencendo os escrúpulos da possível suspeição.

Não pretendo fazer um estudo profundo da vida e da obra daquele que em vida se chamou José de Calazans Pinheiro, porque isto seria trabalho

para um mestre Cascudo, um Rômulo Wanderley, um Paulo de Viveiros ou um Veríssimo de Melo, mas tentarei apenas traçar-lhe ligeiro perfil, retrato tosco da grande figura humana que ele foi misturando lembranças da minha meninice e da minha adolescência, numa busca proustiana e sentimental.

Nasceu José de Calazans Pinheiro em São Gonçalo do Amarante, no dia 27 de agosto de 1866.

Não lhe conheci o pai, o velho Manuel Pinheiro, de alcunha Manuel Ourives, mas guardo ainda viva lembrança de sua mãe, Gertrudes, que tratávamos carinhosamente por Dindinha, senhora de princípios rígidos e severos, à maneira do tempo, e que tanto influenciaram na formação moral e espiritual de minha mãe.

Muitos dias da minha já bem distante infância, passeio-os no velho casarão da rua Vigário Bartolomeu, onde o padre, chefe da família, vivia ao lado da mãe e das irmãs solteiras: Dina, figura apostolar, santa mulher caridosa até o sacrifício, Cecília, Laiá, Florzinha e Ursina, as meninas do padre, como eram conhecidas, já todas mortas.

Vive ainda Emília, a caçula, hoje com 90 anos, lúcida, alegre, espirituosa, viúva do inesquecível Graciano Melo, comerciante do Natal de ontem, personalidade curiosa e muito querida de quantos o conheceram.

Do casal nasceram Nicênia, casada com o comerciante Júlio César de Andrade, o médico Pe.úcio, o bacharel Protásio, professor de Inglês e agora também antropólogo, Maria das Vitórias, casada com Délio Otoni e o folclorista Veríssimo de Melo, prolongando-se a família através de numerosos netos e bisnetos, que povoam esta cidade dos Reis Magos.

Pessoa das mais interessantes foi seu irmão Manuel da Costa Pinheiro, o tio Neco, engenheiro, sertanista, arribando em Natal algumas vezes, numa das quais o conheci.

Homem de inteligência excepcional, era grande amigo de Rondon, que o considerava um dos maiores astrônomos do Brasil.

Espírito aventureiro, a todos encantava com a narração de suas aventuras.

Desaparecido misteriosamente na selva, sua morte foi positivada depois pelo próprio irmão padre.

Ordenou-se José de Calazans Pinheiro no Seminário de Fortaleza, a 29 de novembro de 1890.

Sua carreira eclesiástica sofreu longo hiato, pois somente a 29 de setembro de 1939 foi agraciado com o título de Cônego honorário do Cabido da Paraíba e a 23 de novembro de 1941 se tornou Monsenhor Camareiro.

Vigário de Caraúbas, Açú, Pilões, na Paraíba, e Capelão, até a morte, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Lembram-me suas missas, recitadas sempre em voz bem alta e em que o Latim predominava do princípio até às orações finais do Padre-Nosso, da Ave-Maria e da Salve-Rainha.

Temperamento forte, vibrátil, sensível, mas caráter reto, leal, sincero, não suportava desaforos ou desatenções.

Esta, talvez, a razão por que conquistou algumas desafeições, não só entre leigos, como no seio do próprio clero, contando-se, entre estas, a do Bispo D. Adauto, o que lhe valeu uma transferência para distante paróquia em Itajubá, Minas Gerais, onde viveu muitos anos.

Se, porém, era extremado nas suas malquerenças, soube fazer grandes amigos, amizades sólidas e duradouras, conservadas até a morte.

Destaco, nesse número, o Governador Pedro Velho, que o nomeou professor do Atheneu, D. Marcolino Dantas, nosso estimado Arcebispo, que ainda lhe conserva a memória com carinho e admiração, dedicando-lhe mesmo, há alguns anos, no aniversário do seu nascimento, expressivo soneto, o Cônego João de Deus, da Paraíba, que o visitava amiúde, hospedando-se em sua casa, e a quem retribuía as visitas, o Monsenhor Paiva, o Cônego Pedro Paulino, e Padre Jófili, Diretor do Colégio Santo Antônio, a quem sucedeu e tantos outros.

Dotado de espírito crítico e irreverente, conta-se que costumava assistir sempre ao primeiro sermão dos bispos para aqui designados, vaticinando-lhes a boa ou a má fortuna.

Os que com ele privaram devem lembrar muito bem a sua figura varonil, ereta, sempre portando uma bengala, elegante na sua indumentária sacerdotal, batina impecável, colarinho e punhos duros, de uma brancura imaculada, relógio de ouro com grossa corrente à mostra.

Dotado de memória extraordinária, era orador sacro primoroso. Fazia sempre os sermões da Procissão do Encontro, nos bons tempos de Montano Emerenciano e de Teodorico Guilherme.

Conta-se que escrevia os sermões e os decorava. Certa feita, em meio ao discurso, a memória o traiu. Não se deu por achado. Calmamente, recitando uma frase adequada em Latim, retirou do bolso o original e continuou sua belíssima oração à Virgem. Desde então, porém, jamais aceitou ser o orador do Sermão do Encontro.

Grande apreciador da boa música, tocava ele próprio flauta e piano. Excelente garfo, gostava também de um bom vinho.

Palestra viva, rica, colorida, atraente, cheia de episódios curiosos, pontilhados de finas ironias e irreverências contudentes, quando se tratava de desafetos seus.

Ao lado das funções eclesiásticas, que exercia com dignidade, foi também grande professor. Ensinou várias gerações. Díficil encontrar estudante do seu tempo, em Nataí, que não houvesse sido seu aluno.

Foi professor de Geografia e Diretor do Atheneu, professor e Diretor da Escola Normal, professor e Diretor do Colégio Santo Antônio, professor do Seminário São Pedro, lecionando, ainda, em estabelecimentos de ensino particulares, entre os quais o Colégio Pedro II, dirigido por seu pai.

Excelente mestre, nunca faltava a uma aula, salvo motivo de força maior. Rigoroso, exigia do aluno muito estudo durante o ano letivo mas, grande amigo do estudante, era tolerante nos exames, jamais o reprovando.

Suas aulas eram muito apreciadas, porque entremeadas de estórias, anedotas, ditos espirituosos e ditados latinos: “Sine qua non”, “Dicere et probare, non probare, non dicere”, “Até aí morreu Neves afogado em cuspe”, “Quem estudou, quem não estudou, estudasse”.

Nas aulas de Geografia, matéria que conhecia a fundo, sendo mesmo autor de notável Cosmografia, gostava de abrir o livro, exigindo do aluno a repetição “ipsis litteris” da lição.

Professor de Francês, exigia pronúncia escoreita e tradução exata. Lembra-me, ainda, o entusiasmo com que defendia a pronúncia do **rien** e do **bien**.

Quando o aluno claudicava na pronúncia, era certa a advertência: “Isto, senhor, é Francês da Cochinchina...”

Latinista exímio, fazia-nos deglutir toda a Gramática Latina do Padre Antônio Pereira.

Lembra-me, a propósito, um episódio com que sempre ilustrava suas aulas de Latim, sucedido com um seu ex-aluno, hoje ilustre desembargador do Tribunal de Justiça aposentado.

Fazendo o vestibular de Direito, no Recife, foi esse aluno acossado pelo velho mestre Laurindo Leão, revelando-se fraco na tradução e na versão, mas fortíssimo na gramática, versado em todos os segredos da taxionomia e da sintaxe latinas. Laurindo ficou impressionado e ao final do exame, indagou quem fora o seu professor, ao que Floriano Cavalcanti, que outro não era o examinando, respondeu — “Foi o Padre Calazans”.

Era assim o Monsenhor José de Calazans Pinheiro.

Professor de várias gerações, só isto seria suficiente para lhe imortalizar o nome e justificar a homenagem que lhe presta o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de que foi fundador.

Procurei, tanto quanto possível, fazer-lhe justiça.

A sua memória, neste dia, ressurgiu para seus parentes e amigos envolta em eterna saudade.

Para os que não o conheceram, fica este pálido retrato, feito por artista medíocre, mas sincero no seu desejo de reviver a sua figura querida e inesquecível.

Neste momento de evocação sentimental, homenageamos também a sua família, na pessoa veneranda e querida da tia Emília, única remanescente de suas irmãs.

Que Deus a conserve por muitos anos. E que viva, na lembrança da sua já numerosa descendência, para sempre, a pessoa daquele que foi, na verdade, um varão dos mais ilustres da terra potiguar.

Natal. 27.09.1966

Bruno Pereira

JOÃO MEDEIROS FILHO

Chegando a Natal em 1930, conheci BRUNO PEREIRA.

Jovem, com 25 anos de idade, sentia o desejo de viver na cidade grande, na capital do Estado a que sempre ficaria ligado sentimentalmente, e, por isso, em meio aos afazeres de Promotor Público, aspirava a encontrar-me com juristas, com os poetas, com os intelectuais, com todos aqueles que desenvolviam suas atividades no Pretório, na imprensa, na literatura, em todos os trabalhos, enfim, que conduzem o homem aos seus verdadeiros destinos numa sociedade civilizada.

Como era de prever, aproximei-me de quantos poderiam ajudar-me nas tarefas que me empolgavam o espírito ainda sôfrego de iniciativas, de realizações imprevisíveis.

Entre muitos políticos, colegas de profissão, juizes, amigos de toda espécie, sobressaiu um advogado BRUNO PEREIRA. Não sabia eu que, no correr dos anos, teria Bruno Pereira como patrono, um dos expoentes da terra que me acolhera, amiga e generosa, para as conquistas da felicidade, no sentido de satisfação, de alegria, de exultação, no falar, no escrever e no agir.

O desaparecimento há poucos dias de Bruno Pereira me faz refletir, não sobre a morte, mas sobre a vida, aquela contingente e passageira, esta permanente, não pelo metabolismo, mas pelo seu caráter de perpetuidade na eternização da memória, pela inteligência e pela cultura.

Advogado, político, Juiz, jornalista, polemista, Bruno Pereira deixou em todas as atividades que exerceu os traços marcantes de sua personalidade.

Advogado, ninguém mais lúcido, mais ousado, mais intímato.

Político, foi de uma lealdade extraordinária, vivendo para o seu Partido intensamente, nas boas e nas más horas. No jornal A RAZÃO, do Partido Popular, sustentou batalhas tremendas contra os adversários na defesa dos direitos e garantias constitucionais, fase de sua vida que merece um capítulo à parte.

Na Procuradoria Geral do Estado, seus pareceres eram razões de decidir, digno continuador dessa outra figura inigualável que se chamou Celso Sales, o mais técnico dos jurisperitos daquela época.

Sucedendo a Paulo Viveiros, também uma das afirmações de inteligência da nossa terra, na Justiça do Trabalho, em 1941, contribuiu para a compreensão exata, apurada, do Direito Social, com um acervo dos mais sérios para a interpretação justa do novo sistema legal. Foi orador na solenidade de posse.

Escritor, escreveu com aticismo de linguagem sobre os mais variados temas, revelando aguda sensibilidade estética.

Polemista, fazia da palavra e da pena um azorrague impiedoso na arte de julgar produções literárias e científicas, nada escapando ao seu lápis vermelho.

Embora a morte de uma pessoa querida ou admirada possa causar pesar profundo, tal fato nos leva a pensar na sobrevivência, na duração contínua de um Mundo Invisível, que incutia nos filósofos da Grécia e teóricos romanos a crença na existência dos semideuses e inspira os cristãos a proclamar a supremacia dos poderes espirituais compatíveis com a harmonia do Universo..

A REPÚBLICA 15/04/1979

Palavras de Agradecimento

DHÉLIA PEREIRA DE SOUZA (*)

Senhor Presidente:

Senhores Acadêmicos:

Senhoras e Senhores do Auditório:

As palavras brilhantes aqui proferidas ressaltaram a personalidade de meu pai. Paradoxal a hora em que, dele tendo recebido a vida, venho de sua morte falar.

Os gestos largos, todavia, ajudam o prantear.

Aqui, agora, só me cabem agradecimentos. Agradecer àqueles que discordaram, agradecer àqueles que lhe somaram, agradecer àqueles que moldaram o seu caráter, cinzelando o seu temperamento.

Essa formação lembra o telúrico em cada homem. E esse sentido esteve em toda a sua vida.

Por isto, neste instante, palavras poucas, a fim de que não se cometam exageros sobre uma personalidade profundamente justiceira.

A lembrança, cria da memória, está a tornar viva a manifesta preocu-

(*) — Palavras de agradecimento proferidas por Dhélia Pereira de Souza, na homenagem prestada pela ACADEMIA à memória de Bruno Pereira. O orador oficial foi o acadêmico Alvamar Furtado de Mendonça, cujo discurso, fiel e brilhante, deixa de ser publicado por ter sido feito de improviso e não ter sido convenientemente gravado.

pação de meu pai, nas oportunidades de aplicar a Justiça do Trabalho. Os seus pronunciamentos estão aí vivos nos autos das reclamações, onde se poderá, nitidamente, situá-lo entre aqueles que compensaram, através da superioridade jurídica, as deficiências econômicas dos proietários.

Guardarei este momento, como aquele que pretendia dar-lhe em vida, a fim de transformar os seus últimos dias de presença ausente, numa ausência presente.

Obrigada pela lembrança. Obrigada por me terem dado esta oportunidade de falar sobre meu pai.

Os antigos diziam que os vivos ficam engrandecidos, quando homenageiam os mortos.

Muito obrigada.

Paulo de Viveiros

NILO PEREIRA

Foi por ocasião da chegada dos primeiros aviões, em Natal, que conheci Paulo de Viveiros. Ele era, então, repórter do “Jornal do Commercio”, do Recife, e nessa condição estava fazendo a cobertura do raide de Ribeiro de Barros. Como redator (parece-me que era essa minha categoria, apesar dos meus dezessete anos de idade) do antigo “Diário de Natal”, cumpria-me igual missão. A cidade acordava do seu sonho romântico. Jorge Fernandes — que Veríssimo de Melo nos trouxe de volta — fixa muito bem essa transição: a de uma cidade romântica atirada de repente, desde 1922, aos braços do progresso tecnológico que se tornava num assombro com a aviação.

Em 1930, Paulo chegava formado em Direito, pela Faculdade do Recife, e seu irmão Demétrio em Medicina, pela Faculdade da Bahia, se não me engano. O pai, jubiloso pela vitória dos filhos, ofereceu um jantar em sua residência, à avenida Rio Branco. Eu era estudante e ainda morava em Natal. Foi o ano por excelência transitivo de minha vida. Era redator do “Diário de Natal” e colaborador d’ “A República”. Iniciava-me no ensaísmo literário. E era para assuntos filosóficos e religiosos que me sentia inclinado, como ainda hoje. Pois o que fui, sinto que ainda sou: um estudioso de certas questões que se prendem ao destino humano — o temporal e o intemporal.

Ultimamente, em suas cartas, Paulo Pinheiro de Viveiros me falava muito do livro de Memórias, que estava escrevendo. Pediu-me para recordar certos fatos que nos aproximaram: um de’es o jantar que o pai, Pedro de Viveiros, ofereceu aos dois filhos formados, a que acabo de me referir. Isto por uma razão

muito simples: à sobremesa, o velho Pedro de Viveiros pediu-me — (“ao estudante Nilo Pereira”) — que saudasse o novo Bacharel e o novo Médico. Paulo de Viveiros me levou a reconstituir, na distância do tempo, as paavras (pode-se imaginar a pobreza delas) que então disse. Não sei se ele as deixou no livro que vinha escrevendo. Havia na saudação feita rigorosamente de improviso, alguma coisa que nos unia — o desejo de sermos todos úteis ao Rio Grande do Norte.

Depois, como já salientei, o jornalismo veio me ligar a Paulo de Viveiros. Falamos juntos a vários aviadores notáveis, que o mundo todo conheceu. Não me esqueço de Mermoz. De Sarmiento de Beires. De Ribeiro de Barros. De Saint-Exupéry, com quem falei uma vez em Parnamirim, quando entrevistava Mermoz. A impressão que ele me deixou foi a de um homem ensimesmado, perdido num sonho que eu não sabia ainda que era de pequeno príncipe. Ou de pássaro ferido em pleno vôo, como foi também o seu companheiro Mermoz. Ambos pioneiros de um novo mundo, que abria as asas sobre os mares para descer depois sobre o Potengy, em horas de fecundação universal.

Para o livro de Memórias de Paulo de Viveiros escrevi, a título de colaboração, um ou outro capítulo sobre fatos passados no Recife. Um desses fatos, aquele, como que magicamente noturno — o Padre Machado, que todos sabíamos um santo, entrando numa pensão de muheres, à rua do Bom Jesus, 3.º andar, no bairro do Recife. Muita gente apinhada, esperando que ele descesse. Era a hora da vaia, do apupo, da desmoralização. O padre ainda vestia batina; estava identificado. Uma mulher desce para explicar o que parecia inexplicável: o Padre tinha sido chamado para confessar em artigo de morte (“in articulo mortis”) uma infeliz companheira. O sacerdote de Deus veio. Só a Deus tinha de prestar contas. O mundo que o julgasse no seu submundo, cá em baixo. Ele elevava uma alma ao céu, na noite recifense do pecado. Desceu debaixo de um grande respeito, olhos baixos, por entre uma multidão devota, quase de joelhos.

Esse episódio interessou vivamente o espírito cristão de Paulo de Viveiros. Eu assisti a tudo. Era a testemunha irrecusável, chamada a ver o caso, na exaltação do gesto sublime, que faz do Padre quase um anjo.

Lembro o Paulo de Viveiros desses tempos. O autor de um primeiro volume sobre a história da aviação do Rio Grande do Norte — um livro histórico. E pergunto: será que ele completou essa obra, que escreveu com tanto sentimento? Será que concluiu as suas Memórias? É preciso cuidar disso, dessas publicações. Ele deixou um legado literário, que não pode perecer.

O grande orador, que ele foi, perde-se na memória oral, que é fraca; mas o escritor fica, ao lado da figura humana inesquecível.

Um Jornal e uma época—Relembrações

VERÍSSIMO DE MELO

O jornalista Nilson Patriota, diretor de “A República”, deseja assinalar o transcurso dos 90.^o anos de fundação do velho matutino que dirige. É efeméride, realmente, muito significativa na vida de um jornal. Digna de comemoração. Nesse sentido, convocou jornalistas e escritores, que ali trabalharam, para que oferecessem depoimentos de sua passagem naquele órgão da imprensa. Recomendou que trouxessem lembranças de antigos companheiros. O registro de fatos da cidade e da própria redação, que marcaram época. O episódio pitoresco ou às vezes o traço amargo do dia a dia, que repercutiu na redação ou nas oficinas. Enfim, os subterrâneos da vida na nossa imprensa diária, com suas pequenas alegrias, dramas, heroísmos e frustrações. E entre os que passaram pela “A República”, ele se lembrou, generosamente, deste estudante de jornalismo, — mas nem por isso destituído do senso de observação, — para dar também seu testemunho de saudade dos amigos com os quais conviveu e dos acontecimentos daquele período na existência do jornal.

“A República”, nas décadas de quarenta e cinqüenta, quando ali trabalhamos, era uma escola de jornalismo. As figuras mais ilustres da inteligência da Província pontificavam em sua redação. Todos se orgulhavam da contribuição que davam ao **matutino** fundado por Pedro Velho. Alguns privilegiados dirigiram o velho jornal. Mas quase todos começaram pela revisão de provas, — o primeiro degrau nas atividades jornalísticas de então. A maioria galgava a redação. Já seria alguém que poderia escrever, além do noticiário de rotina, a reportagem, a entrevista, o soelto, indo até às culminâncias do editorial ou austero artigo de fundo, — como então se dizia, — em defesa do

Governo. O jornal era e ainda é um órgão do Governo, embora, nos últimos anos, com certa independência administrativa. Só nos primeiros anos de sua fundação, quando se antecipou à Proclamação da República, esteve na estacada da oposição.

Declarar-se que o jornal “A República” foi a nossa primeira universidade, — não será exagero. Ali, a melhor experiência na atividade da imprensa era transferida de redator a redator, como numa oficina artesanal. Além disso, o jornal era uma ponte, através da qual se poderia alcançar um cargo público. Maior ou menor. O que era já uma esperança de estabilidade econômica. Ou num plano mais alto: Tentar eleger-se deputado estadual, federal e até mesmo atingir o Senado da República, como houve casos. Os parlamentares do tempo, — além daqueles crônicos chefes políticos do interior, os patriarcas e “coronéis”, — eram, em sua maioria, jornalistas, intelectuais, bacharéis em direito, médicos intelectualizados, altos comerciantes.

“A República”, de fato, era um dos canais de ascensão na vida pública. Como um casamento com moça rica. Através do velho jornal, conquistava-se **status** para poder lançar-se à aventura eleitoral. Ter um artigo, um poema, um trabalho publicado na “A República”, naquela época, era atestado de inteligência ou de auspicioso futuro. Algo como um certificado de crédito público. Por isso, todo jovem dado às letras ou de ambição política sonhava com um lugar para trabalhar na “A República”. Ou simplesmente divulgar seus artigos no matutino de Pedro Velho. Já era a glória. E funcionava.

Nós, também, modestamente, alimentamos o mesmo sonho em relação a uma carreira intelectual. Cedo, felizmente, a política nos desiludiu. Conseguimos ingressar no jornal, como revisor de provas. Diariamente, — exceto aos domingos, — lá estávamos “queimando as pestanas”, como então se dizia. Entrávamos pela madrugada adentro, fazendo revisão. Às vezes, até três, quatro horas da matina. Recebíamos, de ordenado, duzentos a trezentos mil réis. Importância, na verdade, que jamais nos chegou às mãos integralmente. Só de vales, descontados generosamente por Babuá (João Cirineu de Vasconcelos, nosso gerente), retirávamos sempre mais da metade do salário. Ao fim do mês, contudo, recebíamos uns quebrados. Mas, como rendiam!

Com a tarefa dura e ingrata da revisão, íamos, entretanto, aprendendo muita coisa. Era como se fosse um curso de pós-graduação depois do Atheneu. Observávamos a concordância dos verbos. A colocação dos pronomes, no tempo em que essas coisas eram observadas. Aprendíamos pontuação e crase, — coisas que pouca gente neste país sabe fazer. Já na redação, embora claudicando,

lamos aprendendo a escrever. Certas coisas que os companheiros nos ensinavam na hora. Sofria-se, às vezes, com as horas de sono, que perdíamos. Nos intervalos, nas horas do lanche, — no bar da estação ou no antigo “Tabuleiro da Baiana”, era divertido. Saíam estórias, anedotas, comentários sobre o que se escrevera na edição passada. Aprendíamos a conviver. Entre decepções e momentos de plena satisfação íntima.

Meditando, agora, sobre aquele tempo, lembramos, com saudade, inúmeros companheiros. Se os fatos, para muitos, foram bons e favoráveis, — como foram ingratos e cruéis para alguns! “A República” era também uma escola para a vida. E nós, naquele tempo, nem sabíamos. . .

CONCEITO DE JORNALISMO

Creemos que não seria fora de propósito, antes de recordar pessoas e episódios ligados à nossa passagem pela “A República”, fixar-mos, sucintamente, o conceito de jornalismo e sua relevância na vida comunitária, tal como o entendemos, há muito tempo.

No livro do escritor Luiz Beltrão, **INICIAÇÃO À FILOSOFIA DO JORNALISMO**, — fecunda e penetrante análise do jornalismo em nossos dias, — encontramos expresso um bom conceito sobre esse aspecto da ciência das comunicações. Diz ele: “Jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”.

Aí está completa a missão do genuíno homem de jornal. O objetivo do jornalismo, na sua mais alta conceituação, que é a promoção do bem comum.

Todos os autores que lemos são unânimes em declarar que a função inicial do jornal é **informar**. Informar sobre os fatos, acontecimentos, o que ocorre na cidade, no Estado, no país, no mundo. Informar com honestidade, clareza, objetividade. Em linguagem nem tão elevada e nem tão trivial, mas que seja de fácil entendimento ao homem comum. Porque o jornal se dirige ao público, a todos, não podendo, portanto, ser redigido para uma elite. Entretanto, **informar**, no aprendizado jornalístico, não é tudo. Acentua o escritor Alceu Amoroso Lima: “. . . a grande finalidade moral e social do jornalista vai além da finalidade puramente informativa. O jornalista medíocre informa para informar; o autêntico jornalista informa para formar”. Eis a diferença entre os dois tipos de jornalistas ou de jornais. O legítimo e o capenga.

Informar para formar, isto é, orientar a opinião pública, esclarecer os leitores ou ouvintes sobre a origem dos fatos, circunstâncias e detalhes, para verdadeiro entendimento das premissas e conclusão final, eis a missão completa do jornalismo. Porque, não teria finalidade altruística o jornal, por exemplo, que noticiasse crimes bárbaros, sem condená-los. Sem chamar a atenção das autoridades para suas conseqüências prevenindo a população contra os malfetores. Como não teria objetivo o jornal que divulgasse desmandos de autoridades arbitrárias, assaltos aos cofres públicos, sem verberar contra o procedimento, condenando-os e apontando os meios de combatê-los. Sem esse esclarecimento, sem essa orientação à opinião pública, o jornal deixaria de ser nobre atividade de interesse coletivo, para se transformar em mera coleção de fatos, sem objetivo social ou moral.

Portanto, chegamos ao fim último que deve perseguir o bom jornal, o bom jornalista, que é promover o bem comum. Toda a atividade da imprensa visa contribuir para manter o equilíbrio social, incentivar as boas iniciativas, ressaltando o que concorre para o bem-estar da comunidade daquilo que é contraproducente, prejudicial à ordem estabelecida e restritiva da liberdade.

POR FALAR EM LIBERDADE

E por falar em liberdade, — palavra sagrada. — convém destacar, por um momento, esse perene ideal dos povos em suas relações com a atividade da imprensa.

Sem liberdade de imprensa, — sabem todos, — não há jornal no seu sentido mais amplo. Não há jornalistas na mais pura expressão da palavra. Diante da censura à imprensa, faz-se de imediato a iniciativa de orientar plenamente a opinião pública no sentido de servir ao bem comum. A censura é o dirigismo. As notícias tendenciosas e pré-fabricadas. A orientação que vem dos gabinetes oficiais e que obedece, afinal, a uma só vontade: a vontade do chefe, do ditador, do caudilho. E se essa vontade é má, — e quase sempre é má, — restritiva da liberdade e contra o bem público, os jornais censurados passam a transmitir os fatos de forma distorsiva e criminoso. Perde-se o ideal maior, de informar para formar, visando o bem coletivo.

Infelizmente. “A República” também passou por fases negras de censura. Durante a ditadura de Vargas, por exemplo, ou mesmo durante certos momentos de determinadas Interventorias. Mas, ao que sabemos, não houve prisões, perseguições, agressões policiais. Quando muito uma advertência do

nosso secretário, — Valdemar Araújo, — que sempre soube quebrar arestas e garantir a sobrevivência de todos no jornal. (Valdemar Araújo era um mágico. Dele falaremos, mais adiante).

Lembramos apenas um fato, que talvez seja surpreendente e incompreensível nos dias de hoje. Durante o Governo do General Fernandes Dantas, por exemplo, quem escrevia, diariamente, os editoriais e o comentário oficial para a Rádio Educadora de Natal, era Luiz Maranhão Filho, membro notório do Partido Comunista no Estado que toda a cidade conhecia. Pois nunca houve perseguição ostensiva a Luiz. Ele sabia, no exercício de sua missão de jornalista, separar e pôr de lado seus pontos-de-vista políticos. Cumpria sua tarefa de “escriba oficial”, — como nós o chamávamos, — sem abdicar dos seus ideais políticos, entre gargalhadas sonoras e homéricas. Quem o conheceu, sabe que ninguém ria mais gostosamente do que Luiz Maranhão Filho.

Com esse detalhe, queremos mostrar que a censura à “A República” — pelo menos naquela época, — não se exercia policialmente. Era mais uma nuvem negra que pairava sobre a redação. Por entre o rendilhado, como dizia Nilo Peçanha, os rapazes da época escreviam muita coisa que as autoridades não enxergavam. Ou se enxergavam, não davam maior importância. Não estamos tentando defender aquele tipo de censura, que existia, é claro, pois estávamos sob a ditadura. Mas queremos frisar que não era uma censura ostensiva. Basta dizer que havia casos, como aquele de Luiz Maranhão Filho, inconcebíveis num regime ditatorial rígido.

RELEMBRANDO ALGUNS NOMES

Vamos trazer à tona apenas alguns nomes de companheiros que trabalharam na “A República”, na época. Precisaríamos escrever um livro para falar sobre todos e sobre tudo que houve ali, num período aproximadamente de vinte anos. Dirigiram o jornal, nessa fase, Eloy de Souza, Edgar Barbosa, Aderbal de França, Edilson Vareia, Francisco Ivo Cavalcanti, Rui Moreira Paiva, João Medeiros Filho, Walter Wanderley, José Gonçalves de Medeiros, Gerson Dumaresq, Jurandy Barroso e Romildo Gurgel. **Tutti buona gente!**

Como revisores e redatores, lembramos Damasceno Bezerra, Djalma e Luiz Maranhão Filho, Paulo Pereira da Luz, Rivaldo Pinheiro, Rômulo Wanderley, Raimundo Nonato Fernandes, João Seabra de Melo, José Batista Emericiano, Valtécio Bandeira de Melo, Aldovrando Veras, Ivanaldo Lopes, Manuel Fernandes de Oliveira, Leonardo Bezerra, e, como colaboradores, Luís da Câmara Cascudo, Newton Navarro, Meira Pires, Alvarado Furtado de Men-

donça. Havia ainda os pára-quedaistas, — afilhados dos Intervenores, — que chegavam deslumbrados à redação, mas dentro de pouco tempo desapareciam como por encanto... Como secretário do jornal e várias vezes assumindo a direção, Valdemar Araújo era excepcional companheiro.

Djalma e Luiz Maranhão tinham no sangue o germe da política. Djalma seria depois um dos mais dinâmicos administradores da cidade do Natal. Na "A República", movimentava a página esportiva. Luiz Maranhão Filho era um dos nossos melhores redatores, ao lado de Rivaldo Pinheiro, — o nosso Fura-Barreiras, — Paulo Pereira da Luz, depois grande desembargador. Manuel Fernandes, — o célebre Leléu, — colaborava na página de esporte e foi o nosso primeiro locutor esportivo. Era humorista nato. Seus poemas ainda hoje são recitados entre as melhores pílherias da época. Raimundo Nonato Fernandes e João Seabra de Melo revelaram-se dois dos nossos melhores críticos literários. João fixou-se no Rio de Janeiro, desencantando-se um tanto da literatura. Nonato Fernandes, depois de formado, deu-se todo à advocacia, onde realiza brilhante carreira. Alvamar Furtado de Mendonça iniciou a crônica sobre cinema em Natal. Meira Pires se dedicou à crônica teatral e escreveu peças, que fizeram sucesso. Cronistas do cotidiano houve inúmeros, destacando-se Rômulo Wanderley. Newton Navarro, também excelente poeta e pintor, João Medeiros Filho, advogado de renome e jornalista político, Jurandy Barroso e outros. Ivaldo Lopes iniciou-se na reportagem, sob o pseudônimo de Sepol. Leonardo Bezerra, redator, especializou-se no comentário político, sendo ainda hoje atuante nesse setor no "Diário de Natal". José Gonçalves de Medeiros, orador nato, deputado estadual, espírito lúcido e alegre, deixaria profunda saudade em consequência de morte trágica em acidente de aviação. Não sendo possível falar sobre todos, com maiores detalhes, fixemos fatos apenas em relação a dois companheiros.

DAMASCENO BEZERRA — Este merece nota à parte. Grande poeta, espontâneo e folgazão, já estava nos últimos anos de sua vida, quando o conhecemos. Nessa época, apareceu no jornal o dr. Petrarca Maranhão, Procurador Geral da República. Passou a assinar colaboração diária, tendo mesa especial. Escrevia versos e artigos, que eram comentados por nós, à boca pequena. O homem era autoridade importante. Todavia, o velho Damasceno, implacável nas suas ironias, certa vez datilografou uns versos, sem assinatura, e os colocou sobre a mesa do dr. Petrarca. Quando ele chegou e leu o papel, não deve ter ficado muito satisfeito... A quadrinha de Damasceno dizia assim:

“Todos os erros dispersos,
desde o Brasil ao Japão;
a gente encontra nos versos
de Petrarca Maranhão !”

VALDEMAR ARAÚJO — Secretário de jornal, durante mais de trinta anos, diretor substituto, várias vezes, era o nosso termômetro. Se ele estivesse visinho, tudo marchava bem. O jornal estava adiantado. Ao contrário, se estivesse cabisbaixo, calado, apreensivo, as coisas não caminhavam bem. O jornal estava atrasado ou havia algum problema pendente. Além das informações que o pessoal trazia da rua, Valdemar saía de banca em banca, pedindo notícias a um e a outro.

— Morreu fulano. Faz uma noticiuzinha.

Ou então:

— Não esqueça de fazer uma notícia sobre a Associação de Escoteiros. Destaque o nome do prof. Luiz Soares.

Era a ordem. Ele estava sempre atento a tudo que havia na cidade. Nada lhe era estranho. Supria a redação de notícias que não poderiam deixar de ser feitas. Isso, todos os dias. Nos sábados, à noite, Valdemar era só alegria, com a perspectiva do domingo, para ficar em casa e dormir à vontade...

Em certa época, era também um dos nossos cronistas esportivos. Ele próprio também jogava futebol, pelo Santa Cruz F. C. Assinava-se com o pseudônimo de **Valderujo**. Quando seu time jogava com outros, ele ficava, evidentemente, em situação difícil, para comentar as atuações individuais. Se dissesse que tinha se saído bem, seria um tanto ridículo... Ao contrário, se declarasse que tinha tido má atuação, também não teria valor, dito por ele. Como se sair do dilema? Valdemar conseguiu uma fórmula mágica: Analisava um por um, os jogadores, e quando chegava nele mesmo, declarava:

— Valdemar Araújo não comprometeu...

Assim, não deixaria margens a comentários maldosos. Mas, isso é o que ele pensava. Ainda hoje se fala no assunto... E Mestre Cascudo, que tem memória prodigiosa, sempre que o encontra na rua, é assim que o saúda:

— Então, Valderujo? Não comprometeu!...

Como poderíamos dar uma idéia, mesmo sumária, porém a mais viva possível, do período em que trabalhamos na "A República"? Takez uma vista d'olhos nas velhas coleções do jornal, — décadas de quarenta e cinqüenta, — fosse o ideal. Precisaríamos, entretanto, de muito tempo e papel para anotar tudo o que mais nos chamasse a atenção.

Resolvemos, então, concentrar nossas pesquisas apenas em torno de um semestre. Escolhemos o que se seguiu à redemocratização do país, — janeiro a junho de 1946.

Tudo se passou há trinta e três anos passados. Governava o Estado, nos primeiros meses, o Interventor Miguel Seab a Fagundes. Seguiu-se a ele o Interventor Ubaldo Bezerra de Melo, logo após a posse do General Eurico Dutra na Presidência da República.

No dia 4 de janeiro de 1946, Oswaldo Lamartine de Faria, em artigo na secção "Assuntos Rurais", escrevia: "A situação que acabamos de atravessar, — de estado de guerra, população doente, quatro anos de inversos irregulares (1941 a 1944), elevou o preço da carne em nossos mercados a Cr\$ 15,00 o quilo". Para enfrentar a crise, ele só via uma solução lógica: o incremento da suinocultura. (Neste mês de julho de 1979, quando escrevemos, o quilo da carne verde está a Cr\$ 120,00. E vai subir!).

No mesmo jornal de 1946, o dentista Newton Silveira — rua Amaro Barreto, 1237, Alecrim, — anunciava "trabalho rápido e garantido", aos seguintes preços: Extração, Cr\$ 10,00; Obturação à amálgama, Cr\$ 10,00; Obturação à porcelana, Cr\$ 15,00.

Com promessa de publicar, lá estava, numa página interna, a Graça: "Iolanda agradece de joelhos ao Padre Cícero e ao Cônego Luiz Monte uma graça obtida, com promessa de publicar".

No dia 7 de janeiro, — e durante meses, — lá estava também o pequeno anúncio insistente: "Vende-se um trombone, tipo francês, em perfeito estado, preço de ocasião. Tratar à rua Cel. José Bernardo, 1005, Alecrim". Parece que os tempos não estavam para trombones...

Quais os médicos que anunciavam na "A República" da época? Lá estavam: Jacob Wolfson, oculista; José Maciel, aparelho respiratório; Cleodon Tavares, ouvido, nariz e garganta; Mirabeau Pereira, clínica de crianças; Joa-

quim Luz, doenças de senhoras e partos; José Pinto Júnior, — pequena cirurgia, fígado e vesícula biliar; Paulo Sobral, clínica médica; Pedro Segundo, vias urinárias, protologia; Olavo Montenegro, doenças da nutrição e glândulas endócrinas; Abelardo Calafange, clínica de crianças; João Tinoco, médico e parteiro; Pelúcio Mélo, venéreas — sífilis.

E os advogados militantes? Claudionor de Andrade, Jessé Fernandes Café, Ewerton Dantas, Alvamar Furtado de Mendonça, Custódio Toscano, Paulo Gomes da Costa e Rômulo Wanderley, Gil Soares de Araújo, Walker Macedo, Miguel Moreira, Otto Guerra e Raimundo Nonato Fernandes.

O único dentista, além daquele citado, era Max Azevedo, consultório à rua Amaro Barreto, 1311, 1.º andar, sala 7. Ninguém poderia imaginar que o jovem dentista de então seria mais tarde um dos nossos maiores técnicos em assuntos de educação e professor renomado.

O presidente do América F. C., Humberto Nesi, nomeou, no dia 13 de janeiro, o sr. Tong Ramos, para o cargo de diretor de desportos daquele clube. Um sujeito chamado Tong, não sendo chinês, não poderia ser um grande diretor de desportos. . .

A Loja de Livros, Trav. Aureliano, anunciava o chic da época: Óculos Ray-Ban, ao preço de 130,00 cruzeiros. Caro!

Noutra página, um comentário do livro de José Bezerra Gomes. “Por que não se casa doutor?” E ainda hoje José Bezerra não se casou. . .

Uma casa seminova, com vários cômodos, possuindo ótimo terreno, à rua Leão Veloso, 749, antiga av. Cinco, estava anunciada à venda pelo preço de três mil cruzeiros.

O prefeito interino de então era o sr. Mário Eugênio Lira. Com a Interventoria Ubaldo Bezerra de Melo, assumiu o dr. Sílvio Piza Pedroza. Valdemar Araújo estava interinamente à frente do Dep. Estadual de Informações, que editava “A República”. Posteriormente, dirigiram o jornal o dr. Francisco Ivo Filho, poucos dias, e Rui Moreira Paiva, a seguir.

No dia 28 de janeiro, transitou por Natal o sr. Fiorello La Guardia, ex-prefeito de Nova York, juntamente com o embaixador Berle Júnior, que iam à posse do General Dutra, no Rio, representando os EE.UU.

Um cidadão anunciava a venda de ótimo violino, de afamado fabricante, à rua Floriano Peixoto, 336. Seria Gumercindo Saraiva?

A 3 de fevereiro, há notícia da fundação da Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos. Primeiro presidente, Geraldo Augusto Carvalho, sendo vice-secretário Solon Galvão Filho e bibliotecário Elmo Pignaturo. Esse primeiro grupo não levou à frente a sociedade. Houve reorganização da sociedade, por convocação do prefeito Sílvio Pedroza, com Protásio Mele e outros estudiosos da língua e literatura inglesa e norte-americana.

Na radiofonia natalense, dois nomes brilhavam: Hiano de Almeida, que iniciava um programa carnavalesco através da ZYB-5, e Afrânio Pepino, “o cantor romântico”, exclusivo da Rádio Excelsior da Bahia, que fazia uma série de programas na Rádio Educadora de Natal.

Quem visitava o Palácio do Governo na época? Lá estão alguns nomes, ainda em janeiro de 1946: Esequias Pegado, diretor do Tesouro; dr. Régulo Tinoco, presidente substituto do Tribunal de Apelação; prof. Severino Bezerra, diretor do Dep. de Educação; dr. Cieto Câmara, diretor do D. S. P.; dr. Adolfo Ramires, diretor da Saúde Pública; dr. Rosemiro Robson da Silva, Chefe de Polícia.

Na página de esporte, uma entrevista com o presidente do ABC, dr. Fache Neto, sobre o insucesso do time frente ao 13 F. C. de Campina Grande. O paredro abecedista, como então se dizia, — diante da inédita catástrofe, afirmou: “Na 1.ª fase o ABC perdeu dois dos seus destacados defensores: Harri e Pageú. Com a saída de Harri, nos braços, nada mais deu certo, — acrescenta a notícia, — e os meninos do ABC perderam o alfabeto. . . O jogo contra o 13 F. C. foi no dia 13 de janeiro. O articulista adiantava que “até o dia ajudou os paraibanos. . .”

A 30 de janeiro, a Academia Histórico-Cultural, recentemente fundada, homenageava o Interventor Miguel Seabra Fagundes e o prof. Severino Bezerra de Melo. A saudação ao Interventor foi feita pelo jovem Grima di Ribeiro, enquanto Marcelo Fernandes saudava o diretor de Educação. Pedro Martins Mendes leu o trabalho “Uma palavra sobre a Academia”, seguindo-se a palestra do acadêmico Newton Navarro — querem saber sobre quem? — sobre Voltaire!

Aderbal de França (Danilo) reinicia sua crônica social na “A República” a 2 de fevereiro, escrevendo sobre o Serviço de Alto-Falantes de Luiz Romão, que era uma instituição da cidade.

Na tabela de mensalista, do jornal “A República”, aparecem os nomes de Valtécio Bandeira de Melo e Aldovrando Bezerra Veras, redatores, com os mesmos salários de dois serventes! Despesa de Cr\$ 300,00 mensais para cada categoria de servidores!

Numa série de crônicas que publicávamos na época, lemos uma delas intitulada “Major Anselmo”. Era registro de uma festa em homenagem ao então diretor dos Correios e Telégrafos. Terminávamos o comentário num jornal oficial, com estas palavras: “Já na hora dos abraços e despedidas, havia gente, como eu, que lamentava ter terminado tão cedo uma festa ótima daquelas, em que se homenageava não apenas ao “Caudilho do Além”, — para usar uma expressão de Djalma Maranhão, — mas igualmente ao bom amigo Major Anselmo”. Explicamos hoje: “Caudilho do Além” era apelido que Djalma tinha botado em José Anselmo, pelo fato de ser espírita praticante... e político em evidência.

No dia 13 de março, foi reeleito, pela 28.^a vez Provedor da Irmandade dos Passos o sr. Teodorico Guilherme, líder católico e uma espécie de instituição viva da cidade.

A 28 de março, Câmara Cascudo reinicia suas “Actas Diurnas”. Escreveu crônica com o título “Cidade do Natal e não Cidade de Natal”. Trouxe a prova mais antiga de que já no Auto de Repartição de Terras, de 1614, escrevia-se **Cidade do Natal do Rio Grande**. Concluía, afirmando: “História, gramática, tradição, verdade, tudo endossa o velho nome sonoro: Cidade do Natal. O de Natal só possui um fundamento: O gosto pessoal do erro”. Diga-se, de passagem, que essa polêmica se arrasta até os nossos dias. Faz algumas semanas, nosso confrade dr. João Medeiros Filho publicou artigo defendendo a expressão “Cidade de Natal”. Mas nós não queremos entrar nessa briga...

Anúncio de Djalma Maranhão colocava à venda — expressão textual, — “uma das mais magníficas tipografias desta capital”. Deveria ser o acervo do antigo jornal de Café Filho, do qual era sócio.

Gonzaga Galvão desliga-se da UDN e ingressa no PSD. Há também um “Cartão aberto de Milton Varela a José Augusto”, discordando da posição da UDN.

A 23 de abril, o escritor José Bezerra Gomes viajou num Costellation da Pan American, que passou por Natal, com destino a Portugal. Ia tratar de assuntos ligados à sua atividade profissional. Foi a última esnobação de José Bezerra como advogado...

Cascudo transcreve, numa "Acta Diurna", carta do velho Eloy de Souza, a respeito de comidas típicas do sertão. Elogia a crônica anterior de Cascudo e ensina como se preparava paçoca no seu tempo. Dizia ele: "...cortava-se a carne de sol em pequenos pedaços, que eram torrados na própria gordura da carne. Após a mistura com farinha, muito bem dosada, era servida quente. Umas pessoas comiam paçoca com banana. Outras, com laranja. Mas, o sertanejo, pela falta dessas frutas, as substituía pelo café".

No dia 24 de abril de 1946, toda a quarta página de "A República" trazia a "Carta Aberta ao Povo e ao Proletariado do Rio Grande do Norte", de Djalma Maranhão, — o mais violento libelo que já se publicou em Natal contra uma facção política, em todos os tempos. Ele se defendia por ter sido expulso do Partido Comunista do Estado, juntamente com o médico Jacob Wolfson, e atacava ferozmente os donos do PC, como chamava, Miguel Moreira, José Costa e João Anastácio.

No dia 4 de abril, Cascudo escrevia sobre Alain Gerbault, o famoso navegador solitário e escritor, que andou singrando águas sul-americanas.

A 3 de abril de 1946, faleceu o Padre José Calazans Pinheiro, velho sacerdote, professor de várias gerações. Contava 79 anos. "A República" noticiou, com destaque, o infausto acontecimento. Quatro dias depois, Israel Nazareno escrevia artigo de saudade, sobre o Padre Calazans, salientando dois aspectos de sua vida: O professor e o sacerdote. E lembrou uma das fórmulas usadas pelo padre, no Atheneu, nos dias de provas. Declarava aos alunos, com sua voz nazalada: "Compêndios fechados. Quem estudou, estudou. Quem não estudou... estudasse"!

No dia 18 de junho, aparece a primeira notícia sobre o plano do Prefeito Sílvio Pedroza a respeito da avenida Circular, — a que hoje se alonga da Praia do Meio até o Forte dos Reis Magos. Na época, a iniciativa era considerada temerária. Coisa de prefeito jovem e um tanto irresponsável, — diziam.

No dia 6 de abril, há uma crônica de Cascudo intitulada "Espólio do Escritor". A propósito, ele trazia o depoimento de Paul Valery, que encarregou a viúva de reunir, dispor e publicar toda a sua papelada inédita, incompleta ou em notas, depois de sua morte. Já Henri Bergson, o filósofo, pediu à viúva que destruísse tudo. Cascudo comenta os dois pontos de vista e acrescenta: "Minha opinião é a do velho Bergson. Sou contra a publicação de iné-

ditos, de trabalhos incompletos, rascunhos, modelagem irregular que a morte deixou inacabada. Publique-se a obra esparsa. Publique-se a correspondência, selecionando-se somente. As publicações póstumas servem para comprometer a beleza, harmonia, equilíbrio e limpidez da obra intelectual”.

E para terminar, relembremos dois lindos trechos de um artigo de Edgar Barbosa, “Domingo da Ressurreição”, que a “A República” publicou a 21 de abril de 1946. Vejam como o velho tema se rejuvenesce, através do estilista inimitável. Começava dizendo: “Depois da lancinante via-crucis, do vilipêndio e do martírio, Jesus vive a maior epopéia de sua Paixão. Ressuscita ao terceiro dia, como unigênito filho de Deus, vencedor da morte do inferno. E logo, a tenebrosa recordação dos seus tormentos e opróbios se transfiguram numa aleluia triunfal”. Conclui o artigo com estas palavras: “Não é impunemente que se parte um elo da corrente que nos liga a Deus. Cristo ressuscita, volta ao imenso comício em que há imprecações e blasfêmias, e vem sorrindo, ajustar o elo perdido”.

A ÉTICA JORNALÍSTICA

Aí está um **pot-pourri** de um semestre do jornal “A República”, há trinta e três anos passados. As transformações sociais que ocorreram daquela época até hoje são sensíveis, profundas, estão à nossa frente. Tanto na mentalidade popular quanto no jornalismo, que é um reflexo da comunidade. Muitas figuras daquele tempo já desapareceram. Outras, sobrevivem. Surgiram novas. Melhores e piores. A vida continua. . .

A temporada que passamos na “A República” foi marcante na nossa formação intelectual. Como o foi, também, para tantos outros companheiros. No gosto de escrever, em matéria de estilo, quase instintivamente, adotamos aquela orientação, que Juan Ramón Jimenez mais tarde condensaria em sábias palavras: “Quem escreve como se fala, irá mais longe, no futuro, do que quem escreve como se escreve”.

Dentro das nossas limitações, exercitamos o nosso ofício de jornalista e nos conscientizamos do papel que se espera do jornal a serviço do bem comum.

Nilo Pereira, numa página magistral, VIDA DE IMPRENSA — UM TESTEMUNHO PESSOAL, no livro ESPÍRITO DE PROVÍNCIA, disse tudo que se espera de um jornalista autêntico, quando frisou: “O povo não quer apenas ver as coisas; no dia seguinte, quer ver as coisas contadas. Minha

função, diz ele, — era contar para o povo aquilo que o povo tinha visto. E, mais adiante, adverte: “O jornalista não é, não deve ser o chamado pau para toda obra, escrevendo conforme a vontade dos outros. Ele tem uma ética. Só há uma coisa que enobrece esse duro ofício: é a dignidade da palavra. Ninguém vai para um jornal extravasar as suas paixões. Nem fazer da imprensa arma dos seus interesses e das suas satisfações. O único rumo do jornalismo é o bem comum”.

Por último, conclui Mestre Nilo, mostrando a real condição do jornalista: “Ser jornalista é ter uma vasta informação de tudo, uma boa cultura geral, uma ampla visão dos fatos; e é ser também um escritor, porque o jornalismo, como de sobra o provou Alceu Amoroso Lima, é também um gênero literário. Saber pensar e saber escrever, — eis o que faz o verdadeiro jornalista”.

“A República” foi a grande escola onde aprendemos tudo isso que Nilo Pereira preconiza e rassa. Tudo isso que nós não sabemos dizer com essa clareza e vigor de sua expressão literária.

Esperemos que os jovens jornalistas, que hoje sustentam o facho do mais antigo jornal da cidade, saibam também dignificar com a sua palavra a legenda do velho órgão da nossa imprensa. Desse matutino que honra a nossa cultura e cujos serviços ao Rio Grande do Norte só os historiadores do futuro, numa mais larga perspectiva de tempo, saberão estimar com maior isenção e grandeza.

O Conceito de Homem na Filosofia Existencialista

Kierkegaard – Heidegger – Sartre

DJASON B. CUNHA

INTRODUÇÃO

O após guerra criou situações novas no panorama da manifestação do humano.

A revolução industrial provocou profundas mudanças na vida humana e nas condições de existência.

A atividade humana impulsionada por um novo e mais acelerado ritmo de desenvolvimento condicionou a própria existência do homem, que inesperadamente se sentiu lançado fora de si mesmo, num mundo estranhamente veloz, que não lhe dava tempo de se reencontrar ou mesmo de se reconquistar.

Os valores culturais não estavam preparados para enfrentar a nova revolução e a ascensão tecnológica em vez de enriquecer e construir estes valores passou a destruí-los, tornando o homem portador destes valores um ser contingente, mecanizado e estranho a si mesmo.

E que sabem o que isto significa?

— É que a revolução tecnológica oriunda dos alicerces culturais humanos, que veio em busca de realização profundamente humana, volta-se muitas vezes contra a profunda maneira de ser dos povos, mecanizando a sociedade e desumanizando o homem.

— É que a cultura considerada como sendo manifestação do humano ou a maneira real e qualitativa de ser própria do homem diante de si, diante dos outros e diante da natureza, acha-se turvada por uma visão de rutura, desintegração e propensa a ser permutada por valores extremamente quantitativos, nocivos à maturidade funcional do desenvolvimento humano, criando falseadas exigências e motivando uma época de desagregação interior no próprio homem.

— É que o ser humano está empobrecido em suas exigências qualitativas de pessoa humana e exilado de sua tranqüilidade interior, porque perdeu a faculdade de discernimento. E só o homem é que valoriza e pode descobrir valores nas coisas.

Baseado no alicerce deste panorama, que adquiriu um relevo profundamente existencia', surgiu do drama de viver a atual filosofia existencialista, incumbida de compreender e explicar a dimensão desta nova realidade.

O tema da "existência" adquiriu uma extraordinária relevância na mentalidade contemporânea, invadindo o pensamento, a cultura e a própria conduta do ser humano.

É, mister, porém, salientar que a conceituação do "existir" não expressa o simples fato de ser real como tratava a filosofia tradicional, mas a maneira de ser própria do homem. E a maneira de ser própria do homem é que ele é uma realidade pessoal, concreta, na qual se encontra implicado e comprometido por existir. O que significa que só o homem existe, enche e motiva o universo.

Na realidade, o homem não pediu para existir. Não fez nenhuma opção entre ser e não ser. Mas, é necessário salientar que para escolher implica em ter uma consciência, o que significa existir na linguagem existencialista.

Esta é a diferença básica quando tratamos do homem como ser. Ele não é como os demais seres são. Cada ser é a sua maneira. E a maneira intrínseca do homem ser é uma realidade em pessoa.

É sobre esta realidade pessoal que remonta a filosofia existencialista. Porém, devemos acrescentar que há duas maneiras essenciais de entender em filosofia o termo "existencialismo". De acordo com o tratado sobre "L'Existence et L'Existant" de Maritain, a primeira consiste em afirmar a primazia da existência, mas incluindo e salvando ao mesmo tempo as essências ou naturezas, e manifestando a suprema vitória da inteligência e da inteligibilidade; a outra, em afirmar a primazia da existência, mas destruindo ou suprimindo

com isso as essências ou naturezas, e manifestando a suprema derrota da inteligibilidade. Evidentemente, só no primeiro caso se faz juz falar de “existencialismo autêntico”.

1. EXISTENCIALISMO: Gênese Histórica

A história do existencialismo começa no século XIX com a falência do idealismo objetivo, cuja culminância vai ser atingida por Hegel, que representa o apogeu da filosofia burguesa clássica. A experiência prática e intelectual da burguesia, condensada por Hegel em seu período de ascensão, identifica-se na interpretação histórica como sendo o processo dialético do desenvolvimento do espírito humano para atingir, através da superação de todas as contradições, o Saber Absoluto.

Notadamente, o idealismo hegeliano propõe como realização do Ser, o Saber. Em outras palavras, um Espírito Objetivo, que alcançando a consciência substancial da realidade, consegue realizar-se em sua história através do conflito dialético, que propriamente consiste na luta travada entre o Espírito Objetivo do homem e essa realidade. Constituindo, portanto, em um esforço de vontade, para remir o homem despersonalizado, integrando-o, conseqüentemente, após superar o conflito, em um idealismo objetivo e na degradante materialização evolucionista.

Entretanto, eis que surge ainda no século XIX Marx e Kierkegaard que suscitam duas poderosas críticas à síntese hegeliana.

Considerando o método dialético desenvolvido por Hegel e aproveitando o conhecimento das contradições como motor impulsionado para o real, Marx rejeita o idealismo de Hegel, e o substitui por um novo materialismo, quando afirma: “não são as exigências abstratas de conhecimento ou de plenitude espiritual de um hipotético Espírito Objetivo, mas as necessidades materiais dos homens que forjam a História e engendram o real”. Reivindicando, assim, contra Hegel a primazia da realidade concreta.

A segunda poderosa crítica elaborada no século XIX contra o hegelianismo provém de Kierkegaard, que também tenta reivindicar a primazia da realidade concreta. Porém, enquanto Marx critica, Hegel assumido por uma nova evidenciação social — a manifestação proletária na luta contra o monopólio capital da burguesia —, Kierkegaard o faz assumido por uma evidência individual, exaltando o indivíduo concreto, existencial, diante das previsões milenares do idealismo hegeliano.

Para Kierkegaard, o Espírito Objetivo de Hegel nada significa para um indivíduo que se defronta com a realidade concreta de sua morte e que só fosse conhecer a angústia e o sofrimento.

Assim, proclama o pensador dinamarquês a mensagem do valor do indivíduo e se propõe a restabelecer a existência autêntica do homem ao pretender atingir o núcleo do ser humano, ameaçado de desintegrar-se pelo idealismo hegeliano e, quando muito, perder-se no cientificismo profundamente, materialista e ateu. Para ele, o destino do mundo ou a marcha da História é uma realidade inconseqüente, quando o mundo é apenas o lugar onde se encontra “caído” o ser humano solitário e angustiado pela sua impotência.

A auto-realização do ser humano dar-se-ia através de três estádios que são fases de existência e pelas quais o homem passa em busca de auto-afirmação, e que não se opõem entre si, mas se sucedem uma a outra numa progressiva interiorização e que Kierkegaard descreve como sendo uma espécie de materialista e ateu. Para ele, o destino do mundo ou a marcha da História é qual o homem seria arrancado de sua inautenticidade ao transpor de um estádio para outro. E que, ele descreve da seguinte maneira: Estádio Estético (o do imediato), Estádio Ético (o da busca), Estádio Religioso (o da auto-realização).

Somente no último estádio — o religioso —, o homem realiza a existência autêntica, por ela se encontrar diante do absoluto transcendente, diante de Deus. Esse abrir-se total para Deus é que possibilita ao indivíduo viver seu “Eu” e na sua subjetividade atingir a plenitude da interiorização. Em outras palavras, o “Eu” quanto ao “outro”, no caso Deus, afirma-se e se faz ele mesmo, o que corresponde a auto-realização Kierkegaardiana.

Contudo, essa auto-realização permanece na esfera paradoxal. Isso, por que a fé para Kierkegaard é o domínio do paradoxo e esse encontro do “Eu” com Deus dar-se num clima predominantemente de fé. Considerando o inconciliável abismo que há entre o finito e o infinito, Deus aparece ao homem como um SER paradoxal: Ele é o Outro indecifrável, negação do humano e que atinge em Jesus Cristo o paradoxo absoluto — Deus e homem. Mas, se o existente crer neste paradoxo, ele se autentica, ele se salva. Assumindo esta fé, renega tudo o que é humano, para ganhar neste sacrifício a eternidade num encontro autêntico com Deus.

Neste drama religioso em que o indivíduo anseia por sua salvação, experimenta o profundo sentimento da angústia no paradoxo da fé. Fechado em si, tortura-se no sem sentido existencial. Acossado por esse insolúvel conflito,

encontra a salvação num “santo” por ele descrito como tendo direção e sentido determinado, conseguido não pela razão, mas pela fé religiosa.

É necessário, porém, salientar que Kierkegaard, pertencendo a diletante burguesia do século XIX, procura com seu existencialismo religioso remir a inautenticidade do seu próprio ser — auto-realizando-se diante do nada e diante de Deus —, como também salvar as aparências de uma estrutura burguesa em decadência, ameaçada pelo marxismo florescente.

Atentando para tudo isso, o pensamento Kierkegaardiano é, sem dúvida, a base, o alicerce, no qual repousa o existencialismo de nossa época.

I.I. A Angústia Kierkegaardiana

“Neste estado há paz e quietude, mas há ao mesmo tempo alguma outra coisa que não é inquietação, nem luta, porque não há nada contra o que lutar. Que coisa há então? O nada. Mas que efeito tem o nada? Ele gera a ‘angústia’. Este é o profundo mistério da inocência: esta, ao mesmo tempo, é angústia”.

Este trecho, extraído do livro “O Conceito da Angústia”, revela o significado da angústia em Kierkegaard. Abordando o tema do pecado, ele procura expor sua natureza e a partir dela explicar a temática da angústia. Antecipadamente, devemos considerar que Kierkegaard é um filósofo religioso para quem a falta de responsabilidade consiste a sedução, o que predispõe o primeiro pecado.

Antes do pecado há “inocência”. Essa inocência forma o elo entre o homem e Deus. Ameaçado esse elo de romper-se pelo desejo daquilo que se teme — o fruto proibido —, polariza um temor daquilo que se deseja, causando uma impotência. E é nessa impotência que sobrevém o primeiro pecado. A inocência, portanto, vê-se implicada a partir do instante em que é proibido ao homem — Adão — saborear o fruto proibido.

É neste clima paradoxal a que se reduz a filosofia Kierkegaardiana, quando o homem se vê diante do nada e contingenciado pela sua impotência, ao se interrogar sobre sua própria experiência de fé. A angústia, portanto, é o sentimento que o homem experimenta quando vive ante o abismo da fé.

Para Kierkegaard, o homem autêntico é aquele que experimenta profundamente a angústia. É aquele que descobre o próprio destino e pela angústia enfrenta com seriedade o nada, assumindo a responsabilidade da exis-

tência diante de si mesmo. O que o faz afirmar: "Quanto mais original é o homem, mais profunda é a angústia. Fugir da angústia é, portanto, carecer de autenticidade".

O homem que vive a angústia diante do nada, afirma o seu "Eu" como também sua subjetividade e auto-realiza-se numa existência autêntica diante de Deus.

Porém, "O nada, que essa angústia nos revela, não é o nada do existente, senão o nada no existente. É a rutura no existente: o pecado, a síncope da liberdade", de acordo com o tratado sobre "L'Existence et L'Existant" de Maritain.

É necessário, porém, salientar que Kierkegaard elabora um conceito de homem extremamente fechado, que procura salvar o seu ser individual por intermédio do paradoxo da fé num encontro autêntico com Deus.

2. HEIDEGGER

A semente semeada por Kierkegaard parecia sepultada sob a terra fria da indiferença ou do desconhecimento da especulação filosófica contemporânea. Mas, sua germinação ainda que lenta e tardia termina por florescer com todo o seu esplendor no chamado "Renascimento Kierkegaardiano", quase um século mais tarde. Toda explosão da filosofia existencial que caracteriza a nossa época não é outra coisa senão o florescimento daquela semente lançada pelo pensador dinamarquês, portadora do germe vital a interpretação e explicação da conduta humana e do mistério do ser existencial.

Heidegger é o responsável por este florescimento, como também pela secularização da doutrina Kierkegaardiana. Partindo do "fenômeno" da existência humana na acepção do existencialismo Kierkegaardiano, e utilizando a descritiva fenomenológica de Husserl, descreve as estruturas essenciais desta existência e estabelece a possibilidade de uma meditação metafísica, recuperada através de nova ontologia.

Em 1927, Heidegger publica "Ser e Tempo", obra que ele mesmo denomina de "Analítica Existencial", e que trata de explicar o fenômeno da existência dentro a interpretação fenomenológica. Partindo de Husserl, que caracteriza o ser humano como um "ser-aí" contingenciado, um ser jogado aí, comprometido com o nada e implicado a não perguntar por suas origens e razões, Heidegger expõe uma filosofia da morte e do nada. Como o "ser-aí"

surge simultaneamente com o mundo, como um “fenômeno” ele é caracterizado essencialmente como um “ser-no-mundo” e, portanto, indissociável dele, onde é forçosamente encerrado. Comprometido em ser, e sua existência sustentada pelo nada e, conseqüentemente, implicado a reconhecer que sua essência é sua própria existência.

Até esse período, Heidegger permanece um filósofo extremamente existencial, um fenomenólogo apenas existencialista. Porém, no período após guerra, ele abandona os limites de uma filosofia que analisa o “fenômeno” da existência humana e impulsionado por razões histórico-políticas — segundo Georg Lukács — adere ao nazismo no período de ascensão de Hitler ao ser nomeado reitor da universidade de Friburgh.

Com a queda de Hitler, ele se vê implicado — segundo Lukács — a adaptar seu pensamento aos interesses da burguesia reacionária européia. Dissocia seu nome ao do filósofo francês Jean-Paul-Sartre e seu pensamento torna-se obscuro e vago. Por isso mesmo, acomoda-se mergulhado em profundas meditações em busca dos mistérios do ser enquanto passeia solitariamente nas veredas da Floresta Negra da Baviera.

Entretanto, na sua obra “Ser e Tempo”, o filósofo aflora com toda sua originalidade e nos comunica a sua monumental descoberta sobre a finalidade Heideggeriana da existência do ser.

A profundidade original da sua filosofia fundamentaliza a questionável pergunta sobre o sentido do ser e, para isso, toma como ponto de partida a análise do homem. Em torno dessa interrogativa seu pensamento projeta duas etapas, tidas como o pressuposto de uma evolução e não de uma mudança substancial encontrada na análise do sujeito de Kierkegaard. Empenhado em conhecer o homem visa o esclarecimento da problemática do ser e determina como primeira etapa a fase contínua que vai da existência humana ao nada — e que chamar-se-ia “Existencial” — e a segunda, a que pretende ir do nada ao ser e que, portanto, seria a etapa “Ontológica”.

2.1 O Nada Heideggeriano

Na “Analítica Existencial” de Heidegger, o tempo é uma dimensão essencial do “ser-af”. Lançado no mundo, o “ser-af” é pura existência que se desprende, que se projeta pelo tempo em direção ao futuro. Sendo o futuro a dimensão privilegiada do tempo, a morte, da mesma forma, é uma possibilidade que se manifesta de maneira privilegiada sobre a possibilidade do

futuro e sobre todas as demais. Por ela ser inevitável, não só aniquila todas as possibilidades do "ser-aí", como aniquila o próprio "ser-aí", desinstalando-o do ser e fazendo-o instalar-se novamente no nada. A existência humana é, portanto, uma corrida destinada ao abismo da morte, ao abismo do nada.

O homem, este ser ameaçado de ruína, é para Heidegger o ser sem apoio no passado e privado dessa mesma perspectiva no presente e no futuro; isso porque sua existência é fundamentalmente inserida no nada. Desta maneira, o nada se apresenta como o eterno companheiro do ser, que o ameaça constantemente, motivando nele a insegurança e o temor oriundo da existência: a angústia.

A angústia para o filósofo do "Ser e Tempo" é segundo Vélez: "a frustração ontológica que o homem experimenta diante do vazio de seu ser... a situação original que lhe reve a a desnudez trágica e brutal de sua existência". Em outras palavras, é o "mal-estar" nauseante que experimenta o homem ao se descobrir ante o nada, ante o abandono da morte, ao tomar consciência de sua liberdade. Quando o homem percebe que nada daquilo que o rodeia possui um valor decisivo, ele se descobre a si mesmo, porque percebe que existe ante o nada, daí começando sua verdadeira existência.

Quando Heidegger explica o caráter eminentemente pessoal da morte, faz a seguinte alusão: "Como não se pode existir pelos outros, também não se pode morrer em lugar de outro. A morte é o ato mais pessoal que se integra na própria natureza como maturidade do fruto, que já está presente na semente: como a semente existe para a maturidade, o homem existe para a morte".

A angústia é, portanto, a vertigem que experimenta o homem quando se descobre um ser para a morte. E, por isso, antevê uma possibilidade que rime o homem: a possibilidade radical que aparece ao angustiado de ser "tudo" e "nada". Quando o homem enfrenta essa possibilidade e aceita a própria contingência e finitude, adquire o que Heidegger chama de "Existência Autêntica".

2.2 A Etapa Ontológica: A Angústia

Sabe-se que Heidegger atribui à angústia uma fundamental importância. Mas, que vem a ser a angústia para o filósofo ontológico? Onde se acha centralizado o que existe de mais característico na análise da angústia Heideggeriana?

Precisamente, se fizermos um paralelo entre Kierkegaard e Heidegger, chegaremos a conclusões esclarecedoras da presença de uma angústia ontológica no segundo.

O filósofo dinamarquês Kierkegaard se preocupa com o ser do indivíduo, sublinhando em sua investigação filosófica o caráter psico-ológico do pecado, cuja queda do homem antevê uma possibilidade remissível: a fé. Caracterizando a angústia como “medo do nada”, deixa transparecer um sistema de profunda perturbação que sacode o homem em todo o seu interior, ao se aperceber esmagado e impotente pelo pecado. A fé religiosa é, porém, a possibilidade que coloca o homem em contato com o tudo do eterno e que delimitada pela auto-realização, adquirida através dos “saltos” qualitativos nos estádios já mencionados, personaliza, autentica e salva o indivíduo.

Já na acepção Heideggeriana, a angústia assume proporções bastante profundas. Quando ele se propõe a indagar acerca do ser, não o faz na ordem das vivências, ou seja, não indaga o ser individual ou particular, mas na ordem ontológica e não psicológica.

O mundo para Heidegger não se apresenta como um conjunto de coisas senão como um existir em si mesmo, independentemente do modo pelo qual se manifesta. A irrupção do “ser-aí” no mundo o torna indissociável dele. Surgindo simultaneamente com o mundo, é encerrado nele e torna-se um “ser-no-mundo”, forçado a reconhecer que sua essência é a própria existência, uma vez que essa irrupção é sustentada pelo nada. Daí ser a existência do “ser-aí” uma corrida para a morte; lançado no nada de onde emergiu, o “ser-aí” é o que Heidegger declara de um “ser-para-à-morte”.

A angústia, portanto, para Heidegger, não é a vertigem que sente o indivíduo diante o medo do fenômeno da morte, mas a própria possibilidade que faz livre e autêntica a existência, uma vez que a angústia é essencialmente o modo de ser do homem. Isto é, a angústia surge simultaneamente com o ser e “ser-no-mundo” significa existir angustiadamente.

O homem que saborea o espasmo da angústia enfrenta sua finitude e se aproxima do abismo do abandono da morte. Apoiado sobre sua própria contingência, autentica sua existência e se depara com a possibilidade de ser “tudo” e “nada”.

Considerando tudo isso, a angústia no pensamento Heideggeriano é o modo característico de ser da existência. É a própria estrutura metafísica do ser humano, na qual sua alma se experimenta angustiadamente.

Muito embora o sistema filosófico de Heidegger deixe transparecer uma pesada onda de pessimismo, como também abortar funestas conseqüências de ordem ética e antropológica, seu pensamento é bastante analisado e focalizado como sendo a causa de inúmeras controvérsias no campo dos existencialismos do pós guerra. Enquanto alguns filósofos partilham a opinião de que há um transcendentalismo, ou seja, uma abertura para Deus em sua doutrina, outros compartilham opiniões divergentes e afirmam a ausência de uma transcendência em Heidegger.

3. SARTRE

JEAN-PAUL-SARTRE é a culminância do pensamento existencialista do pós guerra. Sua obra vasta e explícita traduz o reconhecimento de uma verdade que contém semelhante afirmação: "O homem do pós guerra é, com freqüência, um caminhante sobre o vazio. . . Em um mundo onde Deus é rejeitado e onde todas as estruturas metafísicas sofrem ruturas, já não há para o homem uma razão objetiva que justifique a sua crença: de viver e de esperar. Encerrado no vazio da existência, só lhe resta o nada do existir, o vazio da morte".

Tal é a manifestação do pensamento vivo, presente, de um verdadeiro moralista que procura compreender e explicar, através de sua filosofia existencial, o reflexo de uma geração que decidiu viver: só e que se propôs a erigir como monumento humano uma existência sem esperança.

Sartre desenvolveu ampla atividade literária como filósofo e como romancista. Penetrando na intimidade fértil de sua imaginação, trouxe com passos largos para o êxito a lucidez do seu pensamento, onde repousa uma filosofia de caráter extremamente atéia, onde não se percebe vestígios de religiosidade e onde não há lugar para a verdadeira transcendência. É o próprio Sartre que afirma em uma conferência publicada com o título: "O Existencialismo é um Humanismo" — "O existencialismo não é outra coisa senão um esforço para extrair todas as conseqüências de uma posição atéia coerente". Nesta obra realça pretensiosamente um humanismo otimista que põe em relevância a negação do sobrenatural.

Assumido por tudo quanto é existencial e como todo filósofo que analisa a existência, Sartre também investiga o homem em sua consciência, utilizando o processo da análise fenomenológica da consciência que identifica o ser do fenômeno como o sensível material e o reduz a pura intencionalidade para o real. Tomando como ponto de partida o princípio da intencio-

nalidade de Husserl: “Toda consciência é consciência de alguma coisa”, pretende o filósofo ateu resolver: as relações entre o ser e a consciência, partindo do conhecimento de que: os fenômenos objetivos só são inteligíveis enquanto apreendidos pela consciência, ao mesmo tempo que a consciência só existe enquanto os apreende.

Essa tentativa em superar o dualismo clássico entre “essência” e “aparência”, ou seja, arrancar a máscara da aparência que dissimuladamente pretende deduzir a “essência” das coisas, forja na formação psicológica de Sartre a ética existencialista, comprometida em analisar e compreender antes de tudo o homem, “filho desta terra”, em sua própria solidão, livre a cada passo, a cada instante, envolvido por uma existência heróico-trágica, sob um céu sem Deus.

3.1. A Liberdade Angustiada

Na filosofia sartreana, encontra-se elaborada a teoria do “ser para si” e do “ser em si”, em que a consciência se reduz a uma faculdade “de não ser o que se é e de ser o que não se é”. Sobre esta frase — escreve analiticamente Moeller: “Essa frase não é um jogo de palavras; Sartre quer dizer que a consciência não toma consciência de si mesma a não ser quando está atenta e orientada sobre um objeto que não é ela mesma”, nesse sentido, a “consciência é o que não é”. Por outra parte, “não é o que é” porque no conhecimento a consciência conhece, desligando-se, inutilizando o objeto percebido”.

O “ser para si” em Sartre é a consciência que se projeta fora de si mesma. É a própria existência vazia sem essência e que, portanto, acha-se implicada a fazer escolhas que lhe criem uma essência. Quando o homem experimenta essa possibilidade de escolher, isto é, a liberdade para agir e criar um conteúdo para encher e objetivar sua própria existência, o “para si”, ou seja, sua consciência existencial, sofre cruciantemente os martírios de uma angústia característica, no instante em que ele se vê obrigado a optar, entre inúmeras possibilidades que se abrem diante de si, por uma que dê sentido a existência frustrada e vazia.

Do “ser em si”, escreve Sartre: “O ser ao qual se “projeta” a consciência intencional é o “ser em si”. Contrastando com o “para si”, o “em si” coincide perfeitamente consigo mesmo. E, simplesmente; é um “plenum” sem nenhuma ferida, uma massa impenetrável de granito”.

O “ser para si” sartreano é um vazio que deve ser preenchido, completado, para autenticar a existência do ser. O “em si” é o ser ao qual o “para si” desliza no ato de tentar completar-se, tornando-se, portanto, uma unidade

perdida do outro; visto que o “para si”, ou seja, a própria existência, só se autentica e adquire objetividade para o existir quando o “em si”, que é a possibilidade que dá sentido a existência, é apreendido pelo o “para si”. No entanto, o “ser em si” só adquire valor e objetividade no instante em que preenche e completa o vazio que há no “ser para si”, isto é, no instante que dá sentido a própria existência.

O vazio da existência cria no homem uma liberdade: que é a possibilidade que experimenta sua consciência de escolher dentre inúmeras possibilidades, uma que preencha esse vazio e justifique sua própria existência. Porém, no momento em que esse homem experimenta a possibilidade da liberdade, ele se angustia, desespera-se, atormenta-e, por se sentir esmagado, contingenciado, impotente, para encontrar dentre inúmeras possibilidades uma que dê sentido e preencha o vazio da existência sem esperança.

Desta maneira, Sartre analisa a existência e caracteriza a realidade humana, concebendo categoricamente a afirmável solidão do homem quando afirma: “frustrado em todas as dimensões; absurdo em si mesmo; absurdas, para ele, as outras coisas; absurdas suas relações com as outras pessoas; fechado a toda transcendência capaz de dar sentido à sua existência, o homem vem a ser, então, um “pecado ontológico”, um mero segregador do nada, “paixão inútil”.

Essa dualidade paradoxal arrasta o homem sartreano a uma existência absurda, que gera nele uma má fé e o arrasta ao abismo do nada. Caminhando no vazio da existência, a sós com sua liberdade frustrada, o homem compreendido e modelado por Sartre nada mais é do que um caminhante nauseabundo que marcha aos tropeços pela estrada indecifrável da própria existência. “... um mero segregador do nada” — como ele próprio afirma. O homem é uma “paixão inútil” que tornou-se um “pecado” em existir.

Por outro lado, a liberdade vivida na angústia é que torna possível uma existência profundamente humana. A tarefa do homem é enfrentar corajosamente o vazio e o nada, construir sua vida por si mesmo, rodeado pela realidade da liberdade que lhe é inerente. Visto que só o homem é dotado da faculdade de escolher e que tem o poder de na sua própria dependência tomar livremente a vida nas mãos.

Assumido por essa realidade humana, Sartre nega qualquer vislumbre de transcendência e não aceita o homem como criação de Deus. Porque, admitir que o homem é o resultado de uma criação imanente e absoluta, é admitir que o homem só é, autenticamente, na presença dessa dependência, o que vale

a dizer que fora dela nada ele é. Daí, ser a liberdade o supremo valor do ser humano e o ponto central da filosofia sartreana. Visto que, se o homem vive na dependência de outrem, é carecer de autenticidade, porque ele não é livre. Mas, no instante em que ele se assume e experimenta o gozo da liberdade de por si só ser tudo ou nada, ante o abismo do vazio da existência, ele se autentica, porque goza o desespero de ser livre.

Mas, vejamos o que diz Pierre Trotignon de Sartre, em um artigo transcrito da revista francesa L'ARC e publicado no Brasil em uma edição "Sartre Hoje", sob os cuidados da "Documentos":

Irei direto ao ponto: que pode significar para nós uma filosofia cujo conceito fundamental é a liberdade? O tema da liberdade liga-se, em Sartre, à suficiência inicial que ele atribui ao cogito. Mas, se é verdade que a burguesia se decompõe e destrói sua própria cultura para poder ainda impor uma hegemonia que se tornou odiosa ao coração dos homens, é preciso admitir que as formas ideológicas do "cogito" e da "liberdade" não correspondem mais a nenhum objeto de nosso mundo. Não pretendo com isso minimizar a obra de Sartre, mas observar que entre o momento em que ele concebeu sua teoria da liberdade e o momento em que nos encontramos, a liberdade está morta, para nós; pois há ainda homens livres, aqueles que lutam nos arrozais do Vietnã, nas pastagens da África do Sul, nas montanhas e nos planaltos dos Andes.

Outro trecho:

Tudo isso é ao mesmo tempo irrisório e inquietante. A cultura burguesa suicidou-se, deixou o campo livre a alguns pequenos "fuhrer" medíocres e impotentes, que fazem reinar um fascismo intelectual, cuja vontade de nada despista e insulta os verdadeiros filósofos. É contra essa vontade que devemos resistir para filosofar. Sartre, quando formava seu pensamento, tinha diante de si uma burguesia que ainda acreditava em seu destino e em seu papel, e em todo caso um proletariado que parecia dever fazer a substituição. Hoje, é a sociedade ocidental no seu conjunto que apodrece, inclusive o proletariado. Sabemos que não a salvaremos através de nossas reflexões e de nossas mediações. A arma de nossa salvação se forja em outro lugar, no SinKiang. Mas enquanto se espera, e para preparar o mundo livre que nascerá das cinzas de nossos principiados decadentes, é pre-

ciso dirigir nosso pensamento para a verdade absoluta, a qual a burguesia gostaria de nos fazer acreditar que não vale uma hora de preocupação, dirigi-lo para a teoria radical que é a filosofia, contra o ontologismo profético, contra a irracionalidade difusa, contra a indolência poética.

Como vemos, Sartre possui sua grandeza e sua importância e querer tratá-lo indiferentemente é pretender medir essa grandeza e essa importância, o que não somos capazes. Mas, Sartre é um filósofo cuja preocupação ética é salvar uma sociedade moribunda, que agoniza ao ver sua estrutura cultural roída por um ceticismo leucêmico. Assim mesmo, ele lutou corajosamente e tudo tentou para salvar a ideologia existencial de uma sociedade burguesa do abismo no qual ele quer se jogar. Mas, falhou. Falhou, porque acreditar piamente na primazia absoluta do homem é erigir uma existência contingenciada e dirigir-se em suas incertezas e necessidades, frustradoramente. Suprir do homem um transcendentalismo, ou seja, uma abertura para Deus, é pretender suprimir de si a compreensão do sentido necessário ao seu próprio destino. É pretender erigir como monumento humano uma existência na qual não há lugar para a esperança. E nós sabemos que a esperança é o oposto do desespero.

Referências Bibliográficas:

1. MARITAIN, Jacques. **Court traité de l'existence et de l'existant**, Paris, Paul Hartman, 1964.
2. FREITAS, Maria Carmelita de. **Dialética e Dinamismo da Esperança Cristã**, Petrópolis, VOZES, 1968.
3. MOELLER, Charles. **Mentalidade Moderna e Evangelização, I**. Petrópolis, VOZES, 1966.
4. SARTRE, Jean-Paul. **L'être et le néant**, Paris, Gallimard, 1943.
5. VÉLEZ CORREIA, J., S. J. **Filosofia Moderna y Contemporánea**, Madrid, Compañía Bibliográfica Española S. A., 1965.
6. TROTIGNON, Pierre. **Sartre Hoje**, São Paulo, L'ARC Documentos, 1966.

Museu e Turismo

LUCI SOARES (*)

As palavras MUSEU e TURISMO — no item da agenda que me corresponde, — devo confessar, sobressalta-me um pouco.

Empregadas que sejam em sentido clássico, como fatores condicionantes e de inegável importância no desenvolvimento cultural, social e econômico do país, elas têm se afirmado — o MUSEU — como “instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público que adquire, conserva, pesquisa e exhibe, para fins de estudo, educação, lazer e comunicação, a evidência material do homem e de seu meio”; e, — o TURISMO — para, também aqui usar a sua definição mais clássica e mais usual, como “fator de coesão interna, força consolidadora da fisionomia espiritual, agente de unidade e identidade social e política”.

Mas, apesar das definições clássicas, naturalmente não sempre de oferecer-lhes resistência os que as querem para apresentá-las com uma outra sinómia, não tão clássica, quanto, acima de tudo, errada.

São os que empregam a palavra MUSEU para associá-la a uma instituição sem vitalidade, apenas depositária de objetos antigos, parada no tempo, e sem acompanhar ou estar a serviço da evolução, das tendências e das exigências da sociedade atual, da mesma maneira que empregam o termo TURISMO para

(*) — Luci Soares representou a EMBRATUR no VI Congresso Nacional de Museus, realizado em novembro de 1978 no Museu “Câmara Cascudo”.

responsabilizá-lo pelos efeitos nefastos à preservação dos valores tradicionais da cultura, pela descaracterização do acervo, pela pressão demográfica e industrial, pelo crescimento urbano, pela desagregação da paisagem e por outras mais “agressões chamadas predatórias”.

Mas julgo possuir, ou presumo possuir, motivações que de certo modo me credenciam para tratar do tema já mencionado, naturalmente e sobretudo do aspecto cultural, social e também econômico — por que não? — que ele sugere.

Habilitada como Museóloga em primeiro lugar e em segundo lugar como profissional de Turismo e motivada por esse convívio e dele o enriquecimento certo, não vejo melhor momento e muito melhores ouvintes, para registrar e dar contas, por julgá-las devidas e oportunas de algumas das atividades turístico-culturais da EMBRATUR.

Reservando-me especialmente para o tema **TURISMO** de minha agenda, cuido que, relacionado ou não com a atividade turística, o tema **MUSEU** não deva ser objeto de minha primeira preocupação no correr dessa exposição.

O que não me desobriga de questionar alguns problemas, que, acredito, de alguma maneira têm comprometido a imagem do **MUSEU** diante da evolução do mundo contemporâneo.

Questiono, por exemplo, se o **MUSEU** tem ou não desempenhado a contento as suas finalidades, levando a cultura ao povo, integrando-se e a serviço da sociedade, de sua educação e de seu desenvolvimento, “coletando, estudando, conservando, expondo peças de interesse artístico, histórico, científico, técnico ou cultural”.

Até que ponto e por que o **MUSEU** tem permanecido à margem do processo evolutivo cultural, ou será que ele tem funcionado como centro dinâmico de produção, de reflexões e de debates, multiplicando esses efeitos culturais no plano social?

A escassez de recursos financeiros ou a sua má distribuição têm dificultado ao **MUSEU** o cumprimento de seus objetivos e finalidades culturais e educativas e entravado o desenvolvimento de suas pesquisas e de suas investigações?

Igualmente a escassez de recursos humanos, o grau de capacitação técnica, uma profissão ainda não regulamentada, uma remuneração incompatível com o nível de responsabilidade técnica profissional exigida para as funções, têm sido problemas a entorpecer o curso normal das atividades do **MUSEU**?

A implantação de um Sistema Nacional de Museus ou o estabelecimento de uma maior integração visando a cooperação, o apoio recíproco, o intercâmbio técnico e cultural, a sistematização adequada, levariam o MUSEU a um nível ideal em face das suas atuais responsabilidades no processo sócio-educativo-cultural?

Creio ser oportuno colocar para debates outros tantos problemas que de alguma maneira têm acarretado ao MUSEU as mais sérias preocupações, como por exemplo: a criação de novos museus em detrimento do melhor aproveitamento dos já existentes; a falta de incentivo às pesquisas e às investigações necessárias para a permanência dos museus como fonte de documentação e para o estudo dos aspectos da vida social; a falta de melhores meios e equipamentos museográficos que permitam aos museus, por sua função também educativa, evoluir em face da atual democratização do ensino; a inexistência de um inventário ou de um cadastramento sistematizado, em todo o território dos bens culturais móveis e imóveis, para posterior estudo, avaliação, tombamento e conseqüente preservação para utilização cultural.

Relacionado com a atividade turística, o MUSEU tem estado suficientemente aparelhado para receber e atender ao seu maior usuário — o público, o visitante, o turista — e a ele transmitir o conhecimento, a educação, sabedoria, em suma, a cultura?

E o TURISMO, no caso a EMBRATUR — órgão que tem a finalidade de incrementar o desenvolvimento da indústria de turismo e executar no âmbito nacional as diretrizes que lhes forem traçadas pelo Governo — tem dado à sua clientela — o turista — os meios adequados de educação, conscientização e valorização do turismo e particularmente do turismo cultural?

Tem a EMBRATUR promovido suficientemente o conhecimento do patrimônio, condição essencial para a sua defesa e sua preservação? Tem estimulado suficientemente a visitação turística ao MUSEU? Tem estudado melhores formas para evitar a chamada agressão do “turismo em massa” contra os bens de valor cultural, agressões que se manifestam pelo afluxo desordenado de veículos motorizados em núcleos históricos, pelo desgaste físico do bem cultural, pela degradação da ecologia, pela poluição atmosférica?

Tenho, entretanto, a certeza de que essas colocações e indagações aqui sugeridas e também as não sugeridas, algumas até muito antigas, parte delas com certeza já equacionadas, constituem motivos de estudos, de preocupações, do Governo, da ABM, da EMBRATUR, dos detentores ou não de títulos culturais, dos dirigentes de Museus, dos museólogos, dos artistas, dos professores, dos estudantes, dos críticos de arte e de todos enfim.

Felizmente estamos caminhando uma nova era em que questões como essas que poderiam nos assemelhar aos gregos do Baixo Império a discutirem entre si a essência da luz e o sexo dos anjos, enquanto os inimigos batiam às portas da cidade, hoje elas têm o seu lugar assegurado, sempre que se procura uma melhor qualidade de vida e o bem-estar do povo brasileiro.

O Governo e o povo, as instituições e as empresas privadas, os indivíduos e os grupos, a ABM e a EMBRATUR sabem da essencialidade da cultura.

Aquela cultura que é fundamentalmente a maneira de ser, de pensar, de sentir, de atuar, a forma integral, a identidade e o perfil de uma sociedade, a marca, a identidade cultural que permanece, que fica, que se sobrepõe e que transcende.

Aquela cultura que representa “tudo o que a História, que é a memória dos povos, pôde recolher”. Definição substantiva e impressionista que endosso porque nela, segundo um velho amigo, cabem poemas, canções, frisos, baixos-relevos, colunas partidas, capitéis despedaçados, datas, inscrições, códigos e constituições, pirâmides e fortalezas, o Partenon, o Coliseu, a Acrópole, a Ouro Preto, o Pelourinho, templos e campanários, estandartes e altares, museus, bibliotecas e arquivos, as ciências, todas as ciências, as literaturas, todas as literaturas, as artes, todas as artes, as religiões, todas as religiões em suma, tudo aquilo que realmente importa para a reconstituição, compreensão e interpretação da vida de indivíduos, povos e nações.

Não mais aquela cultura que era sobretudo arte, religião de eleitos, reservada aos poetas, sábios ou cultos.

Agora uma cultura voltada para o povo, democratizada.

Para bem? Para mal? Não se trata de um bem ou de um mal, mas de um fato. Tenho para mim que estamos em presença de um bem, pois “todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”.

Democratizada a cultura, democratizado o ensino, democratizado o turismo, o MUSEU deve estar suficientemente aparelhado para fornecer o devido suprimento cultural para o povo que, mais ávido que nunca, em suas fontes, também, procurará abeberar-se.

Igualmente o TURISMO.

E já que falo em TURISMO, aqui estou para contar algumas das realizações da EMBRATUR no campo turístico-cultural e sobretudo para buscar

e aceitar de todos e de cada um, como antes já foi dito, a sugestão, a idéia, a proposta para um trabalho comum, harmonioso, frutificativo e que produza bons resultados em ambos os setores.

As circunstâncias, creio eu, não poderiam ser mais propícias!

Considero que a EMBRATUR tem uma responsabilidade no desenvolvimento e evolução do processo sócio-cultural do país e ela tem orientado grande parte de suas atividades para a consecução desse objetivo.

Nos seus doze anos de vida ela já pode registrar trabalhos — poucos é verdade, no limite de seus recursos técnicos e financeiros e dentro do muito que é de seu desejo realizar — mas que mostram que ela não está alheia ao processo.

Começo falando da nossa POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO que, limitada por três grandes condicionamentos — o cultural, o social e o econômico — estabeleceu prioridade do fator cultural, ao dizer que “todos os seus programas deverão condicionar-se, primeiramente à política de preservação do patrimônio cultural, artístico, histórico, documental, paisagístico e natural do País”.

Essa mesma Política Nacional de Turismo que colocou a preservação do patrimônio cultural do País entre os seus três objetivos principais e que quando formulou as suas Políticas Básicas para o Desenvolvimento do Turismo, situou a de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural e a de Divulgação e Promoção dos Valores Culturais entre as primeiras a serem observadas. Depois a de Incentivo ao Turismo Interno, seguindo-se a de Estímulo do Turismo do Exterior para o Brasil, a de Promoção, a de Recursos Humanos, a de apoio à Entrada de Divisas, a de apoio à Hotelaria de Turismo e a de apoio às Agências de Viagens e Transportadoras Turísticas.

Menciono-as, e na ordem de grandeza, não somente para mostrar as áreas prioritárias em que se concentram as atenções da EMBRATUR, mas, também, para mostrar os mais diversos ramos de interesse e de abrangências do seu trabalho.

Essa tem sido a nossa “Lei de Diretrizes e Bases”. A nossa Cartilha.

Uma cartilha que no terreno do turismo cultural está consubstanciada nos relatórios, nas pesquisas, nas recomendações de Rodrigo M. F. Andrade, de Michel Parent, de Alfredo Viana de Lima, de Piero Gazzola e de outros nomes igualmente importantes no campo técnico-cultural e ainda nos compromissos, cartas, recomendações e orientações de organismos internacionais

que têm também a tarefa e a responsabilidade da preservação, da conservação, da valorização e da permanência dos bens de valor cultural.

Uma lei que, no terreno da preservação dos bens de valor cultural, está baseada na observância dos princípios emanados do Compromisso de Brasília, de 1970, do Compromisso de Salvador, de 1972, da Carta de Veneza, de 1964, das Recomendações de Quito, de 1967 e das Orientações da UNESCO, da OEA, do Conselho da Europa, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios de Interesse Artístico e Histórico, (ICOMOS) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Sabe-se que o principal aspecto da atividade turística reside na preservação da identidade cultural da Nação.

Sabe-se que o turismo tem assegurado a sua sobrevivência, em grande parte em razão do forte apelo e da grande motivação que os bens culturais — que são a matéria-prima do próprio turismo — encerram.

Igualmente sabe-se que esse patrimônio tem garantido a sua permanência, graças a uma ação ordenada e permanente do Governo Federal, visando a sua preservação, a sua valorização e a sua adequada utilização.

Conseguir, na forma desejável, a conciliação “progresso-preservação” tem sido a meta que todos objetivam alcançar.

E nessa luta estão engajados, entre outros, a Secretaria de Planejamento, o Patrimônio Histórico e a EMBRATUR. Luta essa que começou, apenas para falar das realizações mais recentes, com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, agora, também, estendido aos Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

São programas que visam não só a restauração e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, mas, ainda, o seu uso adequado, atribuindo-lhe função útil à sociedade.

São programas que permitiram e têm permitido, desde 1973, a aplicação de recursos financeiros, em cifras bastante razoáveis, em programas de recuperação e restauração de monumentos ou conjunto de monumentos, conciliando o seu uso com a atividade turístico-cultural.

São programas que efetivamente salvaram e estão salvando grande parte do nosso patrimônio cultural, ameaçado pelo desaparecimento, pela ruína, pela decadência, pelo abandono, e que hoje tem garantida a sua permanência, a sua manutenção, a sua preservação e a sua valorização, mediante a sua adequada utilização.

São programas que possibilitaram às cidades contempladas, além da preservação do acervo histórico e artístico, uma melhor infra-estrutura turística, de acesso, e de serviços; a formação e capacitação de recursos humanos, a nível superior intermediário e operário; a intensificação do fluxo turístico, carreado e permitindo uma maior circulação de dinheiro e em conseqüência um padrão de vida de melhor qualidade e conforto à comunidade.

São programas que, incrementando o turismo e os benefícios dele decorrentes, têm possibilitado a manutenção e a divulgação das tradições, dos costumes típicos, das manifestações folclóricas e artesanais, resguardando-os de sua desfiguração, de sua perda e de sua adulteração. É o resultado positivo de que é possível conciliar harmoniosamente a preservação dos valores culturais e o desenvolvimento econômico de uma região e de uma sociedade.

Mas não tem sido somente através dos Programas de Restauração das Cidades Históricas que a EMBRATUR tem contribuído para a defesa e a conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. Ela tem assinado a sua presença em vários programas, também de importância considerável, como por exemplo, para citar os mais recentes:

— a participação nos projetos de restauração, preservação e utilização do antigo mercado Adolpho Lisboa, em Manaus, arquitetura do século XIX, em estrutura metálica, e do Centro de Turismo de Natal, antigo presídio, arquitetura do século passado, hoje integrados funcionalmente e a serviço das sociedades locais;

— a construção, em Ouro Preto, de uma via que permitirá o fácil acesso à área central, sem penetrar no núcleo histórico e, portanto sem interferir na paisagem e no patrimônio arquitetônico daquela cidade. Nesse sentido já foi autorizado um empréstimo ao Governo de Minas no valor de 20 milhões de cruzeiros, que juntamente com recursos da SEPLAN, do Gov. do Estado e da Prefeitura de Ouro Preto, servirão também para a construção de um terminal rodoviário que abrigará vários serviços de apoio turístico.

Com a permanente lembrança de que há um patrimônio cultural a defender e a preservar, a EMBRATUR tem investido em programas de aproveitamento turístico do patrimônio cultural de cidades como São Luís e Alcântara, no Maranhão; Salvador, Cachoeira e Porto Seguro, na Bahia; Parnaíba e Luiz Correia, no Piauí; São Cristóvão e Laranjeiras, em Sergipe; Ouro Preto, Tiradentes, São João Del Rey e Serro, em Minas Gerais; Parati, no Rio de Janeiro.

Em todas elas, sempre a prioridade da salvaguarda dos seus aspectos culturais, para, em seguida, através de meios legais cabíveis e de medidas acatadoras, tornar possível o seu desenvolvimento sócio-econômico, mediante o seu aproveitamento turístico-cultural, pelo conhecimento e pela preservação de locais, pelo reconhecimento do valor do seu acervo histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico, pelo uso adequado do solo e de seus recursos naturais.

Abro aqui um parêntese para falar de alguns programas que estão relacionados mais de perto e diretamente com a atividade MUSEU. Creio ser oportuno registrar a cooperação técnico-financeira da EMBRATUR:

- com o Governo do Estado do Maranhão —, para a criação do Museu de Alcântara. Vale a chamada para exemplificar a compatibilização entre a preservação de um bem cultural e o seu uso adequado. No caso, tratava-se de um sobrado, estilo colonial, século XIX, fachada em azulejos portugueses, e que estava ameaçado de ruir. Foi devidamente restaurado e hoje ele abriga o Museu da cidade e os bens de valor histórico e artístico representativos da cultura local, ameaçados de dispersão;
- com a Fundação Museu Carlos Costa Pinto, em Salvador —, para a restauração de peças de seu acervo artístico e cultural e para confecção de material promocional do referido Museu.
- com o Governo do Estado da Bahia —, para a criação e implantação do Museu de Ciência e Tecnologia, por considerar que no processo de preservação e revitalização do patrimônio cultural do país, a criação dos Museus de Ciência e Tecnologia, especialmente em sociedades em fase de industrialização, impõe-se como relevante para o estudo do desenvolvimento dessa sociedade;
- com a Arquidiocese Metropolitana de Cuiabá — em Mato Grosso —, para a instalação de um Museu de Arte Sacra, visando a preservação do acervo existente, principalmente o que compõe atualmente o “Museu — Dom Aquino”;
- com a Fundação Nacional de Arte — FUNARTE —, objetivando a elaboração, produção, editoração e promoção de publicações referentes aos principais museus brasileiros, com vista à divulgação dos mesmos, no Brasil e no exterior. Na primeira etapa serão beneficiados o Museu Nacional de Belas Artes (RJ), o Museu de Arte de São Paulo (SP), o Museu de Arte Sacra (BA) e o Museu Imperial de Petrópolis (RJ) e as peças promocionais serão, entre outras, o Guia do Museu, com textos e fatos.

informações gerais, a relação das principais peças de seu acervo; o Roteiro de Visitação contendo descrição geral do Museu, inclusive planta baixa para orientação dos visitantes; o Cartaz Promocional, exibindo uma ou mais peças significativas do acervo do Museu e o Cartão Postal exibindo algumas das principais peças de cada Museu.

Iniciativas dessa ordem, a EMBRATUR está sempre pronta a atender na medida em que for solicitada e nos limites de seus recursos técnicos e financeiros, desde que os projetos sejam considerados exequíveis e integráveis dentro da realidade local.

Mas além do patrimônio cultural, artístico, histórico e documental — “são os traços culturais que cumpre manter” — há ainda o patrimônio paisagístico e natural do País — “é o aspecto físico que é imperioso conservar”.

E nesse domínio, a atuação da EMBRATUR tem sido benéfica no combate às várias formas de poluição, na defesa da paisagem, do ar, das águas, dos espaços livres e da vegetação, da flora, dos parques naturais e das reservas brasileiras, enfim, na proteção do meio ambiente e na manutenção do equilíbrio ecológico.

É dentro dessa filosofia que ela tem orientado seus projetos especiais de desenvolvimento turístico da faixa litorânea entre os municípios de Mangaratiba, no RJ e Bertioga em SP, na faixa litorânea Rio/Salvador e no Delta do Parnaíba, sempre objetivando o adequado aproveitamento das atividades ligadas ao turismo e ao lazer, bem como a preservação das belezas naturais e das cidades históricas.

Preservando os aspectos paisagísticos, ecológicos e urbanísticos, a EMBRATUR tomou a si, junto com o Governo do Estado, a responsabilidade do Plano de Aproveitamento Turístico da Chapada dos Guimarães e do Pantanal, em Mato Grosso, garantindo ao ambiente, na justa medida, a conciliação lazer-turismo-conforto.

Promovendo o desenvolvimento turístico integrado e a preservação natural, paisagístico, histórico e cultural da Foz do Iguaçu e Missões Jesuíticas, a EMBRATUR está participando, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e com os Governos da Argentina e Paraguai do Plano de Desenvolvimento da Região compreendida pelos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, no Brasil, pelos Departamentos de Itapúa e Alto Paraná, no Paraguai e pelas Províncias de Corrientes e Misiones, na Argentina.

Promovendo a identificação do Espaço Geoturístico Cultural, a EMBRATUR está no momento avaliando e definindo o grau de potencialidade turística de todos os municípios brasileiros, mediante um estudo que possibilitará a identificação dos recursos naturais e/ou culturais a serem preservados.

Até então tenho me permitido falar apenas do patrimônio cultural, artístico, histórico, documental, paisagístico e natural do País, de sua preservação e salvaguarda e de suas vinculações turístico-culturais.

E os bens de valor propriamente turístico? Que mecanismos legais para a sua defesa e preservação?

Como procurar o “justo equilíbrio entre a necessidade de — facilitar e mesmo estimular — a prática do lazer e do turismo, como instrumentos de paz social e de alívio de tensões, próprias da vida urbana, e a conveniência de preservar as manifestações culturais, as belezas naturais, a flora, a fauna e os demais recursos naturais renováveis, para o uso das futuras gerações”?

Como equacionar “um dos mais sérios problemas do desenvolvimento do turismo que é a compatibilização do uso dos locais apropriados à prática das atividades turísticas com a defesa dos bens naturais e culturais, que são a primeira razão da atração dos turistas e visitantes”?

Formulações dessa ordem levaram a EMBRATUR, através de estudos entre os órgãos e entidades dos Ministérios interessados no problema, a elaborar um projeto de lei com o objetivo específico de promover a preservação do equilíbrio cultural, natural e social dos locais turísticos.

É o projeto que resultou na lei n.º 6.513, de 20/12/77, sancionada pelo Presidente da República, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor natural e cultural.

É lei que possibilita a criação de instrumentos legais para proteção e conservação dos bens de valor propriamente turístico que, sem legislação própria, estavam permanentemente ameaçados.

É lei que, resultante da ação conjugada do Ministério da Indústria e do Comércio, através da EMBRATUR, do Ministério da Educação e Cultura, através do IPHAN, do Ministério da Agricultura, através do IBDF, do Ministério do Interior, através da Secretaria Especial do Meio Ambiente, da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), do Ministério de Relações Exteriores, no que diz respeito aos planos em áreas

limítrofes, e do Ministério da Fazenda, no tocante a bens do domínio público, concilia os respectivos interesses e a competência específica de cada um e beneficia, em seu mais alto grau, o Patrimônio Turístico Nacional.

É a lei que considera como de interesse turístico as Áreas Especiais e os Locais, assim como os bens de valor cultural e natural e especialmente:

- os bens de valor histórico, arqueológico ou pré-histórico;
- as reservas e estações ecológicas;
- as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais e renováveis;
- as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram;
- as paisagens notáveis;
- as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer;
- as fontes hidrominerais aproveitáveis;
- as localidades apresentam condições climáticas especiais.

São trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, que serão preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

São locais destinados, por sua adequação, ao desenvolvimento de atividades turísticas e à realização de projetos específicos e que compreendam os bens não sujeitos a regime específico de proteção e os respectivos entornos de proteção e ambientação.

Enfim, é o instrumento legal que, ao lado de outros mecanismos criados pelo Governo para a proteção dos bens de valor cultural e natural, assegura mais efetivamente a promoção do desenvolvimento turístico, a preservação do patrimônio cultural e natural e estabelece normas de uso e de ocupação do solo.

É mais um instrumento legal a coibir os usos e abusos que se verificam a cada dia e em todos os lugares, quer seja na desfiguração do espaço, na descaracterização do contexto urbano ou na agressão ao ambiente natural de um patrimônio cujo entorno de proteção e ambientação deve ser respeitado e preservado.

Creemos que a EMBRATUR e o TURISMO, assim como o MUSEU, estão profundamente identificados com a cultura brasileira e representam um papel importante no desenvolvimento do processo social, econômico, cultural e educativo do país.

Aqui ratificamos o nosso empenho e o nosso propósito de trabalho no sentido da conquista plena desse objetivo.

Julgamos haver muito a fazer, searas a trabalhar. É preciso que seja eliminada a macega e amanhada a terra para a semeadura consciente e racional. O trabalho do museólogo e do profissional de turismo não pode parar. Há que cuidar para que as sementes germinadas se desenvolvam ao abrigo das improvisações e do imediatismo, para que farta seja a nossa colheita, posto que generosa é a nossa disposição e fé teís os nossos campos.

Que pela riqueza desse encontro, pelas discussões e contatos mantidos, pelo intercâmbio de idéias, de propostas e de trabalhos comuns, pela troca de experiências, seja concedido a todos e a cada um — e particularmente ao museólogo e ao profissional de turismo — o prêmio de um trabalho útil e esperançoso e que possibilite incrementar e compatibilizar cada vez mais as realizações que venham ao encontro dos objetivos e finalidades do MUSEU e do TURISMO.

ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

Q U A D R O

CAD. N.º.	PATRONO	PRIMEIRO OCUPANTE	SUCESORES
01	Padre Miguelinho	Adauto Câmara (14-11-36)	Raimundo Nonato da Silva (19-05-55)
02	Nisia Floresta	Henrique Castriçano (14-11-36)	Hélio Galvão (26-05-49)
03	Cons. Brito Guerra	Otto Guerra (14-11-36)	
04	Lourival Agucena	Virgílio Trindade (14-11-36)	Enélio Lima Petrovich (28-05-70)
05	Morceira Brandão	Edgar Barbosa (14-11-36)	Ascendino de Almeida (08-12-76)
06	Luis Carlos Wanderley	Carolina Wanderley (14-11-36)	Gumercindo Saraiva (08-12-76)
07	Ferreira Nobre	Antônio Soares (14-11-36)	Mariano Coelho (31-01-74)
08	Isabel Gondim	Matias Maciel (14-11-36)	Walter Wanderley (31-01-79)
09	Almino Afonso	Nestor Lima (14-11-36)	Cristóvão Dantas (11-02-60) Humberto Dantas (28-05-70) Peregrino Júnior (29-10-70)
10	Elias Souto	Bruno Pereira (14-11-36)	Paulo Macedo (13-09-79)
11	Padre João Maria	Januário Cicco (14-11-36)	Onofre Lopes da Silva (03-02-55)
12	Amaro Cavalcanti	Juvenal Lamartine (14-11-36)	Veríssimo Pinheiro de Melo (23-08-56)
13	Luis Fernandes	Luis da Câmara Cascudo (14-11-36)	
14	Joaquim Fagundes	Antônio Fagundes (14-11-36)	Antônio Pinto (06-06-46) Eloy de Souza (13-10-49) Umberto Peregrino (26-08-60)
15	Pedro Velho	Sebastião Fernandes (14-11-36)	Rômulo Chaves Wanderley (09-08-54) Maria Eugênia Montenegro (29-12-71)
16	Segundo Wanderley	Francisco Palma (14-11-36)	Aluísio Alves (24-09-77)
17	Ribeiro Dantas	Dioclécio Duarte (14-11-36)	Dom Nivaldo Monte (15-10-75)
18	Augusto Severo	Waldemar de Almeida (14-11-36)	Nilo Pereira (26-05-55)
19	Ferreira Itajubá	Clementino Câmara (14-11-36)	Mário Moacir Porto (15-05-77)
20	Auta de Souza	Palmira Wanderley (14-11-36)	Luis Rabelo (24-04-75)
21	Antônio Marinho	Florianio Cavalcanti (14-11-36)	Dom José Adelino (06-06-46)
22	Leão Fernandes	Padre Luis Monte (14-11-36)	Othoniel Meneses (01-05-58) Jaime dos Guimarães Wanderley (28-05-70)
23	Antônio Glicério	Bezerra Júnior (14-11-36)	Antídio Azevedo (28-08-69) Antonio Soares Filho (17-08-76)
24	Gotardo Neto	Francisco Ivo Cavalcanti (14-11-36)	Inácio Meira Pires (24-04-75)
25	Ponciano Barbosa	Aderbal de França (14-11-36)	Diógenes da Cunha Lima (29-12-71)
26	Manoel Dantas	José Augusto (22-07-43)	
27	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa (22-07-43)	
28	Padre João Manoel	Paulo Viveiros (22-07-43)	
29	Armando Seabra	Esmeraldo Siqueira (22-07-43)	
30	Mons. Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo (22-07-43)	
31	Padre Brito Guerra	José Melquiades (08-10-64)	
32	Francisco Fausto	Tércio Rosado (26-08-60)	João Batista Cascudo Rodrigues (13-04-67)
33	Tonheca Dantas	Oswaldo de Souza (13-04-67)	
34	José da Penha	Alvamar Furtado (13-04-67)	
35	Juvenal Antunes	Ednor Avelino (13-04-67)	Gilberto Avelino (16-09-77)
36	Benício Filho	João Medeiros (13-04-67)	
37	Jorge Fernandes	Newton Navarro (13-04-67)	
38	Luis Antônio	José Tavares (13-04-67)	
39	Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes (13-04-67)	
40	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros (13-04-67)	

*Obra executada
nas oficinas gráficas da
Universidade Federal do
Rio Grande do Norte
NATAL - RN
1981*



Reg

Vol.